



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS**

CÍCERO VALDIÊR PEREIRA

**POLÍTICA DE ACESSO E PERMANÊNCIA PARA ESTUDANTES INDÍGENAS NA
UNIVERSIDADE: AVALIAÇÃO DA POLÍTICA DE COTAS DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO TOCANTINS (UFT)**

**FORTALEZA
2011**

CÍCERO VALDIÊR PEREIRA

**POLÍTICA DE ACESSO E PERMANÊNCIA PARA ESTUDANTES INDÍGENAS NA
UNIVERSIDADE: AVALIAÇÃO DA POLÍTICA DE COTAS DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO TOCANTINS (UFT)**

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Avaliação de Políticas Públicas.

Orientador: Prof. Dr. Alcides Fernando Gussi

**FORTALEZA
2011**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca de Ciências Humanas

- P49p Pereira, Cícero Valdiêr
 Política de acesso e permanência para estudantes indígenas na universidade: avaliação da política de cotas da Universidade Federal do Tocantins (UFT) / Cícero Valdiêr Pereira. – 2011.
 183 f. : il. color, enc. ; 30 cm.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Pró-Reitoria de Pesquisa e ‘Pós-Graduação, Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas, Fortaleza, 2011.
 Área de concentração: Políticas Públicas.
 Orientação: Prof. Dr. Alcides Fernando Gussi.
1. Estudantes indígenas – Política governamental – Avaliação – Miracema do Tocantins (TO).
 2. Estudantes universitários – Política governamental – Avaliação – Miracema do Tocantins (TO). 3. Índios Xerente – Educação (Superior) – Avaliação – Miracema do Tocantins (TO). 4. Programas de ação afirmativa na educação – Miracema do Tocantins (TO). 5. Ensino Superior e Estado – Avaliação – Miracema do Tocantins (TO). Universidade Federal do Tocantins. I Título.

CDD 378.19829098117

CÍCERO VALDIÊR PEREIRA

**POLÍTICA DE ACESSO E PERMANÊNCIA PARA ESTUDANTES INDÍGENAS NA
UNIVERSIDADE: AVALIAÇÃO DA POLÍTICA DE COTAS DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO TOCANTINS (UFT)**

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Avaliação de Políticas Públicas.

Aprovada em: 09 de agosto de 2011

Banca Examinadora

Prof. Dr. Alcides Fernando Gussi (Orientador)

Prof. Dr. Jourberth Max Maranhão Piorski Aires (Membro Externo)
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Prof. Dr. Francisco Ari de Andrade (Membro interno)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof^a. Dr^a. Gema Galgani Silveira Leite Esmeralda (Membro suplente)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

À minha esposa Ersirene, por toda a sua dedicação à família, exemplo de esposa, mãe e mulher. Às minhas filhas Paula Vidal e Carlyne Vieira, presenças que nos sustentam, berço de alegria e inspiração. Sem o apoio de vocês a realização deste estudo não seria possível.

AGRADECIMENTOS

Lutamos incansavelmente para a concretização dos nossos sonhos. Essa luta certamente não foi só minha. Talvez os gestos e palavras que me levaram a concluir este estudo tiveram em sua origem amizade e muito carinho. Essa conquista devo a todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para o alcance desse resultado. Quero, ao final desse trajeto, registrar a minha satisfação e agradecer com toda intensidade do meu afeto e respeito àqueles que me motivaram a perseguir o meu sonho. Sonhei, consegui e assim agradeço:

A Deus, primeiramente, por tornar o caminho mais significativo, mostrando como superar os obstáculos que surgiram ao longo dessa caminhada. Deus certamente é o maior responsável por toda essa conquista.

A minha companheira Ersirene, pelo afago nas horas mais difíceis. Mesmo estando longe, ouvia palavras de incentivo e apoio. Para diminuir a saudade, o telefone e o correio eletrônico foram parceiros fiéis nessa caminhada. Obrigado por tudo.

Aos meus pais, Emídio, homem de pouco estudo, porém de uma vida dedicada aos filhos, e Helena, pelo exemplo de mãe, sua superação é a minha. Devo tudo a vocês.

Às minhas filhas Paula Vidal e Carlyne, que mesmo distante me incentivaram constantemente a permanecer firme e forte. Em meio aos seus apelos, me diziam sempre “Pai, eu te amo, estamos bem por aqui”. Amo vocês.

Ao grande amigo Adriano Castorini, entusiasta que é, e sem nada pedir em troca, sensibilizou os dirigentes da UFT, cuja parceria com a UFC tornou esse mestrado possível.

Ao professor Alcides, pelas muitas sugestões essenciais à minha formação, pela orientação sempre presente, estimulante e oportuna. Obrigado por ter aceitado orientar esta dissertação e por acreditar no meu trabalho.

Aos professores do MAPP, agradeço pelas contribuições ao apoio incontestável à turma do Tocantins; sempre muito solícitos, nos mostravam o quanto seu trabalho merece respeito e admiração.

Aos funcionários do MAPP, de uma forma toda especial à minha amiga Marta, pela acolhida solidária e fraterna em seu ambiente de trabalho. O seu apoio foi fundamental nessa caminhada.

Aos colegas de curso, pela receptividade e companheirismo, obrigado especialmente pelas muitas contribuições ao longo do curso. Aprendi muito com vocês.

À minha nobre amiga Hosana, pela hospitalidade e companheirismo. É impossível esquecer-me dos seus gestos, da sua atenção dedicada à turma. Das confraternizações, como esquecer? Às minhas colegas de mestrado, Elaine, Fátima, Denilda, Eloiza, Nara e Jaqueline, juntos e misturados nesse estudo, partilhamos muitos momentos, dos quais nunca vou me esquecer. O meu agradecimento todo especial a Elaine e a Fátima, pelo incentivo em todas as horas. O que vivemos nos permitiu perceber que, de tanto acreditar, fizemos “floresta no deserto”.

A todos os universitários indígenas, professores, coordenadores e servidores técnico-administrativos do Campus Universitário de Miracema, o meu muito obrigado: tomara que eu possa, através deste estudo, estar contribuindo de alguma forma com o trabalho de vocês.

À Universidade Federal do Tocantins, ao Campus de Miracema, por possibilitar o acesso a documentos e informações necessários ao enriquecimento deste trabalho.

Um agradecimento todo especial a Santana Barbosa, pela imprescindível contribuição ao fazer releitura do texto no momento final do trabalho, É impossível não reconhecer suas contribuições.

E, por fim, à Secretaria de Estado da Educação, por meio da Diretoria Regional de Ensino de Miracema, na pessoa da Professora Marlene Rocha, pelo apoio a mim dispensado, o meu muito obrigado.

Eu não sou da sua rua,
Eu não sou o seu vizinho
Eu moro muito longe, sozinho
Estou aqui de passagem
Eu não sou da sua rua,
Eu não falo a sua língua
Minha vida é diferente da sua
Estou aqui de passagem.
Esse mundo não é meu
Esse mundo não é seu.

(ARNALDO ANTUNES)

Wa aisĩm kri nĩkrti vanhã kōdi
Wa aikrta ãnrōwa kōdi
Wa ronhãnrã inrōwa inrōwanã, ãsiwaprosi
Watô azanã snã wat tâkaĩnĩ krimõrĩ,
Wa aisĩm kri nĩkrti vanhã kōdi
Wa aimrmẽ zepnã, ãirmẽ kōdi,
Waĩte romkmãdã tô aimõwi, kaitê nẽ kōdi
Watô azanã snã wat tâkaĩnĩ krimõrĩ,
Tãkãhã tka waĩtẽ kōdi,
Tãkãhã tka kaĩtẽ kōdi.

(ARNALDO ANTUNES)

Texto na linguagem indígena Xerente - akwê

RESUMO

O propósito deste estudo investigativo é avaliar a política de cotas da UFT, analisando sua implementação e primeiros resultados baseados num estudo de caso no *Campus* Miracema da UFT. Para tanto, analisar dados de acesso, ingresso e permanência de estudantes indígenas da população Xerente, beneficiários do Programa Política de Cotas, deste *Campus*. A metodologia utilizada na pesquisa avaliativa privilegia tanto aspectos qualitativos como quantitativos. Para realização da referida pesquisa, realizou-se estudo documental, utilizando-se de instrumentos institucionais, como atas, relatórios, pareceres dentre outros que contivessem informações úteis à pesquisa. A coleta de dados foi realizada por meio de observação participante, aplicação de questionários a estudantes indígenas e não indígenas e realização de entrevistas semiestruturadas com gestores, coordenadores, professores e estudantes indígenas no *Campus* de Miracema. Foram definidos como sujeitos da pesquisa avaliativa os estudantes indígenas aí matriculados nos cursos de Pedagogia e Serviço Social, no período de 2005 a 2009, tempo considerado suficiente para a avaliação. Evidenciou-se, no entanto, com amparo em dados, que a política de cotas da UFT assegura principalmente o acesso, deixando secundarizada a permanência dos estudantes indígenas, sendo indispensável uma avaliação da política, que enfoque, especificamente, fatores que possibilitem para além da ampliação no número de vagas, outros que se referem à sua permanência, tais como, construção de restaurante e residência universitária em todos os Campi, recursos para a locomoção do estudante indígena da aldeia à Universidade, dentre outros. Dessa forma, há de se reconhecer a importância da política para os povos indígenas, sob o ponto de vista do acesso, no entanto, ao que se refere a permanência, a UFT/*Campus* de Miracema precisa, além de ampliar suas ações, qualificar aquelas em curso. De concreto, não se viu uma política planejada de acesso e permanência dos indígenas na instituição, que conduza a um bom desempenho acadêmico, e conseqüentemente, à formação com qualidade.

Palavras-chave: Avaliação de políticas públicas. Política de cotas. Estudantes indígenas. Educação Superior. Política de ação afirmativa.

ABSTRACT

The purpose of this research study is to evaluate the quota policy of the Federal University of Tocantins - UFT, analyzing its implementation and first results based on a case study at the UFT Miracema Campus. To this end, data of access, entry and stay of the indigenous students of the Xerente population, beneficiaries of the Quota Policy Program in this Campus, will be analyzed. The methodology used in the evaluation research focuses on both qualitative and quantitative aspects. To conduct this research, a documentary study was made using institutional instruments, such as minutes, reports, opinions, among others, which contained information that was relevant for the research. Data collection was conducted through participant observation, questionnaires to indigenous and non-indigenous students as well as semi-structured interviews with managers, coordinators, teachers and indigenous students at the Miracema Campus. The subjects of the evaluation research were the indigenous students enrolled for a degree in the Undergraduate Schools of Education and Social Work, between 2005 and 2009, a sufficient time for the evaluation. It became clear, however, with support in data, that the quota policy of the UFT ensures mainly the access, relegating to a secondary position the situation of the indigenous students during their stay, and it is essential to assess the policy, specifically focusing on the factors that go beyond the increase in the number of vacancies, but are related to their stay, such as, building a students' restaurant and a residence hall in all the university campuses, resources for the indigenous students to go from the native village to the university, among others. Thus, one should recognize the importance of this policy for the indigenous people, with regard to access. However, regarding their stay, the UFT/Miracema Campus needs, in addition to expanding their actions, to qualify those under way. In concrete terms, there has not been a planned policy of access and stay for the indigenous students in the institution, which may lead to a good academic performance, and consequently to a high quality education.

Keywords: Evaluation of public policies. Quota policy. Indigenous students. College education. Affirmative action policy.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa do Tocantins/Minipaisagem dos campi da UFT e sua respectiva localização.....	56
Figura 2 - Mapa geográfico do Estado do Tocantins, em destaque ao centro o município de Miracema	80
Figura 3 - Vista Panorâmica das cidades de Miracema e Tocantínia – O rio Tocantins ao centro.....	81
Figura 4 – Reservas indígenas do estado do Tocantins.....	84

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Faixa etária - Estudantes não indígena/Miracema	104
Gráfico 2 – Local - Estudantes Cotistas/Miracema/Conclusão do Ensino Médio	106
Gráfico 3 – Políticas e ação afirmativa - Campus/Miracema.....	119
Gráfico 4 – Desempenho acadêmico/indígenas - Campus/Miracema	126
Gráfico 5 – Disciplinas/Desempenho Acadêmico/Reprovação/Indígenas - Campus/Miracema	128
Gráfico 6 – Número de Disciplinas/Reprovação/Indígenas - Campus/Miracema	129

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Vagas oferecidas nos Vestibulares da UFT/Sistema - Universal e Cotas	48
Tabela 2 – Número de indígenas inscritos no vestibular da UFT/Ano	49
Tabela 3 – Vagas ofertadas nas IES brasileiras em 2005 e 2009, por categoria administrativa	50
Tabela 4 – Número de vagas ofertadas nas IES do Estado do Tocantins em 2005 e 2009, por categoria administrativa	51
Tabela 5 – Número de IES no Estado do Tocantins existentes em 2005 e 2009, por categoria administrativa	51
Tabela 6 – Vagas ofertadas, indígenas inscritos e aprovados na UFT de 2005 a 2009 ..	52
Tabela 7 – Cursos de graduação/Vagas por Curso e <i>Campus</i> da UFT	59
Tabela 8 – Grupos Étnicos do Tocantins, dados populacionais e suas localidades	64
Tabela 9 – Inscritos no vestibular da UFT/ <i>Campi</i> - 2005 e 2009	65
Tabela 10 – Vagas ofertadas no vestibular da UFT/ <i>Campus</i> - 2004 a 2009	66
Tabela 11 – Indígenas aprovados no vestibular da UFT/ <i>Campi</i> - 2004 a 2009	67
Tabela 12 – Número de indígenas matriculados na UFT/ <i>Campus</i> /cursos - 2º semestre/2009	68
Tabela 13 – Vagas/inscritos/aprovados no vestibular da UFT - 2005 a 2009	69
Tabela 14 – Estudantes indígenas matriculados no Campus de Miracema 2009/2	89
Tabela 15 – Dados sobre os Xerentes /Deslocamento/Residência/Campus de Miracema em 2009/2	90
Tabela 16 – Vagas/inscritos/Concorrência/Classificados/Matriculados–UFT/Vestibular/Campus/Miracema - Entrada: 2004/1 Curso Pedagogia – Supervisão Educacional	92
Tabela 17 – Vagas/inscritos/Concorrência/Classificados/Matriculados-UFT/Vestibular/Campus/Miracema - Entrada: 2004/1 Normal Superior	92
Tabela 18 – Vagas/inscritos/Concorrência/Classificados/Matriculados-UFT/Vestibular/Campus/Miracema - Entrada: 2005/1 - Curso Pedagogia – Supervisão Educacional	93
Tabela 19 – Vagas/inscritos/Concorrência/Classificados/Matriculados-UFT/Vestibular/Campus/Miracema - Entrada: 2005/2 - Curso Pedagogia – Supervisão Educacional	94
Tabela 20 – Vagas/inscritos/Concorrência/Classificados/Matriculados-UFT/Vestibular/ Campus/Miracema - Entrada: 2006/1 - Curso Pedagogia – Supervisão Educacional	95
Tabela 21 – Vagas/inscritos/Concorrência/Classificados/Matriculados-UFT/Vestibular/Campus/Miracema - Entrada: 2006/2 - Curso Pedagogia – Supervisão Educacional	95

Tabela 22 – Vagas/inscritos/Concorrência/Classificados/Matriculados-UFT/ Vestibular/Campus/Miracema - Entrada: 2007/1 - Curso Pedagogia – Supervisão Educacional	97
Tabela 23 – Vagas/inscritos/Concorrência/Classificados/Matriculados-UFT/ Vestibular/ Campus/Miracema - Entrada: 2007/2 – Cursos: Serviço Social e Pedagogia	97
Tabela 24 – Vagas/inscritos/Concorrência/Classificados/Matriculados-UFT/ Vestibular/Campus/Miracema - Entrada: 2008/1 – Curso: Serviço Social ...	98
Tabela 25 – Vagas/inscritos/Concorrência/Classificados/Matriculados-UFT/ Vestibular/Campus/Miracema - Entrada: 2008/2 – Cursos: Serviço Social e Pedagogia	99
Tabela 26 – Vagas/inscritos/Concorrência/Classificados/Matriculados-UFT/ Vestibular/Campus/Miracema - Entrada: 2009/1 – Curso: Serviço Social ...	100
Tabela 27 – Vagas/inscritos/Concorrência/Classificados/Matriculados-UFT/ Vestibular/Campus/Miracema - Entrada: 2009/2 – Cursos: Serviço Social e Pedagogia	101
Tabela 28 – Trajetória dos estudantes indígenas no ensino médio e suas respectivas Unidades de Ensino	108
Tabela 29 – Respostas em Percentual - opinião dos estudantes indígenas sobre o meio de transporte das suas residências a universidade	110
Tabela 30 – Nível de atendimento e relacionamento dos agentes envolvidos diretamente com os indígenas na UFT/Campus/Miracema	111

LISTA DE SIGLAS

ABRUEM	Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais
AI	Argumento de Inclusão
ANDIFES	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
ANPED	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
CEERT	Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades
CEFET-BA	Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia
CEFETE-PE	Centro Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
CEFET-RN	Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte
CEFET-SE	Centro Federal de Educação Tecnológica do Sergipe
CEPPIR	Comissão Especial de Política da Igualdade Racial
CONSED	Conselho Nacional de Secretários de Educação
CONSEPE	Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão
DCE	Diretório Central dos Estudantes
ENADE	Exame Nacional de Desempenho de Estudantes
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
ESCS-DF	Escola Superior de Ciências da Saúde
FACEF	Centro Universitário de Franca
FAETEC	Fundação de Apoio à Escola Técnica do Rio de Janeiro
FAMERP	Faculdade de Medicina S. J. do Rio Preto
FATEC	Faculdade de Tecnologia São Paulo
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
ForGRAD	Fórum Brasileiro de Pró-Reitores de Graduação das Universidades Brasileiras
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
GT	Grupo de Trabalho
GTI	Grupo de Trabalho Interministerial
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
INCLUSP	Programa de Inclusão Social da USP
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MCTES	Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
MEC	Ministério da Educação
NEAB	Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros
NEAI	Núcleo de Estudos em Assuntos Indígenas

PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PIMI	Programa Institucional de Monitoria Indígena
PNE	Plano Nacional de Educação
PPI	Projeto Pedagógico Institucional
PROEX	Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários - UFT
PROLIND	Programa de Formação Superior e Licenciatura para Indígenas
PROUNI	Programa Universidade para Todos
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SECAD	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade
SEDUC	Secretaria da Educação e Cultura
SEPPIR	Secretaria Especial de Política de Promoção da Igualdade Racial
SESU	Secretaria de Ensino Superior
SIE	Sistema de Informação para o Ensino
SPI	Serviço de Proteção ao Índio
UEA	Universidade Estadual do Amazonas
UEFS	Universidade Estadual de Feira de Santana
UEG	Universidade Estadual de Goiás
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UEMG	Universidade Estadual de Minas Gerais
UEMS	Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul
UENF	Universidade Estadual do Norte Fluminense
UEPB	Universidade Estadual da Paraíba
UEPG	Universidade Estadual de Ponta Grossa
UERGS	Universidade Estadual do Rio Grande do Sul
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UESC	Universidade Estadual de Santa Cruz
UEZO	Centro Universitário Estadual da Zona Oeste
UFABC	Universidade Federal do ABC
UFAL	Universidade Federal de Alagoas
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UFMA	Universidade Federal do Maranhão

UFPA	Universidade Federal do Pará
UFPI	Universidade Federal do Piauí
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRA	Universidade Federal Rural da Amazônia
UFRB	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFRPE	Universidade Federal Rural de Pernambuco
UFRR	Universidade Federal de Roraima
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFSCAR	Universidade Federal de São Carlos
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UFT	Universidade Federal do Tocantins
UnB	Universidade de Brasília
UNDIME	União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação
UNEB	Universidade Estadual da Bahia
UNEMAT	Universidade do Estado de Mato Grosso
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UNIFESP	Universidade Federal de São Paulo
UNIMONTES	Universidade Estadual de Montes Claros
UNITINS	Universidade do Tocantins
UPE	Universidade de Pernambuco
USJ	Centro Universitário de São José
USP	Universidade de São Paulo
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO I - O PERCURSO METODOLÓGICO D A PESQUISA AVALIATIVA	23
1.1 Procedimentos de pesquisa: passo a passo	25
1.2 Avaliação de políticas públicas	28
1.3 Abordagem conceitual de avaliação de políticas públicas	30
1.4 Conceitos básicos	31
1.5 Concepções quanto aos tipos de avaliações	33
CAPÍTULO II - POLÍTICAS DE COTAS PARA INDÍGENAS NO CONTEXTO NACIONAL E LOCAL DE EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR.....	40
2.1 Contextos: ações afirmativas e políticas de cotas na educação superior brasileira	40
2.2 Contextos locais: políticas de cotas na UFT	48
CAPÍTULO III - A TRAJETÓRIA INSTITUCIONAL DA POLÍTICA DE COTAS INDÍGENAS NA UFT.....	55
3.1 A implantação da UFT no Estado do Tocantins.....	56
3.2 O percurso da política de cotas para indígenas na UFT	60
3.3 O ingresso de estudantes indígenas: sua presença no vestibular da UFT (2004 a 2009)	66
3.4 Breve descrição sobre os programas de permanência na UFT.....	70
3.5 Eventos indígenas na UFT: expressões de participação.....	74
CAPÍTULO IV - ESTUDO DE CASO: UMA AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS DO PROGRAMA DE COTAS NO CAMPUS MIRACEMA – UFT.....	77
4.1 A UFT no contexto do Município de Miracema	78
4.2 Os Xerentes no contexto local.....	81
4.3 Trajetória da implementação do programa de cotas no Campus de Miracema no contexto da UFT (2004-2009)	87
4.4 De quem estamos falando? O perfil sócioeconômico dos alunos indígenas admitidos ao campus de Miracema.....	103
4.5 Avaliando as estratégias desenvolvidas no campus para a promoção do acesso do indígena à universidade	112
4.6 Avaliando as ações de permanência	116
4.7 Rendimento dos alunos indígenas: uma avaliação	124
4.8 Avaliando resultados do Programa de Cotas com alunos Xerentes, gestores e Professores	129
4.8.1 Avaliando com os alunos Xerentes	130
4.8.2 Avaliando com gestores	133
4.8.3 Avaliando com os professores.....	138
4.9 Histórias vividas: perspectivas dos estudantes indígenas.....	141
4.10 Avaliando os resultados: uma síntese.....	144
4.11 Distintas percepções dos estudantes, gestores e professores do acesso, ingresso e a permanência	147
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	149
REFERÊNCIAS	152
APÊNDICES.....	159

INTRODUÇÃO

Nos dias de hoje, percebe-se que o debate sobre a desigualdade étnico-racial e o seu enfrentamento vem tomando novas proporções. A academia e a sociedade como um todo têm demonstrado “preocupação” com o assunto, dialogando com os movimentos organizados, a fim de criar ações afirmativas para a “superação das desigualdades”, ou encontrar formas de convivência mais justas e democráticas.

A Universidade Federal do Tocantins (UFT), fundada em 2003, tem incluído também nos seus fóruns de discussão, ações que pretendem garantir o acesso dos considerados “excluídos” aos seus espaços acadêmicos. O desafio da UFT, nesse sentido, é, principalmente, o de incluir estudantes de origem indígena.

Essas ações têm seu marco inicial através de audiência solicitada pelas lideranças indígenas das nações Apinajé, Krahô, Karajá, Javaé, Xerente e Xambioá, quando entregaram ao reitor da instituição a “Carta dos povos indígenas”, contendo uma pauta de reivindicações para garantir o acesso e a permanência dos indígenas na universidade, tais como: garantia de participação dos indígenas na UFT; garantia de moradia para os estudantes indígenas; acompanhamento do processo educacional voltado para os povos indígenas, tanto na sua concepção, quanto na sua execução; formação de professores indígenas; elaboração de material didático, junto à Secretaria de Estado da Educação e Cultura do Tocantins; garantia do acesso à universidade, por meio da organização de cursinho pré-vestibular, reserva de 10% das vagas para estudantes de origem indígena; elaboração de prova específica no vestibular; criação de cursos de graduação para serem ministrados nas áreas indígenas.

Embora alguma dessas ações em sua totalidade não tenham sido implementadas, o envolvimento da comunidade acadêmica foi decisivo para construir outras estratégias que incluíssem nos seus fóruns a realização de eventos que contemplassem os interesses dos indígenas, como seminários, congressos e reuniões diversas.

Assim se iniciou, em 2003, um movimento em prol das cotas, a partir do interesse e envolvimento de indígenas, demonstrados através do encaminhamento de um abaixo-assinado às autoridades competentes. Naquele momento, embora de forma tímida, após inúmeras discussões teóricas e políticas sobre o assunto, o que se viu foi o interesse de boa parte da comunidade acadêmica pela implementação da política de cotas na UFT.

Contudo, para uma melhor compreensão do assunto, buscamos situar de forma breve o debate sobre as cotas no contexto do Estado. Assim sendo, de acordo com os dados do Censo/IBGE 2007, o Estado do Tocantins é constituído por 1.243.627 habitantes, dos quais

834.047 se autodeclararam pardos; 89.054, negros; 304.069, brancos; e 14.092, índios. Há sete etnias indígenas em todo o seu território: Karajá, Javaé, Apinajé, Krahô, Krahô-Kanela, Xerente e Xambioá (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTADÍSTICA, 2007). Diante desse quadro demográfico e étnico, a comunidade acadêmica, a classe política e os indígenas, e das reivindicações desses últimos, passaram a pensar em ações afirmativas que fossem capazes de enfrentar o acesso da população indígena à educação superior. Essas ações, dentre elas a política de cotas, vêm, então, contribuir, em última instância, para a discussão da promoção da igualdade na UFT.

Assim, considerando a relevância das ações afirmativas e a sua repercussão na mídia e na sociedade civil, este trabalho se propõe a avaliar o programa de cotas da UFT, buscando compreender como se dá o processo de implementação e os primeiros resultados dessa política para índios na UFT, especificamente no *Campus* Miracema, junto aos estudantes indígenas, que ingressaram pelo referido sistema, no atual contexto político de democratização da educação superior. A pesquisa tem ainda os seguintes objetivos específicos:

- a) identificar ações e estratégias da política de cotas desenvolvidas no *Campus* Universitário de Miracema, verificando como estas se estruturam para a efetivação do acesso dos estudantes indígenas à universidade, bem como para assegurar a permanência desses estudantes no ensino superior;
- b) descrever o perfil socioeconômico dos estudantes cotistas matriculados no *Campus* Universitário de Miracema;
- c) analisar comparativamente os dados referentes a acesso, desempenho e permanência dos estudantes indígenas;
- d) compreender a política de cotas da UFT – *Campus* Miracema através da concepção dos atores institucionais envolvidos.

Tratar desse assunto implica admitir que as idéias aqui apresentadas tenham relevância para toda a sociedade, porque o acesso, ingresso e a permanência de estudantes indígenas na UFT são eventos recentes e, no Estado do Tocantins, só existe nessa universidade. Contudo, avaliar a referida política, identificando os gargalos que se contrapõem ao acesso, ingresso e à permanência de estudantes indígenas na universidade, é um grande desafio, uma vez que não dispomos ainda de dados suficientes para responder a uma série de questões que são colocadas pela própria dinâmica dos acontecimentos.

Assim, esta dissertação apresenta uma breve problematização¹ acerca das ações afirmativas para indígenas, bem como sobre o contexto geral da política de ensino superior no país, discutindo a política de cotas no Brasil e, mais especificamente, na UFT – *Campus* Miracema, avaliando como a política de cotas foi implementada na universidade.

Para tanto, foi realizada uma pesquisa avaliativa em busca de dados sobre acesso, ingresso e permanência dos estudantes indígenas da população Xerente, matriculados no *Campus* de Miracema entre 2004 e 2009, identificando os mecanismos criados pela universidade para atender as especificidades e dificuldades desses alunos, de forma a favorecer a entrada e permanência deles na UFT. A pesquisa avalia, ainda, os primeiros resultados dessa política de cotas não só no contexto universitário, mas também quanto aos resultados na vida desses indígenas.

O *Campus* de Miracema serve de base para a pesquisa, haja vista o pesquisador ser servidor desse *campus*, e sempre participa de discussões com coordenadores de programas que trabalham com políticas de acesso e permanência de alunos oriundos de comunidades indígenas, percebendo as tensões entre as práticas institucionais e os interesses acadêmicos dos indígenas.

Escolhi centrar a pesquisa entre os estudantes da etnia Xerente. Essa escolha Xerente deve-se ao fato de que ela apresenta o maior número de estudantes matriculados na UFT e se localiza próximo à cidade de Miracema, confirmando assim que “[...] o povo Xerente tem estado entrelaçado às múltiplas facetas que o ‘mundo dos brancos’ tem a lhe oferecer.” (MOI, 2007, p. 21).

Esta pesquisa avaliativa combinou uma abordagem metodológica de caráter qualitativo e quantitativo, através da pesquisa bibliográfica, entrevistas e questionários que possibilitaram avaliar e identificar os aspectos não só de democratização do ensino, mas também de permanência dos estudantes indígenas na universidade a partir da política de cotas, assim analisando, como os seus resultados interferem na vida destes indígenas, consequentemente na realidade dos povos Xerente.

As informações colhidas foram ricas para a compreensão do objeto pesquisado, a partir das quais, será possível desfazer equívocos e desconstruir conceitos, compreendendo parte dessa complexa experiência sob a ótica dos envolvidos em seus mais diversos aspectos.

¹ As discussões teóricas fundamentam-se, em geral, nos estudos de autores como Carvalho (2003), Holanda (2006), Brandão (2005), D’Adesky (2001), Cohen e Franco (2008), Minayo, Assis e Souza (2005), Freyre (1966), dentre outros.

Vale ressaltar que, por ser a UFT a única instituição pública no Estado do Tocantins que desenvolve ações institucionais afirmativas para minorias e por ser uma universidade *multicampi*, seus resultados passam a ser objeto de estudo de muitos pesquisadores interessados, em investigar a política de cotas ora implementada. Contudo, o espaço de debate e os posicionamentos relativos à política de cotas executada pela UFT são muitos, alguns contrários e outros favoráveis, o que deixa evidente a necessidade da ampliação de estudos sobre as ações afirmativas no âmbito da universidade.

Assim, este estudo parte da concepção de que é preciso problematizar o discurso que fundamenta a implementação do sistema de cotas na UFT – *Campus Miracema*, buscando, junto aos estudantes indígenas e à própria comunidade acadêmica, conhecimentos que possibilitem uma compreensão de seus resultados. Considera-se, ainda, que, sendo uma política de implementação recente, necessita de análises mais amplas para possível reorientação aos objetivos com que foi implementada, sobretudo compreendendo como a formação acadêmica dos estudantes indígenas repercute no desenvolvimento de seu povo, muito embora os impactos sociais do programa de cotas nas comunidades indígenas do Tocantins não seja este, o objetivo deste estudo avaliativo.

Por fim, este trabalho pretende contribuir para dar visibilidade e, conseqüentemente, possibilitar melhorias na qualidade das políticas de democratização e inclusão no ensino superior, além de servir de referencial e embasamento para outras pesquisas.

A dissertação está estruturada em quatro capítulos, conforme detalhamos a seguir.

No capítulo primeiro, apresentamos o percurso metodológico da pesquisa avaliativa sobre a política de cotas da UFT, destacando as trajetórias possíveis que permitiram o debate acerca do objeto de estudo. Os autores que deram suporte para a pesquisa nos permitem afirmar que os caminhos e procedimentos metodológicos selecionados seriam aqueles capazes de responder as indagações propostas, possibilitando verificar como se deu a implementação da política de cotas da UFT – *Campus Miracema*.

Em seguida apresentamos uma análise sobre a avaliação de programas e políticas públicas no Brasil, buscando resgatar os diferentes aspectos metodológicos que podem ser utilizados na avaliação de uma determinada política. No mesmo capítulo, enfocamos a partir de uma abordagem conceitual a importância do uso da avaliação a luz de teorias defendida por estudiosos como: Silva, Cohen e Franco, Ala-harja e Helgason, Garcia e etc. Essa discussão ajuda a compreender os embates referentes a evolução dos conceitos, concepções e paradigmas que norteiam a construção teórica do processo de avaliação de Políticas Públicas no contexto brasileiro, no qual se encontra inserido o Programa Política de Cotas da UFT.

No segundo capítulo será abordado às questões relacionadas à política de ações afirmativas, a trajetória da referida política desde a sua origem norte-americana a sua implementação no contexto brasileiro. Em seguida, seguem argumentos que abordam algumas das principais discussões de autores que discutem a implementação dessa medida no meio acadêmico e como esta tem influenciado os atuais processos de democratização no interior das universidades. Será discutido ainda, o tema democratização do ensino superior, considerando a política de acesso nos governos Fernando Henrique Cardoso e Luis Inácio Lula da Silva.

Neste sentido buscou ainda ampliar a discussão relacionada à política de acesso e permanência em nível nacional e no contexto local, neste caso o Tocantins, considerando a implementação da política de cotas na UFT, como possibilidade de inclusão do indígena à universidade. Para tanto, os dados quantitativos, no contexto das instituições de ensino superior brasileiras, que trata sobre as políticas de reserva de vagas que têm sido implementadas atualmente; além de dados acerca dessas políticas de expansão do ensino superior no contexto do Estado do Tocantins, além de alguns dados sobre a entrada de indígenas nos anos de 2005-2009 nessa universidade.

No terceiro capítulo, pretendemos analisar como se deu o processo de implantação das cotas na UFT e como os sujeitos envolvidos percebem as ações demandadas da referida política para o acesso, ingresso e permanência do cotista na universidade, por meio da construção da trajetória da política de cotas indígenas na UFT.

Assim, analisamos, inicialmente, o surgimento da Universidade Federal no contexto do Estado do Tocantins, a sua trajetória e importância social, e como esta tem se estruturado no decorrer desses anos para a expansão e democratização do ensino.

Será focado o Programa Política de Cotas da UFT, as ações e condições institucionais ora desenvolvidas para o acesso, ingresso e permanência de estudantes indígenas na universidade, avaliando como a referida política tem se efetivado para atendimento a esses povos, especificamente os indígenas Xerentes, matriculados no Campus de Miracema, locus desse estudo e quais os programas institucionais implementados pela UFT para a permanência do indígena no ensino superior, como o PIMI e Bolsa Permanência, e como têm sido conduzido para que o estudante indígena especificamente os Xerentes matriculados no Campus de Miracema permaneça com qualidade na universidade. Finalmente será mencionado alguns eventos realizados pela UFT, em que envolveu a participação do estudante indígena, possibilitando, assim, a integração e troca de saberes entre os sujeitos.

No quarto capítulo nos propomos, a partir da investigação de documentos da UFT, avaliar os resultados do programa de cotas indígenas no Campus de Miracema, analisando seu processo de implementação e os primeiros resultados, buscando compreender como o acesso, ingresso e a permanência dos estudantes indígenas são concebidos, neste espaço, pelos sujeitos envolvidos, no caso, estudantes indígenas, professores e gestores da UFT.

Contudo, em se tratando de um estudo de caso com base em (Yin-2005) a partir das evidências empíricas, trataremos de situar como a universidade está inserida no contexto do município de Miracema, verificando em que circunstâncias os indígenas Xerente situam-se, socialmente, no município e, mais especificamente, como se situam os estudantes indígenas Xerentes no campus de Miracema – UFT, analisando o perfil sócio econômico dos estudantes indígenas Xerente, matriculados no campus de Miracema, no período de 2005 a 2009, descrevendo suas histórias e situações de desafios vivenciadas pelos indígenas no cotidiano da universidade.

Em um segundo momento, discorreremos ainda sobre as estratégias desenvolvidas no campus para a promoção do acesso, ingresso e permanência do indígena no campus de Miracema, destacando as ações de permanência até então desenvolvidas e avaliando como estas tem sido implementadas e quais possíveis resultados tem apresentado para que o estudante indígena permaneça com qualidade na universidade.

Será realizada, ao final, uma síntese dos resultados avaliando como tem sido conduzido o programa de cotas na instituição avaliando as ações em andamento e quais as possíveis na visão dos sujeitos, necessitam serem implementadas para que alcancem a efetividade do programa.

Por fim, apresentamos nossas considerações finais.

CAPÍTULO I

O PERCURSO METODOLÓGICO D A PESQUISA AVALIATIVA

Este estudo trata de uma compreensão geral a respeito do acesso de indígenas ao ensino superior no Brasil por meio da avaliação da política de cotas da UFT. Para tanto, caracteriza-se como uma pesquisa de natureza exploratória, cuja finalidade é possibilitar e formular hipóteses, discutir conceitos e realizar análises, visando ao entendimento de várias leituras da realidade estudada. Como informa Gil (1999, p. 43), “[...] as pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato.”

Além da pesquisa exploratória, neste estudo, se trabalhou também com a pesquisa participante, que, como ensina Boterf (1984, p. 72), busca não somente provocar ações passíveis de desencadear mudanças nas condições de vida e na realidade de uma comunidade, mas “[...] também desenvolver a capacidade de análise e resolução dos problemas que enfrentam e convivem cotidianamente”.

Por via da pesquisa participante, pretendemos observar o contexto acadêmico, estabelecendo uma relação direta com os estudantes indígenas pelo diálogo, e buscamos permanecer atentos aos fatos sobre o tema, que surgirem durante a pesquisa. Foi adotado, na referida técnica, um caderno de anotações, que serviu para o registro de dados e impressões sobre os envolvidos no processo, o qual foi usado como base para análise na feitura deste texto dissertativo, ora relatado.

O campo de pesquisa é a Universidade Federal do Tocantins (UFT), mais especificamente o *Campus* de Miracema. Os sujeitos pesquisados foram estudantes universitários índios e não índios, com destaque para os primeiros, bem como gestores, coordenadores e professores dos cursos de Pedagogia e Serviço Social².

A escolha do local ocorreu em razão de esta universidade possuir um significativo número de alunos indígenas Xerentes, e por Miracema ser uma cidade do Brasil em que o ensino superior parece estar estreitamente associado à política de cotas indígenas, fato ainda desconhecido por muitos. Pesou também na escolha o fato de o *Campus* Miracema da UFT ser um dos mais próximos da população indígena investigada, sendo comum encontrar pessoas da população Xerente diariamente no Município.

² A referência que fizemos aos cursos de Pedagogia e Serviço Social serve para esclarecer que estes eram até o momento da pesquisa os existentes do *Campus*.

Ao todo, foram sujeitos desta pesquisa os estudantes indígenas matriculados nos *campi* de Miracema e Palmas, sendo que do último foi tomada de forma aleatória apenas uma amostra, os quais responderam os questionários propostos. Responderam aos questionários 18 estudantes indígenas, 11 alunos matriculados nos cursos de Pedagogia e Serviço Social em Miracema e sete matriculados no *Campus* de Palmas. Foram aplicados, ainda, 32 questionários a estudantes não índios, 18 para alunos de Pedagogia e 14 para alunos de Serviço Social, de modo a possibilitar a análise comparativa dos dados de acesso, ingresso e permanência dos estudantes na universidade. Participaram desta pesquisa alunos de outras etnias, matriculados em outros cursos da UFT, principalmente acadêmicos indígenas matriculados no *Campus* de Palmas, onde se concentra o maior número de estudantes, a fim de obtermos uma visão quantitativa mais ampliada do sistema de cotas implementado na universidade.

Considerando a necessidade de entender as percepções e perspectivas dos envolvidos em relação ao processo de implementação das políticas de cotas na universidade, foram coletadas informações por meio de entrevistas do tipo aberta, onde pedimos aos entrevistados que comentassem as suas experiências e considerações acerca do objeto. Foi elaborado um roteiro para entrevista com o tema central relacionado à política de cotas da UFT, enfocando os fatores acesso, ingresso e permanência de estudantes indígenas na universidade.

Os entrevistados foram: três alunos cotistas, o gestor do *Campus* de Miracema, bem como os coordenadores dos cursos de Pedagogia e Serviço Social, além de um professor de cada curso, perfazendo um total de oito servidores do *Campus* de Miracema. Quanto ao *Campus* de Palmas, foi realizada entrevista com a representante da gestão responsável pelos programas relacionados a assuntos estudantis da universidade.

As entrevistas realizadas com esses sujeitos pesquisados tiveram como finalidade compreender qual a impressão deles quanto às ações e aos procedimentos desenvolvidos pelos *campi* para o acesso, ingresso e permanência de estudantes indígenas na universidade.

Dessa forma, procuramos dialogar com o corpo docente e o discente, a fim de obter dados e ações, tornando a comunidade presente e participante na pesquisa. Nessa perspectiva, buscamos subsídios e caminhos da pesquisa avaliativa entre pesquisador e pesquisados com relação aos problemas propostos com base na coleta e análise de dados.

1.1 Procedimentos de pesquisa: passo a passo

Dada a amplitude do programa política de cotas, a investigação pautou-se por uma abordagem metodológica mista, qualitativa e quantitativa, com destaque para a pesquisa qualitativa. A coleta de dados foi realizada com base num estudo de caso, de caráter exploratório e descritivo, desde a seleção de vários materiais em que classificamos fontes primárias e secundárias. Vale ressaltar que a pesquisa empírica foi realizada na UFT, entre o primeiro e o segundo semestres de 2010.

As técnicas utilizadas foram as seguintes: pesquisa bibliográfica e documental, entrevistas semiestruturadas e questionários com questões fechadas e abertas.

A pesquisa bibliográfica e documental incidiu, predominantemente, nos estudos relativos a temas como a democratização do ensino no Brasil, política pública de ensino superior e ações afirmativas. Para tanto, serviram de bases para consulta documentos, como a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes Gerais da Educação, Estatuto da Igualdade Racial, bem como marcos legais institucionais que tratam do assunto – resoluções, pareceres e relatórios – dentre outros. Com isso, foi possível contextualizar o panorama socioeconômico e político em que a política de cotas foi formulada, identificando as discussões, propostas e implementação do programa que culminaria na política de acesso e permanência dos estudantes indígenas na UFT. Não se trata aqui do esgotamento do tema, mas apenas de um passo inicial rumo à compreensão dos fatos.

Desse modo, as fontes de dados para a pesquisa constituem-se de livros, relatórios, atas, boletins, resoluções, planos, leis, portarias, decretos, material eletrônico, dentre outros documentos oficiais e institucionais, além de dissertações e outras referências que possibilitassem subsídios teóricos para o entendimento de conceitos e definições como *ação afirmativa, educação superior, política de cotas, acesso e permanência no ensino superior e assistência estudantil*.

O *site* do MEC foi utilizado para coleta de informações sobre ensino superior no Brasil, políticas públicas para a educação e o sistema de cotas na universidade. Já o *site* do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) serviu para consulta de dados estatísticos e outras informações acerca do acesso ao ensino superior por meio das cotas. Já na página do SINAES, a busca se deu pela necessidade de se conhecer a visão oficial sobre como as instituições federais de ensino superior (IFES), sobretudo a UFT, desenvolvem as políticas de atendimento aos estudantes.

Os dados do sistema de informação para o ensino (SIE) possibilitaram o resgate dos resultados de acesso, ingresso e permanência de alunos matriculados na UFT, ensejando a análise comparativa de estudantes indígenas que ingressaram “antes” e após a implementação do sistema de cotas na universidade. Por meio desse sistema, também foi possível consultar os cursos ofertados, estruturas curriculares, alunos matriculados por curso, entre outros dados.

Dessa forma, ressalta-se que foi realizada, especificamente, uma pesquisa de documentos institucionais da UFT, com o levantamento de informações que permitiu compreender como é o funcionamento da política de cotas implementada na universidade. Para tanto, foram analisados documentos institucionais, como dados estatísticos da secretaria acadêmica, leis, minutas, portarias, editais, censos e históricos escolares, além de documentos da Pró-Reitoria de Graduação, resoluções internas, relatórios de resultados acadêmicos do período de 2004 a 2009, atas de reuniões das comissões que tratam das questões indígenas, como Programa Institucional de Monitoria Indígena (PIMI), bolsa-permanência e projetos de pesquisa e extensão desenvolvidos por docentes.

A análise desses documentos foi fundamental e serviu para identificar o atual contexto político da instituição, que norteia a avaliação dos resultados da política de cotas na UFT .

Para tanto, consideramos o espectro temporal de 2004 a 2009. Os relatórios deste período permitiram conhecer as ações desenvolvidas na UFT, relacionadas às ações afirmativas, além de possibilitar a análise dos últimos dados da avaliação do SINAES referente ao *Campus* de Miracema.

Além disso, com estes documentos, realizamos levantamentos estatísticos. Assim, dados da secretaria acadêmica possibilitaram conhecer os resultados de acesso, ingresso e permanência dos estudantes matriculados no *campus*: atas de reuniões trazem informações sobre as decisões relativas a procedimentos adotados pela UFT, relacionados aos discentes; leis, minutas e portarias serviram para verificar as informações que asseguram o compromisso da instituição para o desenvolvimento dos estudantes, em especial, dos indígenas; por meio dos editais, foi possível conhecer os cursos ofertados pela universidade e as condições para o ingresso de indígenas na instituição. O censo universitário apresenta a quantidade de alunos e de cursos distribuídos por *campus* e os resultados obtidos no período de 2004 a 2009, especificamente no *Campus* de Miracema. O histórico escolar dos alunos serviu de base para a análise do desempenho de estudantes indígenas no *Campus*, analisando a trajetória dos acadêmicos.

Somada à pesquisa documental, uma pesquisa de campo contemplou etapas – trata-se da observação participante no *Campus* de Miracema junto aos estudantes cotistas, onde foram realizadas entrevistas com coordenadores, gestores, professores e indígenas, bem como aplicados questionários aos estudantes cotista³. Ao todo, foram realizadas nove entrevistas semiestruturadas, com perguntas do tipo aberta, condicionando os participantes da pesquisa comentar as suas experiências e considerações sobre o tema. Os questionamentos estavam relacionados a política de cotas, acesso, ingresso e permanência, além de outras questões de que buscavam conhecer as condições socioeconômicas dos estudantes indígenas matriculados na universidade. Participaram da entrevista estudantes indígenas, o gestor (diretor do *Campus* Miracema), a pró-reitora de assuntos estudantis (Reitoria/Palmas) coordenadores de curso (Serviço Social e Pedagogia), além de professores envolvidos com a política de cotas. Os entrevistados fizeram parte da pesquisa, tendo em vista estarem diretamente envolvidos com as ações afirmativas do *campus* e/ou exercerem funções que lhes permitissem conhecer e participar de ações ligadas ao acesso, ingresso e a permanência de estudantes indígenas na UFT.

De acordo com Bauer e Gaskell (2002, p. 65), “[...] o objetivo [da entrevista] é uma compreensão detalhada das crenças, atitudes, valores e motivações, em relação aos comportamentos das pessoas em contextos sociais específicos.” Assim, as entrevistas, semiestruturadas buscaram compreender e analisar as percepções, interpretações e particularidades dos estudantes indígenas e dos servidores da universidade.

Com a finalidade de ampliar o conhecimento e melhor compreender as concepções dos envolvidos acerca da política, buscamos pela observação participante, estabelecer um contato efetivo, participando mais ativamente da vida desses estudantes. Com essa técnica, foi possível acompanhar as relações interpessoais no cotidiano universitário, mediante conversas informais com estudantes indígenas na universidade, participação em reuniões com estudantes indígenas na UFT – Palmas em eventos indígenas, e em atividades desenvolvidas com as comunidades indígenas, como os eventos I Seminário de Extensão e Cultura da UFT e II Semana Acadêmica Indígena, bem como participação no projeto de extensão “Modos de ver: o olhar Xerente sobre sua cultura”.

Além das entrevistas e a observação participante, outras fontes foram fundamentais, como, por exemplo, a aplicação de questionários. Foram aplicados 18 questionários a

³ Cotista – é o termo popular para denominar os estudantes que ingressaram pelo sistema de reserva de vagas.

estudantes indígenas e 32 a estudantes não índios⁴, sendo que, 11 deles foram realizados no *Campus* de Miracema e sete no *Campus* de Palmas. Vale ressaltar que os sete estudantes de Palmas e os 32 estudantes não indígenas foram tomados aleatoriamente e que, coincidentemente, contamos com alunos indígenas matriculados em diferentes grandes áreas do conhecimento. Embora seja em pequeno número, consideramos ser suficiente para o escopo deste trabalho, sendo oportuno mencionar que a avaliação da UFT, em sua totalidade, neste momento, não será realizada, uma vez que a UFT é uma instituição *multicampi* e seus *campi* se localizam distantes um dos outros, dificultando o acesso e o acompanhamento desses indígenas que ali se encontram matriculados por parte do pesquisador.

Os estudantes envolvidos na pesquisa foram dos cursos de Pedagogia (Ciências Humanas); Medicina (Ciências da Saúde); Serviço Social, Direito e Comunicação Social (Ciências Sociais Aplicadas), Engenharia Civil (Engenharias), sendo que o destaque foi para os cursos de Pedagogia e Serviço Social, ambos do *Campus* de Miracema, espaço onde se deu a pesquisa. Os questionários foram destinados aos estudantes indígenas que se matricularam na UFT *Campus* Palmas e *Campus* de Miracema, no período compreendido entre 2005 a 2009. O roteiro das perguntas destinou-se a coletar informações que respondessem a questões socioeconômicas, e também sobre etnias, acesso, ingresso e permanência na universidade.

1.2 Avaliação de políticas públicas

Consideramos de fundamental importância discorrer sobre as questões relacionadas à avaliação de políticas públicas no âmbito do Estado Brasileiro. Com base em algumas leituras, todavia, notamos que nas últimas décadas a avaliação de políticas e programas sociais no Brasil assumiu grande relevância, contribuindo para a eficácia das funções nos processos de planejamento e de gestão. O que foi observado com base em experiências anteriores foi um crescente interesse por parte dos governantes em optar pela avaliação de seus programas como meio de impulsionar os resultados e impactos de suas ações a serviço de uma dada coletividade.

Dessa forma, presumimos que avaliação pode viabilizar: o planejamento na implementação de um dado programa, formulação de intervenções gerenciais, o

⁴ Estudantes não índios – refere-se a alunos que ingressaram em uma instituição de ensino pelo sistema universal. Ressaltamos que, muito embora no desenho metodológico deste trabalho dissertativo tenha sido enunciada a aplicação de questionário para fins de coleta de dados empíricos de estudantes não indígenas, vimos justificar que, em razão de a representatividade desse segmento populacional na pesquisa haver sido pequena consideramos ser desnecessária a utilização ampla dos seus resultados (salvo algumas referências).

monitoramento de sua implementação, bem como reformulações, ajustes, decisões sobre a manutenção ou interrupção das suas ações. Podemos considerar que a avaliação é um instrumento fundamental para a melhoria da eficiência, do investimento público, da qualidade da gestão, bem como para a divulgação desses resultados frutos da política de governo.

Assim sendo, considerando que a avaliação, além de um caráter de mensuração objetiva de resultados, carrega em si aspectos qualitativos, baseados em um julgamento sobre o valor das intervenções que lhes forem concebidos, por parte dos avaliadores internos ou externos, bem como por parte de seus beneficiários.

Desse modo reconhecemos a existência de formas diferentes de realizar uma avaliação. Uma delas é a avaliação acadêmica, mais formal, focada no estudo da efetividade das políticas, seus impactos e benefícios. Outra é quando a avaliação é realizada durante o processo de implementação das políticas e programas, tendo como meta a análise de sua eficiência e eficácia. Há que se reconhecer que no Brasil a importância da avaliação nos últimos anos é reconhecida, ampliando seu campo de debate em todas as esferas governamentais; contudo a avaliação que se propõe com base nesse estudo investigativo tem ênfase nos primeiros resultados na Política de Cotas da UFT, mais especificamente, no *campus* Miracema.

Assim sendo, o objetivo deste trabalho é compreender o processo de implementação da Política de Cotas da UFT, analisando se as ações de acesso, ingresso e permanência podem realmente contribuir para manter o aluno com qualidade na universidade. De forma breve, apresentamos algum dos principais motivos para a adoção da prática da avaliação. Logo em seguida, abordaremos os conceitos mais comumente utilizados no campo da avaliação, como sendo na concepção dos autores suficientes para alcançar o objetivo proposto.

Para tanto, observamos que, no contexto brasileiro, há um crescente interesse dos governos voltados para estudos que dizem respeito à avaliação de políticas, relacionando às questões de efetividade, eficiência, *accountability* e desempenho da gestão pública, como as ferramentas essenciais para gestores, formuladores e implementadores de programas e políticas públicas; haja vista que as avaliações de políticas e programas creditam aos seus formuladores e implementadores condições para a tomada de suas decisões com maior conhecimento, identificando êxitos e superando possíveis fraquezas que venham a ocorrer.

Para Silva (1999), o motivo que levou o interesse dos governantes mais rapidamente pela avaliação de atividades de governo foi a preocupação com a efetividade, ou seja, com a aferição dos resultados esperados e não esperados alcançados pela implementação dos programas.

De acordo esse mesmo autor, outro motivo é o de compreender como o processo pelo qual os programas alcançaram ou não esses resultados, analisando a dinâmica da intervenção estatal e os problemas concretos advindos da implementação. Cita, ainda, que outros motivos relevantes são a aprendizagem organizacional das instituições públicas sobre suas atividades, a tomada de decisão sobre a continuidade ou não dos programas e, ainda, a transparência, qualidade e *accountability* na gestão dos recursos públicos (responsabilização dos gestores por decisões e ações implementadas).

As questões imediatas e centrais a serem respondidas pelos estudos de avaliação se baseiam: em que medida os objetivos propostos na formulação do programa são ou foram alcançados na implementação? Como o programa funciona e quais os motivos que levam ou levaram a atingir ou não os resultados? (SILVA, 1999, 2002).

Desse modo, é com base nessas questões mais gerais, que os estudos poderiam responder às especificidades de um dado programa. Com isto e por meio de diferentes motivações para avaliar, apresentamos a seguir, com base em teóricos, várias possibilidades e conceitos, que servirão de base para orientar os diversos estudos avaliativos.

1.3 Abordagem conceitual de avaliação de políticas públicas

De modo geral, definir o que seja avaliação nos parece algo de muita semelhança. Dessa forma, no entendimento da UNICEF (1990), por exemplo, a avaliação é o exame sistemático e objetivo de um projeto ou programa, finalizado ou em curso, que contemple o seu desempenho, implementação e resultados, com vistas à determinação de sua eficiência, efetividade, impacto, sustentabilidade e a relevância de seus objetivos. Assim sendo, “O propósito da avaliação é guiar os tomadores de decisão, no sentido de orientar quanto à continuidade, necessidade de correções ou mesmo suspensão de uma determinada política ou programa.” (COSTA; CASTANHAR, 2003, p. 972).

Desse modo, se ampliarmos a discussão, considerando as proposta de avaliação *Government Accountability Office* (GAO), dos Estados Unidos, as avaliações de programas são estudos sistemáticos, conduzidos periodicamente ou *ad hoc*, para analisar quão bem um programa está funcionando. De acordo com o órgão, as avaliações podem ser conduzidas por especialistas externos ou por gerentes de programas. Nesse sentido, o GAO, examina a performance dos programas visando a alcançar de seus objetivos e em que contexto o processo avaliativo ocorre.

Nesse contexto, autores como Ala-Harja e Helgason (2000), alertam para o fato de que não há um consenso no que se refere à avaliação. Para tanto, o conceito é definido de múltiplas, e às vezes contraditórias, maneiras, considerando uma variedade de aspectos, tais como Economia, Política, Administração e Sociologia. E acrescenta que a avaliação serve a uma ampla gama de necessidades, discussões, clientes, instituições e praticantes.

1.4 Conceitos básicos

O caráter da atividade de avaliação de políticas públicas nos últimos anos é considerado por muitos teóricos uma tarefa eminentemente multidisciplinar. Dessa forma, sendo ela uma das etapas do processo de planejamento das políticas e programas governamentais, a avaliação possibilita ensejar informações que apontam para novas escolhas; além do que, ao analisar os resultados, por sua vez, podem sugerir a necessidade de reorientação das ações para o alcance dos objetivos traçados. Desse modo, para melhor compreensão do contexto, apresentamos alguns dos conceitos básicos relacionados à avaliação.

- Política – de acordo Silva e Costa (2002, p.18), é o estágio onde as propostas ganham forma e estatuto, recebendo tratamentos formais mínimos, ao serem definidos metas, objetivos e recursos. As políticas transformam-se em programas quando é explicitada a estratégia de implementação e, por uma ação de autoridade, são criadas as condições iniciais para sua implementação.
- Plano – Para Cohen e Franco (2004, p.86), é o conjunto de programas que buscam objetivos comuns. O plano ordena os objetivos gerais e os desagrega em objetivos específicos, que serão os objetivos gerais dos programas. O plano organiza as ações programáticas em uma seqüência temporal, de acordo com a racionalidade técnica e as prioridades de atendimento.
- Programa – Segundo Ala-Harja e Helgason (2000, p.8), é um conjunto de atividades organizadas para serem realizadas dentro de cronograma e orçamento específicos disponíveis para a implementação de políticas, ou para a criação de condições que permitam o alcance de metas políticas desejáveis.

- Projeto – Na afirmação de Garcia (1997, p.6), projeto é um instrumento de programação para alcançar os objetivos de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto final que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação do governo. Quando essas operações se realizam de modo contínuo ou permanente, são denominadas de Atividades.
- Objetivo – Cohen e Franco (2004, p. 88), definem objetivo, como sendo a situação que se deseja obter ao final da implementação do programa, mediante a aplicação dos recursos e da realização das ações previstas.
- Metas – São atributos de um objetivo, criadas para melhor explicitar os alvos a serem perseguidos e evidenciar que o objetivo foi atingido na data prevista.
- Produto – é o resultado concreto obtido a partir das atividades desenvolvidas pelo programa, podendo ser tanto bens quanto serviços.
- Efeito – é o que decorre da influência do programa. Os efeitos são resultados das ações do programa, e podem ser intermediários, em processo, ocorrendo durante o programa, ou finais, que são os que perduram após o programa.
- Impacto – é definido como um resultado, gerado pela dinâmica social, a partir dos efeitos de um programa. Dessa forma, o programa deve estar funcionando durante um tempo suficientemente longo para que se observem as modificações geradas a partir dos efeitos resultantes.
- Eficácia – Pode-se afirmar que é a relação entre o alcance de metas em um determinado espaço temporal, ou seja, é o nível em que se alcançam os objetivos e metas do programa em um certo tempo, não considerando os custos implicados.
- Eficiência – é a relação entre custo e benefícios. É avaliar os custos de uma política e julgar se os mesmos resultados em termos de quantidade e qualidade poderiam ser atingidos com um custo menor.

- Efetividade – Segundo Cohen e Franco (2004, p.107), é a relação entre os resultados e o objetivo “É a medida do impacto ou do grau de alcance dos objetivos”. É avaliar se uma política está realizando aquilo que deveria, comparando às metas estabelecidas inicialmente para determinar se o programa está atingindo os objetivos e/ou se os objetivos precisam ser revistos em função dos resultados encontrados.
- Indicador – Para Januzzi (2003, p. 15), é a quantificação que permite a mensuração dos resultados do programa. “É um recurso metodológico, empiricamente referido, que informa algo sobre um aspecto da realidade social ou sobre mudanças que estão se processando na mesma”.

Assim sendo, acreditamos que o processo de avaliação, quando executado comprometidamente e de forma sistemática, os resultados sinalizam para valores de eficiência, eficácia e efetividade e pode tornar-se efetivamente um instrumento de transformação silencioso, à medida que for introduzido de forma que visualize a realidade do cotidiano de um determinado grupo. Vejamos a seguir alguns tipos de avaliação.

1.5 Concepções quanto aos tipos de avaliações

O processo de avaliação de Políticas Públicas pode ser classificado de acordo vários critérios, segundo Cohen e Franco (2004) e Cotta (1998): se levarmos em conta o(s) sujeito(s) que as realiza podem se classificar em:

- a) avaliação externa – quando esta é realizada por agentes de fora da instituição responsável pelo programa, em sua maioria são pessoas que já contam com experiência neste tipo de atividade. Neste processo avaliativo, podemos citar como vantagem a isenção e objetividade em que os avaliadores externos se manifestam, haja vista não estarem diretamente implicados com o referido processo, podendo, se for o caso, proceder a uma comparação dos resultados obtidos com os de outros programas similares já analisados. Podemos, contudo, reconhecer que o acesso aos dados necessários poderá ser dificultado, considerando que aqueles sujeitos que terão seu trabalho avaliado podem apresentar resistência, se colocar em posição defensiva, fornecendo informações parciais, o que de certo modo diminui a possibilidade de efeito para a qualificação dos programas. Além do mais, o

conhecimento dos métodos que constitui essa avaliação pode não substituir o conhecimento sobre as especificidades do programa, considerando que não existe uma metodologia única para todos os casos;

- b) avaliação interna – é aquela realizada no interior da instituição, neste caso, com maior colaboração dos sujeitos beneficiários do programa. Podemos apresentar como vantagens a eliminação da resistência natural a um avaliador externo, a possibilidade de reflexão e aprendizagem e compreensão sobre a atividade realizada dentro da instituição. Para tanto, em se tratando de objetividade, há uma perda significativa, uma vez que os que julgam estão diretamente envolvidos, tendo formulado e executado o programa. Se a avaliação for realizada internamente à instituição, por pessoas que não participam do programa, na tentativa de reduzir a subjetividade, a situação torna-se semelhante à do avaliador externo;
- c) avaliação mista – busca combinar os tipos de avaliação anteriores, fazendo com que os avaliadores externos tenham contato estreito com os participantes do programa a ser avaliado, de tal forma que se procura manter as vantagens e superar as desvantagens das avaliações internas e externas;
- d) avaliação participativa – usada com maior frequência, adotada principalmente para pequenos projetos, prevê a participação dos beneficiários das ações no planejamento, na programação, execução e avaliação destes.

Na implementação das políticas, a fase mais complexa para o desenvolvimento das ações se encontra no momento da execução dos serviços para o cumprimento dos objetivos e metas preestabelecidos.

Segundo Souza (2006), a avaliação é a etapa final do processo de constituição das políticas públicas. De acordo Minayo, Assis e Souza (2005, p. 21), a avaliação nos últimos 60 anos passou a fazer parte da agenda de investimentos teóricos e práticos, juntamente com as pesquisas sociais, dessa forma, “visando maior eficiência na aplicação de recursos e às efetividades nas ações”.

Nesse contexto, segundo a autora, levando-se em conta a natureza da avaliação, as mesmas podem ser:

* formativas – está relacionada diretamente a formação do Programa; geralmente é adotada na sua fase de implementação, de sorte que possibilita, além da análise propriamente, produzir informações sobre as etapas da implementação. Assim sendo, essas informações

geradas no primeiro momento servem para orientar os envolvidos com o programa a procederem com relação a correções no decorrer do processo, visando a sua melhoria

De acordo Chianca (2001. p. 17), a avaliação de processo ou formativa “tem como objetivo prover informações essenciais sobre um determinado programa para que os gestores possam introduzir mudanças a fim de melhorá-lo ainda durante seu processo de implementação”.

* Somativas – são realizadas quando o programa está sendo implementado há algum tempo ou após a sua implementação, buscando verificar a sua efetividade e aferir julgamento da política como um todo. Essa avaliação está voltada para a análise e produção de informações sobre etapas posteriores a implementação.

Para Chianca (2001. p. 18), a avaliação somativa é conduzida após o término de um programa ou projeto, servindo basicamente para julgar o mérito e a relevância de um programa ou projeto em relação a determinados critérios.

Para Cohen e Franco, (2004), outro fator que se deve levar em conta é o momento da realização da avaliação, podendo ser identificadas:

* avaliação *ex-ante* – realizada ao começo de um dado programa, com a finalidade de dar suporte à decisão de implementar ou não o programa, concebendo os vários projetos segundo sua eficiência para alcançar os objetivos determinados. Desse modo, podemos considerar o diagnóstico como o principal elemento da avaliação *ex-ante*, assim sendo, será com esse procedimento que a alocação dos recursos será disponibilizada de acordo com os objetivos propostos. Neste caso, podem ser utilizadas as técnicas de Análise Custo-Benefício e Análise Custo-Efetividade, mais indicadas aos programas sociais.

* Avaliação *ex-post* – realizada durante a execução de um determinado programa ou ao seu final quando as decisões são baseadas nos resultados alcançados.

Neste tipo de avaliação, quando um programa está em execução, é possível julgar, decidindo se ele deve continuar ou não, com base nos resultados obtidos até o momento. Em caso positivo, cabe aos implementadores da política manter ou não a formulação original. Em caso de finalização do programa, julga-se a pertinência de utilização da experiência, se o mesmo tipo de programa deve ser implementado novamente ou não. A avaliação *ex-post* é a que apresenta maior índice de aplicação.

Ainda de acordo Cohen e Franco (2004), é possível distinguir dois enfoques, quais sejam:

* avaliação de processos – realizada durante a implementação do programa, voltada à dimensão de gestão. Trata-se de uma avaliação periódica que busca detectar as dificuldades

ocorrentes durante o processo. Assim sendo, é possível efetuar as correções ou adequações. Ressaltamos que esse modelo de avaliação viabiliza a melhoria da eficiência operativa;

* avaliação de impactos ou resultados – tem objetivos mais ousados. Neste caso, é possível responder com maior grau de clareza se o programa funcionou ou não. Busca verificar em que medida o programa alcança seus objetivos e quais são os seus efeitos; analisa se houve modificações na situação-problema que originou a formulação do programa, após sua implementação. Contribui para a tomada de decisões sobre política, viabilizando a continuação do programa e a possível formulação de outros.

Consoante Cotta (1998, p. 113), existe uma diferença entre avaliação de resultados e avaliação de impacto e isto:

[...] depende eminentemente do escopo da análise: se o objetivo é inquirir sobre os efeitos de uma intervenção sobre a clientela atendida, então, trata-se de uma avaliação de resultados; se a intenção é captar os reflexos desta mesma intervenção em contexto mais amplo, então, trata-se de uma avaliação de impacto.

Considerando esses pressupostos, este estudo se propõe analisar o Programa Política de Cotas da UFT, mais especificamente o *Campus* Miracema no contexto macro da Política de Educação para a Democratização do Ensino Superior Brasileiro, na qual se encontra inserido. Nessa proposta, a abordagem dos dados institucionais quantitativos e qualitativos colabore para o aprofundamento da análise do contexto em que o fenômeno acontece.

Assim sendo, buscamos em Figueiredo e Figueiredo (1986) a contribuição mais adequada sobre a questão metodológica de avaliação de políticas. Referidos autores admitem que na avaliação de políticas sociais sejam utilizados os métodos próprios da pesquisa social, como pesquisa de população por amostragem, análise de dados agregados, análise de conteúdo, observação participante, entre outros, sendo o fator determinante neste caso o objetivo da avaliação, mais do que a preferência dos avaliadores, que apontam a escolha do método e dos procedimentos.

Para perceber o nível de sucesso ou fracasso de um programa, no entanto, neste caso, o Programa Política de Cotas, “o mais importante é o estabelecimento de conexões lógicas entre os objetivos, os critérios e os modelos analíticos de avaliação.” (FIGUEREDO; FIGUEREDO, 1986, p. 5)

Sabemos, ainda, que, ao avaliar o sucesso ou fracasso de uma política, devemos também considerar que há dois aspectos fundamentais: um objetivo, preocupado em gerar um produto físico, dados e índices que são mensuráveis, e outro subjetivo, relacionado aos sujeitos, tais como: mudanças de atitudes, comportamentos, opiniões, dentre outros.

Cabe ressaltar que os produtos de políticas públicas nem sempre revelam até que ponto os objetivos desejados foram ou não alcançados. São os impactos que possibilitam revelar tais produtos nas condições de vida de uma dada população.

Para tanto, a avaliação proposta neste trabalho se destina ao julgamento dos procedimentos e dos primeiros resultados obtidos a partir do Programa Política de Cotas da UFT, tendo em vista analisar o percurso institucional do programa na universidade, o que pensam os diversos atores envolvidos com o programa – gestores, professores e alunos indígenas, além de apontar mudanças necessárias nos planos e na execução da referida política.

Se pensarmos, no contexto da UFT, no que se refere à Política de cotas, verificamos que a avaliação de processos é a que melhor se aplica, uma vez que o programa se encontra em evidência e que nesse percurso é possível efetuar correções ou adequações com apoio nos seus primeiros resultados.

Percebemos, entretanto, que a avaliação de políticas se relaciona com a implementação do programa, visando a obter um fluxo contínuo de informações para monitorar sua execução. Dessa forma, será possível constatar o processo de elaboração do esperado, em termos de volume e qualidade, no intuito sempre de averiguar os resultados.

Dada a abrangência da política, concordamos com Arretche e Brant (2006, p. 88) quando se referem:

[...] A avaliação julga, valoriza, informa, interpreta, identifica os dados a serem alterados na ação das políticas e programas sociais públicos. É preciso uma concepção totalizante de avaliação que busque apreender a ação desde a sua formulação até sua implementação, execução, seus resultados e impactos. Não é uma avaliação apenas de resultados, mas também de processos. Não é apenas uma avaliação que mensura quantitativamente os benefícios ou malefícios de uma política ou programa, mas que qualifica decisões, processos, resultados e impactos.

Assim sendo, percebemos que o enfoque atual relacionado à avaliação é no sentido de atribuir um mérito ou julgamento sobre o grau de eficiência, eficácia e efetividade de políticas e programas sociais. Esses termos, no entanto, são utilizados muitas vezes como sinônimos, quando na realidade têm significados diferentes.

Para tanto, sendo este o modelo de avaliação, cabe destacar que mais importante do que contar com as melhores técnicas de medida é buscar o aperfeiçoamento dos procedimentos para análise dos efeitos da ação sobre o processo no qual intervém. Cabe afirmar que a relação entre ação e produto deve manter uma conexão direta.

Neste caso, a eficiência de uma política social ou de um programa social para ser bem-sucedida deve estabelecer uma correlação entre custos e benefícios. O montante dos

recursos envolvidos busca aferir a otimização ou desperdício dos insumos utilizados na obtenção dos resultados. Para tanto, a avaliação da eficiência está relacionada diretamente à ação desenvolvida, que tem como objetivo reestruturar a ação para obter, ao menor custo e menor esforço, melhores resultados.

Para Marta Arretche e Maria do Carmo Brant de Carvalho (2006, p.36),

Ao dispor de recursos públicos a ao implementar políticas públicas, o governo está gastando um dinheiro que não é seu; ao fazê-lo, o governo está gastando o dinheiro do contribuinte. O desperdício de recursos, a corrupção ou a incapacidade governamental são, na verdade, entraves à utilização de recursos publicamente geridos para finalidades efetivamente públicas (ARRETCHE; BRANT, 2006, p.36).

Assim sendo, podemos perceber que a eficiência, no entanto, aponta para uma difícil equação quando se refere a custos, insumos, quantidade e qualidade dos resultados; dessa forma, propõe-se realizar uma avaliação entre custos e benefícios para políticas e programas que são úteis à sociedade, atingindo questões sociais, e não simplesmente avaliar a utilização de recursos financeiros sem planejamento nem intenções claras de sua aplicação.

Já na avaliação da efetividade, o foco principal está relacionado ao estudo do impacto ao estudo dos efeitos da ação sobre a questão, objeto do programa ou política. Neste tipo de avaliação o que se questiona é a proposta, são os objetivos e a ação desenvolvida, não em termos de sua capacidade de execução, mas em matéria de sua capacidade de dar respostas adequadas ao desafio posto pela realidade por inteiro (cobertura), no limite do âmbito da intervenção da ação planejada (BAPTISTA, 2000, p. 32).

Essa modalidade de avaliação se estrutura, não só, em dados coletados da realidade, pois se baseiam também em dados secundários disponíveis, como registros, recenseamentos e pesquisas, nos quais se podem obter informações adicionais de grande validade para a análise do antes e do depois da intervenção.

É importante destacar o fato de que esse tipo de avaliação deveria ser aplicado continuamente nos programas e políticas públicas, haja vista que seu objetivo é de avaliar realmente o impacto e os resultados obtidos na implementação das ações de um dado governo.

Deste modo, situamos como sendo a avaliação da efetividade capaz de responder as inquietações postas pela complexidade em que se constituiu o Programa Política de Cotas da UFT, mais especificamente o campus Miracema, locus da investigação. Todavia seria mais efetivo se as ações ora desenvolvidas na universidade fossem capazes em sua capacidade garantir os mínimos sociais que assegurasse à população indígena acesso, ingresso e

permanência com qualidade ao ensino superior. Na verdade, uma rigorosa avaliação de efetividade poderia responder de forma mais precisa a essa questão social.

Nessa perspectiva, as avaliações de efetividade, ao que parece, precisam ser estendidas a todas as políticas públicas, a fim de que estas fossem oferecidas de forma universal e, acima de tudo, com qualidade para todos.

CAPÍTULO II

POLÍTICAS DE COTAS PARA INDÍGENAS NO CONTEXTO NACIONAL E LOCAL DE EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Iniciaremos a discussão, neste capítulo, de questões relacionadas à política de ações afirmativas, abordando a trajetória da referida política desde a sua origem ianque a sua implementação no contexto brasileiro. Em seguida, seguem argumentos que abordam algumas das principais discussões de autores que debatem a implementação dessa medida no meio acadêmico e como esta influencia os atuais processos de democratização no interior das universidades. Portanto, serão abordados, ainda, alguns comentários sobre a democratização do ensino superior, considerando a política de acesso nos governos Fernando Henrique Cardoso e Luis Inácio Lula da Silva.

Em seguida, buscamos ampliar a discussão relacionada à política de acesso e permanência em nível nacional e no contexto local, neste caso, o Tocantins, considerando a implementação da política de cotas na UFT como possibilidade de inclusão do indígena na universidade. Para tanto, apresentamos dados quantitativos, no contexto das instituições de ensino superior brasileiras, sobre as políticas de reserva de vagas que têm sido implementadas atualmente; e dados acerca dessas políticas de expansão do ensino superior no contexto do Estado do Tocantins, correspondente à democratização do ensino com base em alguns resultados estatísticos da UFT e, apresentamos alguns dados sobre a entrada de indígenas nos anos de 2005-2009 nessa universidade.

2.1 Contextos: ações afirmativas e políticas de cotas na educação superior brasileira

Para discorrer sobre ação afirmativa, é importante conhecer e entender melhor a sua concepção e a direção assumida, o que tem suscitado polêmicas. Assim, a expressão ação afirmativa

[...] tem origem nos Estados Unidos, local que ainda hoje se constitui como importante referência no assunto. Nos anos 60, os norte-americanos viviam um momento de reivindicações democráticas internas, expressas principalmente no movimento pelos direitos civis, cuja bandeira central era a extensão da igualdade de oportunidades a todos. (MOEHLECKE, 2004, p.3).

Com base nesse contexto, de acordo Ribeiro (1998), com as ações afirmativas implementadas nos Estados Unidos, o poder público começou a eliminar as leis segregacionistas vigentes no país. “[...] esse conjunto de medidas compensatórias, adotadas pelo poder público como política estatal, significou proporcionar às minorias historicamente discriminadas – especialmente negros, índios e mulheres – acesso ao emprego público e à educação superior.” (RIBEIRO, 1998, p.5).

Para Brandão (2005), as ações afirmativas vêm estabelecer, de uma forma legal e também legítima, a possibilidade de ser vivenciada nos diferentes espaços, a luta por direitos e participação em todos os seus serviços. De acordo com o autor, a expressão

[...] “ação afirmativa” foi criado pelo presidente americano John F. Kennedy, quando em 1961, instalou a Comissão por oportunidades Iguais de Emprego. Porém somente quando os princípios dessa ideia foram incorporados pelo movimento de defesa dos direitos civis dos negros, liderados por Martin Luther King, alguns anos mais tarde, é que medidas concretas foram adotadas. (BRANDÃO, 2005, p. 6-7).

Esse tipo de política logo passou a ser adotado por outros países, conforme consta Moehlecke (2004, p.5):

Experiências semelhantes ocorreram em vários países da Europa Ocidental, na Índia, Malásia, Austrália, Canadá, Nigéria, África do Sul, Argentina, Cuba, dentre outros. Na Europa, as primeiras orientações nessa direção foram elaboradas em 1976, utilizando-se frequentemente a expressão “ação ou discriminação positiva”. Em 1982, a “discriminação positiva” foi inserida no primeiro “Programa de Ação para a Igualdade de Oportunidades” da Comunidade Econômica Européia.

A partir dos anos 1990, o Estado brasileiro incorporou a ideia de ação afirmativa como um dos princípios organizadores de algumas de suas políticas sociais, sobretudo no contexto da educação superior, como explica Zoninsein (2004, p. 108):

Embora seja possível encontrar a ação afirmativa como tópico de discussão desde a década de 60, o tema só ganha espaço acadêmico e político digno de menção a partir de meados da década de 90, e a partir de então, uma série de ações pontuais em todos os níveis e políticas públicas mais permanentes são implementadas, acompanhados de um intenso debate político e acadêmico, tendo como marco final a adoção de cotas para negros e alunos de escolas públicas em universidades, como a UERJ e a UnB, por exemplo.

Desde a década, é possível então perceber que a introdução das políticas de ações afirmativas representou uma mudança de postura do próprio Estado, já que, por meio delas, fatores como sexo, raça e cor passaram a ser levados em consideração no momento de se

implementar as referidas políticas no contexto do debate da democratização da educação superior.

Especificamente, Brandão (2005) destaca que o debate sobre a questão das cotas para ingresso nas universidades públicas brasileiras – temática desenvolvida nesta dissertação – iniciou-se no meio da década de 1990, sendo ampliado progressivamente. Segundo o estudioso, as ações dirigidas a minorias, como índios, surgiram no ano de 2001, quando a Universidade Estadual do Mato Grosso criou a Universidade Indígena no *Campus* de Barra dos Bugres. O autor mostra que, assim, o debate sobre a implantação de cotas para negros e índios no ensino superior ganhou força por todo o País e logo em seguida outras universidades adotaram a mesma política.

Portanto, foi nessa conjuntura que as instituições de ensino superior buscaram mecanismos para a adoção de medidas afirmativas, levando em conta a igualdade de condições e suas especificidades locais. Com a “[...] pressão pela implementação de programas de ação afirmativa, essas universidades se vêem diante do desafio de incorporar efetivamente ideais de igualdade social e racial aos valores de excelência acadêmica no acesso à educação superior.” (MOEHLECKE, 2004, p. 8); porém, nota-se que se evidenciam polêmicas sobre os efeitos das ações afirmativas:

Tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos, uma das principais polêmicas com relação às políticas de ação afirmativa envolve a escolha de ações *class-based* ou *race-based*, que refletem distintas concepções de igualdade, universalistas ou particularistas, e diferentes interpretações sobre as relações raciais e a pertinência da utilização da raça como critério de seleção. (MOEHLECKE, 2004, p. 10).

Ainda segundo o autor, na atual educação no nosso País, devemos reconhecer e, também,

[...] afirmar que apenas políticas sociais seriam suficientes para resolver uma situação de desigualdade racial que perdura há anos em ambos os países. Isso porque, além da discriminação social, a população negra enfrenta também a discriminação racial, ou seja, existe nesse caso uma situação de dupla discriminação. (MOEHLECKE, 2004, p. 10).

Moehlecke (2004), porém, argumenta que a política de ação afirmativa no Brasil ainda é pouco conhecida. E questiona:

A adoção de políticas de ação afirmativa no Brasil caracterizaria a garantia de um direito ou o estabelecimento de um privilégio? Aqueles que as percebem como um privilégio, atribuem-lhes um caráter inconstitucional. Significariam uma discriminação ao avesso, pois favoreceriam um grupo em

detrimento de outro e estariam em oposição à ideia de mérito individual, o que também contribuiria para a inferiorização do grupo supostamente beneficiado, pois este seria visto como incapaz de “vencer por si mesmo”. Para os que as entendem como um direito, elas estariam de acordo com os preceitos constitucionais, à medida que procuram corrigir uma situação real de discriminação. Não constituiriam uma discriminação porque seu objetivo é justamente atingir uma igualdade de fato e não fictícia. Elas não seriam contrárias à ideia de mérito individual, pois teriam como meta fazer com que este possa efetivamente existir. Seria, nesse caso, a sociedade brasileira a incapaz, e não o indivíduo; seria incapaz de garantir que as pessoas vençam por suas qualidades e esforços ao invés de vencer mediante favores, redes de amizade, cor, etnia, sexo. (MOEHLECKE (2004, p.12).

Isto se relaciona ao debate, institucional e recente sobre as políticas de ação afirmativa no País. Assim, o início das discussões sobre políticas de ações afirmativas aconteceram no Governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC – 1995-2002), a partir de reuniões preparatórias para a Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância (CMR) em Durban-África do Sul, no ano de 2001.

Segundo Heringer (2004), no ano de 2002, no Governo FHC, se implementou o programa “Diversidade na Universidade”, com o objetivo de ampliar o número de estudantes negros na universidade. Tal programa tinha o apoio financeiro do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), e o incentivo era no sentido de repassar recursos a organizações públicas e privadas que oferecessem cursos preparatórios para o vestibular.

Já no Governo de Luís Inácio Lula da Silva (Lula – 2003-2010), vimos uma maior permeabilidade às demandas dos movimentos por igualdade racial. Houve uma presença maior de negros nos cargos dos ministérios, tal como no Supremo Tribunal Federal (STF). Dando importância à causa racial, criou-se uma Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR). O número de programas para a igualdade racial e inclusão de afrodescendentes nas universidades foi multiplicado, além de outros, a exemplo do UNIAFRO, voltado, dentre outros aspectos, para a implementação de políticas de ação afirmativa para a população negra e o sistema de cotas, que em âmbito nacional ainda encontra empecilhos no Legislativo para o seu funcionamento.

Nesse Governo, situamos que, em maio de 2005, o Ministério da Educação (MEC) lançou a segunda versão do anteprojeto de lei orgânica para as universidades brasileiras. Embora se trate de uma proposta de reforma universitária, esta traz, por sua vez, em seus artigos 52 e 53, diretrizes para a implementação das ações afirmativas, em especial nas instituições federais. Vejamos o que garantem os artigos:

Art. 52. As instituições federais de ensino superior deverão formular e implementar, na forma estabelecida em seu plano de desenvolvimento institucional, medidas de democratização do acesso, inclusive programas de assistência estudantil, ação afirmativa e inclusão social.

Parágrafo Único. As instituições deverão incentivar ações de nivelamento educacional promovendo a participação de seus estudantes, apoiados por bolsas especiais para essa finalidade e por supervisão docente.

Art. 53. As medidas de democratização do acesso devem considerar as seguintes premissas, sem prejuízo de outras:

Condições históricas, culturais e educacionais dos diversos segmentos sociais.

Importância da diversidade social e cultural no ambiente acadêmico; e

Condições acadêmicas dos estudantes ao ingressarem, face as exigências dos respectivos cursos de graduação.

§1 Os programas de ação afirmativa e inclusão social deverão considerar a promoção das condições acadêmicas de estudantes egressos do ensino médio público especialmente afrodescendentes e indígenas.

§2 As instituições deverão oferecer, pelo menos, um terço de seus cursos e matriculados de graduação no turno noturno com exceção para cursos em turno integral.

§3 Será gratuita a inscrição de todos os candidatos de baixa renda nos processos seletivos para o curso de graduação conforme normas estabelecidas e divulgadas pela instituição. (BRASIL, 2005, p. 20).

Analisando o Texto Constitucional, Sarmiento (2006) argumenta que as políticas de ação afirmativa, em matéria étnico-racial, são perfeitamente compatíveis com a Constituição brasileira. Situamos o fato de que o Supremo Tribunal Federal ainda não tenha se manifestado sobre a questão, recentemente, pelo menos três dos seus atuais integrantes – os ministros Joaquim Barbosa, Marco Aurélio Mello e Nelson Jobim – já se pronunciaram sobre o tema, de forma favorável a essas medidas, conforme amplamente divulgado pela grande mídia nacional.

Algumas dessas ações, como as citadas pelos autores acima, ainda não se efetivaram nas universidades em nosso País. Entendemos que, à vista da discussão acima, há ainda muito a ser feito e construído no sentido da universalização de uma oferta de educação superior de qualidade, que não seja tão desigual para certas etnias e excludora de acessibilidade às maneiras e formas que contribuam para a permanência de alunos de rendas inferiores em seus estudos, sobretudo para os povos indígenas.

No âmbito das políticas de ação afirmativa na educação superior, a política de cotas no Brasil, tema deste trabalho, ainda que não aprovada como lei válida em todo o território

Nacional, se constitui apenas como uma medida adotada de forma espontânea por algumas universidades públicas brasileiras.

De acordo com o projeto de lei Nº 73/99, o sistema de cotas prevê o acesso às instituições federais por meio de um sistema que reserva 50% das vagas nas universidades públicas para estudantes que tenham cursado o ensino médio em escolas públicas. Dentro dessa cota, estão previstas vagas para negros (pretos e pardos) e indígenas, de acordo com a proporção dessas populações em cada Estado, determinada pelo censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Ressaltamos que o projeto de lei mencionado ainda tramita no Congresso Nacional.

O sistema de cotas, como forma de ampliação do acesso ao ensino superior, não é inédito e tem se propagado por todo País. Universidades públicas como a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Universidade de Brasília (UnB) e a Universidade Federal da Bahia (UFBA) foram às pioneiras no Brasil a oferecer cotas em seus processos seletivos (ROZAS, 2009, p. 58).

Assim sendo, muitas universidades, no Brasil, independentemente de força de lei, com o apoio do Governo Federal ou sob pressão da sociedade vêm desenvolvendo políticas de acesso ao ensino superior para afro-descendentes e indígenas, como reserva de vagas étnico-raciais, também conhecida como política de cotas.

A política de cotas encerra alguns debates entre os estudiosos sobre o tema. Conforme Pinto (2006), os argumentos favoráveis à adoção de um sistema de reservas de vagas étnico-raciais são: reparar uma herança de sofrimento e exclusão que remonta à escravidão; tratar desigualmente os desiguais, uma vez que os negros não são tratados como brancos; promover uma elite econômica e intelectual negra; e possibilitar o ingresso no ensino superior àqueles que não têm condição de competir de forma igualitária no vestibular.

No mesmo sentido, Chauí (2006) garante que as conquistas de luta no campo da educação superior foram conseguidas no Governo Lula, a exemplo do reconhecimento da importância da universidade pública nas quatro esferas de governo (federal, distrital, estadual, municipal); a criação de cargos; abertura de concursos públicos; o financiamento das bibliotecas, dos laboratórios – fatos que mostram estar sendo possível recuperar a educação como direito. Para a autora, as cotas na educação superior não devem ser vistas como:

[...] uma concessão do Estado. São uma conquista da sociedade brasileira, dos movimentos sociais. Exprime um momento de participação política e cidadania dos movimentos sociais. [...] Do ponto de vista simbólico, da cultura política, as cotas fazem com que o lugar em que a classe média e a burguesia julgaram invioláveis,

sendo privilégio natural e divino delas, foi quebrado. Quebrou-se essa imagem. (CHAUI, 2006, p. 3).

Essa mesma autora menciona que o Prouni, uma das ações que foram feitas no âmbito das universidades federais, assim como as cotas, sinaliza a diferença entre o Governo Lula e o Governo FHC.

Ainda, de acordo Oliveira e Morosini (2008), as minorias sub-representadas como negros e indígenas foram, de certo modo, beneficiadas no Governo Lula por várias iniciativas, o que resultou no acesso destes a universidade.

No caso específico da reforma da educação superior, proposta pelo governo Lula, percebemos que houve uma sinalização de benefícios para os estudantes de escolas públicas, para as etnias sub-representadas nas universidades (negros e índios) e para os jovens pertencentes às camadas sociais mais empobrecidas. Isto é, iniciativas como o *PROUNI*, maior oferta de vagas no período noturno, as cotas para negros, índios e estudantes provenientes do ensino médio público favoreceram segmentos sociais que tradicionalmente estão distanciados da universidade pública. (OLIVEIRA; MOROSINI, 2008, p.78).

Nesse sentido, Carneiro (2002, p.75) argumenta que as chamadas ações que resultaram na democratização do ensino superior não contribuíram para as transformações necessárias no tocante à melhoria dos níveis educacionais entre os diferentes sujeitos:

Apesar da democratização do acesso ao sistema educacional e da melhoria dos níveis educacionais de negros e brancos, ocorrida nos últimos 90 anos, a grande diferença de escolarização de negros e brancos mantêm-se inalterada. As políticas universalistas não têm sido capazes de alterar o padrão de desigualdade racial.

Para tanto, de acordo D'Adesky (2001), o apoio da sociedade na implantação de um sistema de cotas para ingresso na universidade brasileira seria uma forma de reparar uma injustiça histórica. Em seu depoimento, argumenta, D'Adesky (2001, p. 208):

Essas medidas não devem ser vistas meramente como resultado de uma obrigação moral, mas também como um empreendimento destinado a corrigir as discriminações do passado e, desse modo, reverter a atual imagem depreciativa dos grupos em questão, por interferir no igualamento entre indivíduos de etnias diferentes.

Já, Martins (2003, p. 3) afirma que esse tipo de política na realidade da educação brasileira ainda pode ser considerado insuficiente, já que

De nada adianta adotar o regime de cotas na universidade, se a escola elementar e a escola média continuarem na indigência em que se encontram, visto que a “decadente qualidade de ensino nesses níveis de escolarização é

que constitui uma das principais fábricas de injustiça social neste país, e não só de injustiça racial”. A escola deficiente é apenas o reflexo de outras muitas injustiças próprias de um país em que ainda há trabalho escravo.

Do ponto de vista de alguns pesquisadores, contudo, essas políticas não são suficientes para combater as práticas racistas presentes na universidade. D’Adesky (2001) evidencia essa realidade, demonstrando que ações afirmativas não se resumem apenas à política de cotas e que, para o seu enfrentamento, é preciso um empreendimento ainda maior.

Entendemos, contudo, que o campo de debate acerca desse tema é evidente, há muito a se fazer, no entanto, as políticas de cotas, são atualmente, de uma alternativa encontrada pelo Governo brasileiro no contexto de políticas destinadas à democratização do acesso ao ensino superior.

Exemplarmente, a Universidade para Todos (PROUNI) é um programa do Governo Federal e foi criado com o objetivo de democratizar o acesso ao ensino superior abrindo vagas em universidades privadas. Evidencia-se, porém, que a quantidade de universidades particulares varia muito de uma região para outra e o acesso é fragmentado, inviabilizando a referida política em algumas localidades.

Assim, a adoção de ações afirmativas é um passo das ações políticas que visam à democratização do acesso ao ensino superior. Outro exemplo é que, de acordo o Plano Nacional de Educação (PNE), está prevista a criação de políticas que possibilitem, às minorias vítimas da discriminação, o acesso à educação superior por meio de programas de compensação de deficiências de sua formação escolar anterior, permitindo-lhes, assim, competir em igualdade de condições nos processos de seleção e admissão a esse nível de ensino. Ressalta-se que o PNE prevê que a educação universitária de jovens na faixa de 18 a 24 anos fosse triplicada até o final de 2010. Para que esse objetivo seja atingido, a democratização do acesso ao ensino superior é fundamental.

No contexto ora descrito, a democratização do acesso ao ensino superior é importante para a inserção de determinados segmentos da sociedade. Somente a oferta de vagas, no entanto, não garante a democratização na educação superior. É sobre esta pergunta que a pesquisa avaliativa sobre as políticas de cotas para indígenas, que realizamos, se orienta.

2.2 Contextos locais: políticas de cotas na UFT

No atual contexto das políticas de ação afirmativa, especialmente as de cotas, no quadro político brasileiro, situemos o caso da UFT, universo empírico deste estudo.

Se, nos últimos anos, no Brasil, cresceu a procura de indígenas pelo ensino formal superior, se tratando de UFT não foi diferente. No ano de 2004, o Conselho de Pesquisa e Extensão da UFT, por meio da Resolução 3A/2004, criou o Programa Política de Cotas que fixa um percentual de 5% das vagas nos cursos de graduação dessa instituição, reservando aos indígenas acesso ao ensino superior. Neste panorama institucional, o período de 2005 a 2009, em que houve aumento geral de vagas na UFT, conforme tabela abaixo, considerando o número de inscritos pelo sistema universal e de cotas verificou-se, também, uma crescente procura de indígenas na educação superior.

Os dados a seguir, de acordo com a tabela, expõem o número de vagas ofertadas, para indígenas e não indígenas, em todos os *campi* da UFT, no período de 2004 a 2009⁵. Ressalta-se que o *campus* de Miracema – onde realizamos o estudo de caso da presente pesquisa, durante esse período – apresentou uma evolução considerável em torno de 50%, passando de 80 vagas em 2004, para 120 em 2009.

Tabela 1 – Vagas oferecidas nos Vestibulares da UFT/Sistema - Universal e Cotas

Campus	2004	2005	2006	2007	2008	2009	Total/ Campus
Araguaína	240	420	390	420	480	620	2.570
Arraias	80	140	140	140	160	160	820
Gurupí	40	80	80	105	130	225	660
Miracema	80	80	80	120	120	120	600
Palmas	390	770	770	810	810	1.090	4.640
Porto Nacional	200	300	300	300	300	300	1.700
Tocantinópolis	40	80	80	120	160	160	640
Total UFT	1.070	1.870	1.840	2.015	2.160	2.675	11.630
Média UFT	152,86	267,14	262,86	287,86	308,57	382,14	1.661,43

Fonte: UFT em números/2009 (UFT, 2009). Organização Própria.

⁵ O ingresso de estudantes na UFT é realizado pelo vestibular e por editais de transferência (interna e externa). Os editais são publicados anualmente e, no caso do vestibular, com ofertas de vaga para ingresso no primeiro e segundo semestres. A escolha do curso é realizada no ato da inscrição, o que se pode caracterizar como uma escolha precoce para alunos recém-egressos do ensino médio. Caso haja, por parte do aluno, interesse em mudança de curso, ele depende de editais de transferência, que nem sempre oferecem vagas para os cursos almejados; a outra opção é submeter-se a novo exame vestibular.

Neste contexto institucional, o período de 2005 a 2009, em que houve aumento geral de vagas na UFT, universal e cotas, conforme a tabela, considerando o número de inscritos apresentados na tabela abaixo, é possível perceber também uma crescente procura de indígenas pela educação superior.

Isto posto, para melhor compreensão dos dados, a tabela a seguir retrata a evolução em termos de participação dos indígenas na busca pelo ensino superior na UFT. Os dados abaixo extraídos do informativo “UFT em números/2009” apresentam os candidatos inscritos nos diversos cursos da instituição em todos os *campi*. De certo modo, esses números refletem, ainda que de forma superficial, resultados quantitativos do Programa Política de Cotas da universidade, logo após a sua implementação.

Tabela 2 - Número de indígenas inscritos no vestibular da UFT/Ano

Vestibular ano	Vagas ofertadas	Indígenas inscritos
2005	62	117
2006	98	60
2007	108	121
2008	70	97
2009	72	105
Total	410	500

Fonte: UFT em números/2009 (UFT, 2009). Organização Própria.

Assim, de acordo com a tabela, é possível perceber, de certo modo, uma variação do número de indígenas inscritos na UFT de 2005 a 2009, no entanto, nota-se que a oscilação dos dados em seus sucessivos anos é negativa, proporcionalmente, à oferta de vagas que é crescente nesse período.

Portanto, se considerarmos os anos de 2005 em relação a 2009, “sistema universal e cotas”, levando em conta o número de cursos nos respectivos anos, 31 no primeiro e 49 no segundo, encontra-se aí um decréscimo, haja vista que, em 2005, a UFT ofertou 1800 (uma mil e oitocentas vagas), em todos os *campi* da universidade e, em 2009, o número de vagas chega a 2675 (duas mil seiscentos e setenta e cinco vagas), um crescimento de aproximadamente 67%.

Para melhor referenciar o estudo, buscamos, de forma breve, relacionar alguns dados das instituições de ensino superior em âmbito nacional com dados locais, a fim de verificar no contexto institucional os possíveis avanços no tocante à democratização do ensino superior,

considerando, sobretudo, a política de expansão prevista pelo REUNI⁶. Segundo o censo de 2010, com base nos dados de 2009, no ensino superior há um total de 393.882 vagas oferecidas por instituições públicas, para as quais se inscreveram 2.589.097 candidatos e ingressaram 354.331. Das 2.770.797 vagas oferecidas em instituições privadas, se inscreveram 3.634.333 candidatos e ingressaram 1.157.057.

Para melhor visualização, contudo, apresentamos os dados em tabela, referentes a matrículas nas instituições de ensino superior brasileiras, nos anos de 2005 e 2009, entre públicas e privadas. O objetivo é analisar comparativamente a evolução desses números no período. Assim sendo, o que se viu foi um considerável crescimento das vagas no setor público, comparando as previstas para 2005 e 2009. Na iniciativa privada, houve ligeira queda no número de vagas ofertadas nesses anos, no entanto a quantidade de vagas neste setor é imensamente superior à concentração de oferta de vagas em relação a instituição pública, neste mesmo período, o que indica um crescente avanço do privado em detrimento ao público.

Tabela 3 – Vagas ofertadas nas IES brasileiras em 2005 e 2009, por categoria administrativa

Categoria Administrativa	Vagas ofertadas nas IES brasileiras e percentual correspondente			
	Ano 2005	%	Ano 2009	%
Pública	278.439	12,8	393.882	18,2
Privada	1.889.018	87,2	2.770.797	81,8
Total Geral	2.167.457	100	2.163.679	100

Fonte: Sinopse da Educação Superior/2009 (INEP, 2009) – Organização própria.

Considerando os dados nacionais com os números apresentados referentes à oferta de vagas disponíveis no ensino superior do Estado do Tocantins, percebemos um decréscimo no setor público de 31,7% das vagas ofertadas em 2005, que caiu para 26,6% em 2009.

⁶ Para o relativo crescimento na oferta de vagas, apresentado na tabela 2, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) tem sido um motivador para o desenvolvimento das instituições. Considerando uma das suas dimensões, o Reuni propõe aumentar as vagas de ingresso no ensino superior, especialmente no turno noturno. Com a proposta de democratização e expansão do ensino, as universidades, principalmente as federais, começaram a fazer investimentos, como estrutura física, contratação de docentes e funcionários para dar conta do crescimento de alunos que buscavam o ensino público.

Tabela 4 – Número de vagas ofertadas nas IES do Estado do Tocantins em 2005 e 2009, por categoria administrativa

Categoria Administrativa	Vagas ofertadas nas IES do Tocantins e percentual correspondente			
	Ano 2005	%	Ano 2009	%
Pública	3.606	31.7	4.005	26.6
Privada	7.744	68.3	11.055	73.4
Total Geral	11.350	100	15.060	100

Fonte: Sinopse da Educação Superior/2009 (INEP, 2009) – Organização própria.

Em relação ao Tocantins, a realidade posta não difere muito de outras unidades da Federação. As universidades privadas tendem a crescer substancialmente no Estado. O fato de o Tocantins ser o Estado mais novo da Federação faz com que muitos se sintam atraídos, e por interesses diversos optem por residir no Estado. Com isso, as mais diversas demandas tendem a aumentar, principalmente no campo da educação. Na iniciativa privada, instituições de ensino são criadas, com o apoio fiscal dos governantes, sendo possível perceber facilmente o crescimento desse setor.

Verificando os dados abaixo, é possível evidenciar que, no Tocantins, a evolução no número de IES do setor privado obteve um pequeno crescimento, porém significativo, passando de 22 instituições em 2005 para 29 em 2009, enquanto os dados das instituições públicas se mantiveram quase inalterados, passando de 12% em 2005 para 12,1% em 2009 ou seja de três para quatro instituições.

Tabela 5 – Número de IES no Estado do Tocantins existentes em 2005 e 2009, por categoria administrativa

Categoria Administrativa	Número de IES do Tocantins e percentual correspondente			
	Ano 2005	%	Ano 2009	%
Pública	3	12	4	12.1
Privada	22	88	29	87.9
Total Geral	25	100	33	100

Fonte: Sinopse da Educação Superior/2009 (INEP, 2009) – Organização própria.

Nesse contexto, analisando dados da UFT, como sendo uma das instituições públicas do Estado, vista por muitos como um das mais importantes, pelo *status* que apresenta como universidade federal, foi a primeira a instituir o sistema de cotas em seu vestibular. De acordo com documentos institucionais, em 3 de setembro de 2004, o Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão (CONSEPE), que delibera sobre as questões acadêmicas, considerando o resultado

de estudos elaborados pela Comissão Especial para a Promoção de Políticas de Igualdade Racial (CEPPIR), aprovou a Resolução 3A/2004, fixando em 5% das vagas em todos os cursos e *campi* da UFT, um sistema de cotas para estudantes indígenas.

De acordo com relatórios institucionais, visando a um melhor entendimento dos dados, optamos por detalhar na tabela abaixo o quantitativo de indígenas inscritos e aprovados nos vestibulares da UFT, nos anos de 2005 a 2009. Embora a política de cotas da UFT tenha sido aprovada em 2004, a primeira entrada de alunos cotistas se deu apenas no vestibular de 2005.

Tabela 6 – Vagas ofertadas, indígenas inscritos e aprovados na UFT de 2005 a 2009

Ano	Vagas Ofertadas	Indígenas Inscritos	Indígenas Aprovados	Indígenas Matriculados
2005	62	117	16	09
2006	98	60	16	05
2007	108	121	28	20
2008	70	97	32	15
2009	72	105	38	31
Total	410	500	130	80

Fonte: Copese/Vestibular/SIE (UFT, 2010c) – Organização própria.

De acordo com os dados da Copese, referentes ao acesso e ingresso dos indígenas na UFT, é possível perceber uma significativa elevação no número de aprovados em 2005, correspondente a 16, e os aprovados em 2009 que somam 38. Isso significa uma diferença em percentual de aproximadamente 142% de crescimento. Algo chama atenção ao se analisar o número de vagas ofertadas, pois em 2005 eram somente 62 e 16 aprovados, contra 72 vagas em 2009 e com aprovação de 38 alunos.

Cabe ressaltar que os dados relacionados às matrículas efetivadas em 2009, constantes na tabela 6, foram extraídos do sistema de informação educacional (SIE). Refletindo sobre os mesmos, no ano de 2005, constam matriculados nove alunos; em 2006 esse número caiu para cinco; em 2007 oscilou positivamente para 20; já em 2008 voltou a cair para 15 alunos; e, em 2009, são exatamente 31 alunos, o que totaliza 80 alunos nos cinco *campi* pesquisados⁷. Analisando comparativamente aos dados de aprovação constantes na

⁷ A UFT contabiliza sete *campi* universitários. Esse resultado “cinco *campi* pesquisado”, refere-se apenas aos *campi* que nesse período registraram matrículas de indígenas.

referida tabela, dos 130 alunos aprovados, somente 80 realizaram suas matrículas em 2009, significando um percentual de 61,5% de baixa, em relação aprovado/matriculado, o que pode corresponder a desistência ou trancamento de matrícula por parte dos cotistas. Esse dado, que em princípio pode ser considerado um agravante, pode ajudar a compreender como se dá a implementação das ações de permanência na UFT, fato que analisaremos adiante.

Reportando-nos ao Reuni, como referência e possibilidade de expansão e democratização do ensino superior no Tocantins, a UFT tem expandido a oferta de vagas e de cursos nos diversos *campi*, possibilitando o acesso universal de estudantes ao ensino superior. Em relação aos indígenas, os dados abaixo coletados com base no SIE da UFT retratam o número de alunos cotistas matriculados na universidade.

No *Campus* de Palmas que, em 2009, contabilizava 19 cursos de graduação, 14 deles teve matrícula de alunos indígenas pelo sistema de cotas, num total de 48 alunos; o *Campus* de Araguaina, no norte do Estado, conta com oito alunos cotistas nos nove cursos; o *Campus* de Gurupi possui quatro cursos e matriculou no ano de 2009 cinco alunos indígenas; o *Campus* de Miracema possui dois cursos e, nesse mesmo ano, contou com 11 alunos matriculados; já o *Campus* de Porto Nacional, localizado na região central do Estado, possui quatro cursos de graduação com apenas um aluno cotista matriculado; o *Campus* de Tocantinópolis conta com dois cursos, matriculando dois alunos indígenas; o *Campus* de Arraias, no sul do Estado, possui dois cursos de graduação sem registro de matrícula pelo sistema de cotas.

Diante do exposto, podemos verificar uma disparidade entre a quantidade de cursos e as respectivas matrículas dos alunos indígenas. Se a universidade como um todo disponibilizou, no ano de 2009, 2.675 vagas, para tanto se inscrevendo 105 candidatos índios, resultando em apenas 38 aprovados, é possível afirmar a existência de um abismo social, considerando a igualdade de oportunidades para o acesso e ingresso de indígenas e não indígenas na UFT.

Analisando o panorama que se apresenta hoje, na UFT, e as implicações negativas para a população indígena relacionada a esse abismo social, percebemos que os alunos indígenas não têm acesso a escolas de melhor qualidade, dada a sua condição socioeconômica, não frequenta escolas de educação básica particulares, nem cursinhos pré-vestibulares. Assim sendo, o desafio da universidade torna-se muito maior, qual seja implementar projetos em parceria com o Poder Público constituído, visando à implementação de projetos que efetivamente fortaleçam a educação nesse nível de ensino.

Em adesão a esses projetos, a universidade buscaria ampliar o seu campo de debate, discutindo internamente ações emergenciais que possibilitassem ao estudante oriundo de escola indígena pública ingressar na educação superior por meio de processos seletivos específicos. São ações emergenciais que podem de certo modo contribuir para o igualamento de condições relacionado ao acesso/ingresso na educação superior.

Assim, os efeitos perversos de uma prática até então “excludente”, observados na UFT, seriam minimizados se adotássemos talvez um novo modo de caminhar (investir na educação básica), objetivando reduzir esse abismo social circundante. Essa perspectiva, contudo, de organização pluralista orientada pela igualdade de tratamento entre índios e não índios seria reafirmada se nos pautássemos pela máxima de Ruy Barbosa: “Tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, na medida de suas desigualdades”.

Desse modo, se a educação básica tem sido um gargalo e que sobremaneira compromete o acesso/ingresso de indígenas na educação superior, os dados quantitativos analisados confirmam a realidade da UFT e sinalizam a necessidade de uma reflexão acerca das ações desenvolvidas pela universidade. Para tanto, a proposta do estudo não é repensar e apresentar soluções definitivas para o tema; a intenção é suscitar novas inquietações, entendendo não como um fato isolado mas como uma nova possibilidade de outros acontecimentos.

Apesar de algumas iniciativas suscitadas e algumas delas efetivadas na UFT, como se verá pela pesquisa realizada para o ingresso e permanência do aluno indígena em seus espaços por meio do Programa Política de Cotas, por sua vez, tem apresentado limites que serão discutidos no decorrer desta dissertação.

CAPÍTULO III

A TRAJETÓRIA INSTITUCIONAL DA POLÍTICA DE COTAS INDÍGENAS NA UFT

Nesse capítulo, pretendemos analisar como se deu o processo de implantação das cotas na UFT e como os sujeitos envolvidos percebem as ações demandadas da referida política para o acesso, ingresso e permanência do cotista na universidade, por meio da trajetória da política de cotas indígenas na UFT.

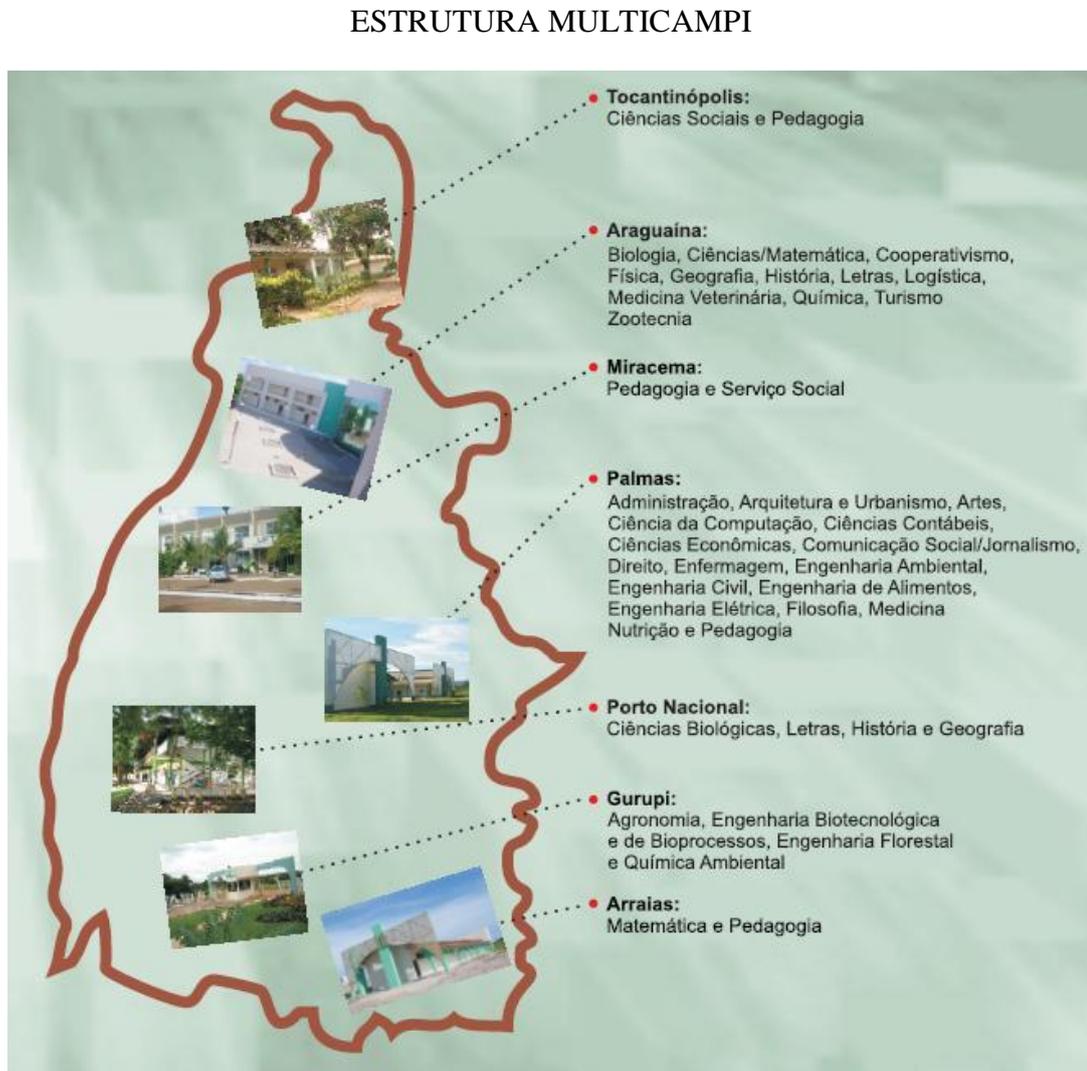
Assim, analisamos, inicialmente, o surgimento da Universidade Federal no contexto do Estado do Tocantins, a sua trajetória e importância social, e como esta tem se estruturado no decorrer desses anos para a expansão e democratização do ensino.

Em seguida, enfocamos o Programa Política de Cotas da UFT, as ações e condições institucionais ora desenvolvidas para o acesso, ingresso e permanência de estudantes indígenas na universidade, avaliando como a referida política tem se efetivado para atendimento a esses povos, especificamente os indígenas Xerentes, matriculados no *Campus* de Miracema, locus deste estudo.

Serão abordados, ainda, os programas institucionais implementados pela UFT para a permanência do indígena no ensino superior, tais como: PIMI e Bolsa Permanência e como estes são conduzidos para que os estudantes indígenas, especificamente os Xerentes matriculados no *Campus* de Miracema, permaneçam com qualidade na universidade. Finalmente mencionamos alguns eventos realizados pela UFT, que envolveram a participação do estudante indígena, possibilitando, assim, a integração e troca de saberes entre os sujeitos.

3.1 A implantação da UFT no Estado do Tocantins

Figura 1 – Mapa do Tocantins/Minipaisagem dos campi da UFT e sua respectiva localização



Fonte: Informativo - UFT em números/2009 (UFT, 2009).

Em decorrência da importância, buscando obter uma visão ampliada do objeto de estudo, torna-se necessário um percurso histórico, tentando compreender como foi concebida a implantação da Universidade Federal do Tocantins (UFT) e os aspectos que convergiram para a sua criação. De forma sintetizada, apresentaremos um breve histórico sobre a universidade, descrevendo sua missão e suas realizações até a presente data e o que a Instituição representa para a avaliação da política de cotas, dada a sua significância no contexto socioeducativo para a população indígena, sendo o Tocantins um dos estados da

Federação que possui a maior população étnica do País, aproximadamente 12 mil índios (TOCANTINS, 2010c).

Com a criação do Estado do Tocantins, em 1988, o então governador do Estado, José Wilson Siqueira Campos, criou a Universidade do Tocantins (UNITINS), em 21/02/90, através do decreto governamental nº 252 do mesmo ano. No ano seguinte, a lei nº 326 de outubro de 1991, estruturou a instituição de ensino em forma de autarquia. Passados cinco anos, pela lei nº 872, de novembro de 1996, foi extinta a autarquia e no mesmo mês a lei nº 874 autorizou a criação da então Fundação Universidade do Tocantins.

A Universidade do Tocantins, mantida pelo Estado, mantinha funcionando polos de ensino nas principais cidades do Estado, como Palmas, Araguaína, Gurupi, Porto Nacional, Miracema, Tocantinópolis e Arraias.

Na ocasião, com as mudanças ocorridas, tendo em vista a privatização da UNITINS, a sociedade civil foi às ruas exigir do Governo do Estado uma posição que considerasse a universidade como sendo de direito público e gratuito, a sua privatização foi interpretado por muitos, como uma atitude autoritária e antidemocrática por parte do governo da época. Paralelamente a esse movimento, a sociedade e os movimentos estudantis cobravam das lideranças políticas a criação de uma universidade federal ou a federalização da UNITINS.

Em fevereiro de 2000, com a lei nº 1.127, a Universidade do Tocantins passou a denominar-se Unipalmas, sendo ela a sucessora.

Pela lei nº 10.032 de 23 de outubro de 2000, foi instituída a Universidade Federal do Tocantins (UFT). Em abril de 2001, foi nomeada a primeira comissão especial de implantação da universidade pelo Ministro da Educação Paulo Renato, pela Portaria de Nº 717, de 18 de abril de 2001 (*Site da UFT*). Em 21 de junho de 2002, pelo Decreto Nº 4.279, foi designada à Universidade de Brasília – UNB a responsabilidade de implantação da UFT, que veio ser implantada, somente, em 2003, com a posse dos primeiros professores e a transferência dos cursos de graduação da Unitins/Unipalmas para a UFT. Ao ser homologada, a UFT incorporou todos os alunos, cursos de graduação, um mestrado, equipamentos e toda a estrutura física dos *campi* já existentes e alguns prédios em construção da UNITINS.

De acordo com Michelotto, Maia e Zainco (2006, p.55), “Das 17.216 vagas que a Unitins (estadual) ofereceu em 2002, perto de 7.000 passaram para a federal, mantendo a estadual as matrículas restantes, cerca de 10.000.”

Em 2003, de acordo com o informativo “*UFT em números/2009*”, a universidade teve um número recorde de admitidos: 2.437 alunos distribuídos em seu sete *campi*; já em

2004, mesmo com a criação da política de cotas, a universidade registrou apenas o ingresso de 2006 novos alunos (UFT, 2009f).

A UFT é a maior e a mais prestigiada universidade pública do Estado. O principal *campus* está localizado na cidade de Palmas, capital, seguido do *Campus* de Araguaína, no norte do Estado. Com dez anos de sua criação, muitas mudanças ocorreram, em seu plano de expansão. A instituição, desde sua adesão ao Reuni⁸, tem se fortalecido, passando por melhorias em sua estrutura física, aumento no número de docentes e servidores administrativos, além do crescimento de cursos.

Para melhor compreensão ao observarmos a tabela a seguir, é possível compreender a expansão da universidade pelo número de cursos de graduação que possui, conforme a divisão por *campus*. Dessa forma, dada a sua característica *multicampi*, a UFT contabiliza sete *campi*, sendo um na Capital e os demais distribuídos pelo restante do Estado. Assim sendo, os obstáculos e as dificuldades parecem ser mais frequentes em razão da distância da reitoria, localizada em Palmas, em relação aos *campi* das outras cidades – alguns deles chegam a mais de 400 km de distância da Capital, o que de certo modo impossibilitou uma avaliação mais aprofundada do programa de cotas neste momento. Os dados que se seguem (Tabela – 8) são referentes ao vestibular/2009, para o 1º e 2º semestres do referido ano, em que apresenta os seus cursos, respectivas vagas e *campus*.

⁸ O Reuni – Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – foi criado pelo Governo Federal por meio do decreto nº 6.096/2007 e tem por finalidade imediata o aumento das vagas de ingresso e a redução das taxas de evasão nos cursos presenciais de graduação. Este programa possibilitou à UFT criar de imediato 14 cursos, o que aconteceu em 2009.2, quando os projetos pedagógicos desses cursos foram orientados pelo Reuni.

Tabela 7 – Cursos de graduação/Vagas por Curso e *Campus* da UFT

Curso	Vagas por curso*	<i>Campus</i>
Matemática	80	Araguaína
Geografia	80	
História	70	
Letras Português/Inglês	80	
Medicina Veterinária	50	
Zootecnia	80	
Biologia	30	
Cooperativismo	30	
Química	30	
Física	30	
Logística	30	
Turismo	30	
Matemática	40	Arraias
Pedagogia	40	
Agronomia	80	Gurupi
Engenharia Biotecnológica	40	
Engenharia Florestal	65	
Química Ambiental	40	
Pedagogia	40	Miracema
Serviço Social	40	
Administração	80	Palmas
Arquitetura e Urbanismo	50	
Artes	40	
Ciência da Computação	80	
Ciências Contábeis	80	
Ciências Econômicas	80	
Comunicação Social – habilitação em Jornalismo	80	
Direito	80	
Engenharia Ambiental	80	
Engenharia de Alimentos	80	
Engenharia Civil	40	
Engenharia Elétrica	40	
Enfermagem	40	
Filosofia	40	
Medicina	80	
Nutrição	40	
Pedagogia	80	
Ciências Biológicas – bacharelado	30	
Ciências Biológicas – licenciatura	30	
Geografia	80	
História	80	
Letras Português/Inglês	80	
Ciências Sociais	40	Tocantinópolis
Pedagogia	40	

*Cada curso destina duas vagas aos candidatos indígenas por meio do Sistema de Cotas.

Fonte: UFT em números/2009 (UFT, 2009f). Organização Própria.

Em face dos resultados analisados com base no percurso histórico institucional, verificou-se que a UFT evidencia ações que resultaram na expansão do ensino, como a ampliação de cursos, melhoria nas estruturas físicas, ampliação do quadro funcional, aumento de vagas, dentre outras. Evidenciamos, até então, com o desenrolar da pesquisa avaliativa, que a sua existência tem importante significado social para o Estado de Tocantins. Com isso, pretendemos mostrar que, para a avaliação da política de cotas indígenas na UFT, fez-se necessário conhecer a trajetória da própria universidade, que, nesse caso, é o berço institucional das cotas, objeto de estudo avaliado neste trabalho

3.2 O percurso da política de cotas para indígenas na UFT

Este estudo enfocou o tema da política de acesso, ingresso e permanência para estudantes indígenas na universidade, com o objetivo de avaliar a política de cotas da UFT, buscando compreender como se deu a implementação da referida política na universidade.

Para este entendimento, optamos inicialmente por anunciar alguns dados em âmbito nacional refere ao ingresso de indígenas na educação superior. Neste sentido, de acordo a FUNAI, em 2005, 2,5 mil índios estavam cursando o ensino superior, porém 70% deles em instituições privadas. No mais recente Censo Educacional, realizado em 2008 pelo INEP, foi registrado que o acesso dos indígenas ao ensino superior não tem avançado, pois das 2.985.137 vagas do ensino superior ofertadas pelas 2.252 instituições brasileiras, 1.093 foram destinada a índios, o que corresponde a 0,03% desse total. Ainda de acordo o instituto, foram 1.713 inscritos em todos os vestibulares do País, dos quais somente 282 indígenas conseguiram ingressar e, o mais grave, apenas 13 conseguiram concluir.

Pode-se inferir, com base em informações midiáticas, que, a partir de 2003, o Governo Federal tem realizado muitas ações que ajudaram estados e municípios a pensar estratégias de inclusão que assegurem o acesso de indígenas à universidade por todo o País.

Coincidência ou não, o movimento que motivaria a UFT a pensar uma proposta para a reserva de vaga para os estudantes indígenas aconteceu neste mesmo ano, por ocasião de um evento realizado pela SEDUC/TO, no Município de Tocantinópolis, onde haveria o encontro de capacitação de professores indígenas. O fato é que, quando a realização do evento, no dia 14 de dezembro de 2003, a temática do dia era: “O que a UFT pode ajudar vocês e o que esperam da UFT”. Deste evento participaram professores indígenas, lideranças, acadêmicos indígenas, não indígenas e professores da universidade. Foram discutidas

as dificuldades e apresentadas as reivindicações, elaborando naquele momento a “A Carta dos Povos Indígenas”, assinada pelas etnias Karajá, Javaé, Xambioá, Apinajé, Krahô e Xerente (CARTA..., 2003).

Na ocasião do evento, foi elencado um conjunto de reivindicações que seria posteriormente entregue a representantes da UFT, contendo as seguintes propostas:

- a) apresentar real interesse por parte da UFT na causa indígena principalmente na política educacional;
- b) garantir participação dos indígenas nas decisões da UFT;
- c) garantir a permanência dos alunos indígenas na cidade para estudar, procurando parceria com os órgãos governamentais e não governamentais;
- d) garantir forma de preservação da cultura indígena com os professores indígenas junto ao Núcleo de Estudo e Assunto Indígena (NEAI) para atuar separadamente com acadêmicos indígenas nas questões culturais;
- e) acompanhamento da educação escolar indígena dentro das áreas indígenas;
- f) acompanhar o Curso de Formação Professores Indígenas junto à SEDUC;
- g) criação do curso específico para professores indígenas;
- h) elaboração de material didático específico na língua indígena;
- i) qualificação dos professores indígenas para a elaboração de materiais didáticos específicos com a participação de um orientador;
- j) projeto para equipar as escolas indígenas;
- k) cursinho preparatório para o vestibular;
- l) criar os cursos de graduação que possam ser ministrado dentro das áreas indígenas e
- m) garantir uma forma diferenciada de acesso aos cursos da UFT, reservando-se 10% das vagas de cada curso aos estudantes indígenas.

Daí então foi criada uma comissão composta de membros das seis etnias para entregar os documentos de reivindicações à universidade e pedir ao reitor da época a formação de uma comissão para acompanhar e discutir as reivindicações ali demandadas. Recebido o documento, a UFT tratou de criar a Comissão Especial para Promoção de Políticas de Igualdade Racial (CEPPIR), no sentido de promover um debate sobre diversidade na universidade, definindo suas políticas de inclusão social.

Os indígenas, ainda motivados pelo encontro, decidiram conjuntamente elaborar uma carta ao reitor, solicitando à UFT autorização para gratuidade da taxa de inscrição do vestibular a partir de julho de 2004. Este documento (CARTA/OF/SN/2004) datado de 19 de

fevereiro de 2004, continha a assinatura de representantes das etnias Apinajé, Javaé, Karajá, Karajá/Xambioá, Krahô e Xerente (CARTA..., 2004). Junto a este foi anexada a Carta dos Povos Indígenas, datada de 2003, como meio de reafirmar o anseio daquela população para que a UFT pudesse atender os seus interesses.

Neste mesmo ano, Alan Barbiero, reitor da universidade, após o recebimento da carta, resolve instituir na UFT a CEPPIR. De imediato, designou uma representante da Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários (PROEX) para presidir a comissão. Consta em relatório que a orientação do reitor para a presidente era no sentido “[...] de se formar uma equipe afinada com o tema; sensível às reivindicações do movimento negro e indígena e disposta a elaborar propostas exequíveis para a comunidade acadêmica.” (UFT, 2005, p.1).

Para tanto, os trabalhos foram iniciados e a primeira reunião aconteceu e a comissão tinha como foco elaborar estratégias para discutir a formação da comissão e os objetivos da CEPPIR. Participaram desse momento representantes de várias instâncias da UFT, sendo eles:

- a) Grupo de Trabalho (GT) de extensão de cada *Campus*;
- b) presidente do Diretório Central dos Estudantes (DCE);
- c) um membro do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB);
- d) um membro do Núcleo de Estudos de Assuntos Indígenas (NEAI);
- e) a pró-reitora de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários e
- f) o diretor de Assuntos Estudantis da UFT.

Para a universidade, esse foi um importante momento e o efeito dessa reunião apontaria para o porvir de outras iniciativas que levaria essa comissão a desenhar o projeto futuro do programa política de cotas da UFT. Esse momento tinha como objetivo, além da apresentação de propostas, tornar visíveis as ações que desencadeavam a referida política, pois muitas foram as propostas que dali surgiram:

- a) pesquisa sobre o perfil do aluno da UFT, estabelecendo o corte raça/classe/gênero;
- b) definição do conceito de “aluno carente”, partindo da realidade do Estado do Tocantins;
- c) solicitação de relato de experiências no que tange às questões da inserção indígena na Universidade de Dourados-MS;
- d) parceria com segmentos externos à UFT, como a Secretaria da Educação e Cultura (SEDUC) e
- e) criação de um boletim informativo da comissão. (UFT, 2004a).

A partir daí, muitos encontros e debates acerca do tema seriam realizados para então discutir o processo de implementação da política de cotas, e em muitos deles foi possível observar a ausência de uma representação indígena dos eventos, ficando a sua participação restrita à composição da CEPPIR. Esta comissão contou apenas com um representante da etnia Carajás, ficando a participação das demais secundarizadas.

Dessa forma, a análise que fazemos com base nesse estudo é que a proporção de participantes na comissão ficou restrita a um segmento étnico, o que representa disparidade entre os indígenas.

Os questionamentos, no entanto, se referem ao modo como a instituição assumiu a responsabilidade na condução do processo, podendo ser concebida de modo distorcido a participação do indígena na implementação da política, pois, embora se trate de um segmento populacional, cada etnia tem diferenças e especificidades, cabendo-lhes tratar-lhes desigualmente.

Baseada nesse contexto, levando em consideração as diferenças, a CEPPIR, ao realizar um levantamento socioeconômico, cultural e étnico racial em 2004, obteve os seguintes resultados: dos 4.560 estudantes que participaram da pesquisa, 64,4% se declararam negros (pretos e pardos), 33,4% brancos, e 0,6% indígenas. Com esses resultados, no entendimento da Comissão, a população negra já estaria contemplada e a sua presença quanto ao acesso à UFT já era evidente, e que as cotas deveriam ser criadas favoravelmente aos indígenas.

Analisando o relatório da CEPPIR, constatamos as seguintes proposições: 5% de cotas para estudantes indígenas em todos os cursos oferecidos pela UFT; prova universal, avaliação a partir do exame do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem); concorrência entre indígenas (comprovação emitida pela FUNAI); isenção da taxa de inscrição para os alunos indígenas; permanência incentivada pelo NEAI por meio do acompanhamento pedagógico e da elaboração de projetos de bolsas de estudos específicos (UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS, 2005, p.12).

Após várias discussões entre a CEPPIR e outras instâncias da UFT, foi criado em 03 de setembro de 2004, pela Resolução nº 3A/2004, a política de cotas para estudantes indígenas, passando a ofertar, no vestibular de 2005, 5% das vagas em todos os cursos e em todos os sete *campi*, a candidatos indígenas que comprovassem sua etnia por meio de declaração emitida pela FUNAI.

Uma questão a ser destacada durante a pesquisa é que não existe uma relação direta entre a distribuição da população indígena do Estado Tocantins, correspondente ao número de

vagas disponibilizadas pela UFT em seus respectivos *campi*, ou seja, nas regiões onde exista uma presença maior de indígenas poderia haver uma política de distribuição de vagas nos seus *campi* também maior. Considerando a característica da universidade, de ser *multicampi*, à primeira vista, essa distribuição propositiva parece ser justa dada a localização geográfica de cada grupo.

Com base em dados da Funasa (2010), no Estado do Tocantins, existem sete povos indígenas, que são: Apinajé e Krahô; Javaé, Karajá e Karajá/Xambioá; Xerente; Krahô-Kanela, que totalizam uma população de aproximadamente 11.700 indígenas. Além desses povos, existem representações étnicas oriundas de outros Estados, as quais são formadas pelos povos: Ava-Canoeiro, Tuxá, Guarani, Kaingang, Pankararu, Atikum, Apurinã, Fulniô, Guajajara, Krikati, Gavião e Macuxi, que somam aproximadamente 287 indígenas.

Assim, para melhor visualização dos dados, por meio da tabela a seguir, é possível identificar uma desproporcionalidade na distribuição dos indígenas à reserva de vagas disponibilizada pela UFT. Relacionando a sua população ao *campus*, podemos perceber em tabela posterior que a presença do indígena na universidade é exageradamente desproporcional ou até mesmo nem existe registro de indígena matriculado, como é o caso do *campus* de Arraias, localizado no sudoeste do Estado.

Tabela 8 – Grupos Étnicos do Tocantins, dados populacionais e suas localidades

Grupo Étnico	Localização	População	<i>Campus</i> universitário mais próximo	Localização Geográfica do <i>campus</i>
Apinajé	Tocantinópolis – Extremo Norte do Estado	1.793 habitantes	Araguaína e Tocantinópolis	Norte
Karajá	Ilha do Bananal e Pium – a Sudoeste do Estado	2.753 habitantes	Arraias	Sul
Xerente (povo Akwê);	Tocantínia – Centro do Estado	2.922 habitantes	Miracema e Palmas	Central
Krahô	Goiatins e Itacajá – Noroeste do Estado	2.465 habitantes	Araguaína e Tocantinópolis	Norte
Javaé	Ilha do Bananal, Cristalândia, Formoso do Araguaia, Pium no Sudoeste do Estado	1.173 habitantes	Arraias e Gurupi	Sul
Xambioá	Xambioá	262 habitantes	Araguaína	Norte
Krahô-Kanela	Lagoa da Confusão	84 habitantes	Gurupí	Sul

Fonte: Funasa (2010) - Organização própria.

Dados da Funasa (2010) confirmam também a presença de vários outros povos indígenas vindos de outras regiões do País, totalizando 287 indígenas convivendo tanto nas demais cidades do Tocantins como nas aldeias, conforme descreveremos a seguir: **1 Tapuia** na Barra do Rio Verde, no município de Sandolândia, **10 Ava-Canoeiro**, sendo 1 em Boto Velho na Lagoa da Confusão e 9 em Canuanã, em Formoso do Araguaia; **29 Fulniô** no município de Tocantinópolis; **41 Tuxa**, sendo 10 em Canuanã, em Formoso do Araguaia, 8 desaldeados em Formoso do Araguaia, 12 em Gurupi e 1 em São João, no Formoso do Araguaia; **8 Apurinã** desaldeados em Gurupi; **132 Atikum** desaldeados em Gurupi; **3 Makuxi** desaldeados em Gurupi; **19 Pankarau** desaldeados em Gurupi; **29 Guarani**, sendo 1 desaldeado em Araguaína, 1 urbano em Santa Fé do Araguaia, 13 na aldeia Kurehe, 6 na aldeia Warilyty, e 8 na aldeia Xambiá, todos na reserva Karajá-Xambioá no Município e Santa Fé do Araguaia; **11 Guajajara**, sendo 1 na aldeia Karajá-Xambioá, em Santa Fé do Araguaia, 7 na aldeia Botica, 3 na aldeia Mariazinha, ambas na reserva Apinayé, no Município de Tocantinópolis; e **3 Krikati** na aldeia Mariazinha, reserva Apinayé, no Município de Tocantinópolis.

Com base nesse contexto, considerando a grande representatividade dos indígenas no Estado, é possível perceber que os enfrentamentos por parte dessa população na busca pela igualdade social na UFT atende parcialmente aos interesses desse segmento, dado o abismo existente entre indígena e não indígena, conforme se vê na tabela abaixo.

Tabela 9 – Inscritos no vestibular da UFT/Campi - 2005 e 2009

Inscrição por modalidade	Candidatos inscritos no vestibular da UFT e o percentual correspondente			
	Ano 2005	%	Ano 2009	%
Sistema Universal	12.417	99,07	21.140	99,51
Sistema de Cotas	117	0,93	105	0,49
Total Geral	12.534	100	21.245	100

Fonte: Copese/Vestibular/SIE (UFT, 2010c) – Organização própria.

Ao analisar os referidos dados, constatamos, além de um distanciamento entre os dois segmentos, uma redução na participação do indígena na UFT, se comparado 2005 a 2009. Ao fazer uma leitura dos dados quanto aos alunos admitidos pelo sistema universal, o resultado surpreende, pois em 2005 se inscreveram 12.417 ou 99,07% e em 2009 esses dados elevaram-se para 21.140 ou 99,51% de candidatos interessados; na contramão do processo

caminham os indígenas, em 2005 se inscreveram 117 ou 0,93% e em 2009 apenas 105 concorrem ao certame

Como veremos, sobretudo nos capítulos seguintes, as estratégias implementadas para o acesso e permanência de indígenas até o momento deste estudo investigativo não foram suficientes para alcançar uma expressividade maior na expansão do ensino destinado aos indígenas, se considerado o contexto em que a referida política se encontra inserida.

3.3 O ingresso de estudantes indígenas: sua presença no vestibular da UFT (2004 a 2009)

A UFT oferece anualmente um número significativo de vagas em todos os cursos de seus sete *campi*, distribuídos de norte a sul do Estado do Tocantins, havendo ligeira variação entre os anos, no que se refere ao período de realização do vestibular, pois o processo seletivo em sua maioria acontece no último trimestre de cada ano, sendo distribuídas vagas para o ingresso em março e agosto do ano subsequente. Conforme Tabela 10, o vestibular de 2004 sugeriu em seu edital apenas uma entrada, qual seja, março do mesmo ano. Observa-se no *site* da UFT/Copese que, a partir de 2010, o processo seletivo vem acontecendo em duas chamadas anuais, dada a demanda de candidatos interessados em cursar o ensino superior.

Observando a tabela abaixo, é possível identificar o número de vagas ofertadas em cada ano nos processos seletivos da UFT em seus respectivos *campi*.

Tabela 10 – Vagas ofertadas no vestibular da UFT/Campus - 2004 a 2009

Campus Universitário	Vagas ofertadas nos vestibulares da UFT em seus respectivos <i>campus</i>											
	2004		2005		2006		2007		2008		2009	
	SU*	SC*	SU	SC	SU	SC	SU	SC	SU	SC	SU	SC
Araguaína	240	NC*	396	24	368	22	396	24	454	26	584	36
Arraias	80	NC	132	08	132	08	132	08	152	08	152	08
Gurupi	40	NC	76	04	76	04	99	06	122	08	137	08
Miracema do Tocantins	80	NC	76	04	76	04	114	06	114	06	114	06
Palmas/Capital	390	NC	760	40	760	40	768	42	806	44	1034	56
Porto Nacional	130	NC	284	16	284	16	284	16	284	16	284	16
Tocantinópolis	40	NC	76	04	76	04	114	06	152	08	152	08
Total Geral	1000	NC	1800	96	1772	98	1907	108	2084	116	2457	138

* SU – Sistema Universal; SC – Sistema de Cotas; NC – Não Consta⁹
 Fonte: Copese/Vestibular/SIE (UFT, 2010c) – Organização própria.

⁹ As siglas constantes na tabela acima correspondem à forma de ingresso dos estudantes na UFT. Dessa forma, os referidos termos significam: SU – Sistema Universal; SC – Sistema de Cotas; NC – Não Consta.

Pela tabela acima, podemos perceber, no contexto geral da UFT, que a oferta de vagas se deu num crescimento gradativo em todos os *campi*, significando que a universidade em apenas uma década expandiu-se substancialmente. Tais dados fornecem um retrato bastante abrangente, em especial nos *campi* que se localizam em municípios maiores do Tocantins, neste caso, Palmas e Araguaína. Em 2004, segundo a Copese, o número total de candidatos inscritos em todos os *campi* da UFT, foi de 9.146, enquanto em 2009 se inscreveram 21.140 candidatos.

Do total de 11.576 vagas ofertadas pela UFT, apenas 556 são destinadas ao sistema de cotas, ou seja, um quantitativo ínfimo destinado a estudantes indígenas, que correspondem exatamente a 4,8%.

A tabela a seguir apresenta os indígenas aprovados nos vestibulares de 2005 a 2009, o que permite perceber uma disparidade grandiosa entre o quantitativo de vagas disponibilizadas pela universidade e o número de aprovação, considerando que o percentual de 5% estabelecido pelo sistema de cotas da UFT, mesmo assim não é preenchido em função dos cotistas não alcançarem nota mínima para classificação. Ressaltamos que, em 2004, não há registro de indígena inscrito ou aprovado.

Tabela 11 – Indígenas aprovados no vestibular da UFT/*Campi* - 2004 a 2009

<i>Campus</i> Universitário	Indígenas aprovados nos vestibulares da UFT em seus respectivos <i>campus</i>					
	2004 Sistema de Cotas	2005 Sistema de Cotas	2006 Sistema de Cotas	2007 Sistema de Cotas	2008 Sistema de Cotas	2009 Sistema de Cotas
Araguaína	00	06	-	04	04	07
Arraias	00	-	-	-	-	-
Gurupi	00	01	01	03	04	04
Miracema do Tocantins	00	01	01	06	04	04
Palmas/Capital	00	08	13	14	16	19
Porto Nacional	00	-	-	-	-	01
Tocantinópolis	00	-	01	01	04	03
Total Geral	00	16	16	28	32	38

Fonte: Copese/Vestibular/SIE (UFT, 2010c) – Organização própria.

Conforme pode ser observado pela distribuição na tabela 12, a preferência dos indígenas é pelos cursos ofertados no *Campus* de Palmas. São 70 alunos que durante cinco anos frequentaram ou mantiveram algum tipo de vínculo acadêmico com este local, já o

Campus de Porto Nacional apresentou apenas um aluno matriculado, e Arraias não registrou nenhum.

Na Tabela 12, apresentamos uma distribuição dos alunos indígenas matriculados na UFT por *Campi* e em seus respectivos cursos, o que permitirá visualizar a preferência dos indígenas no ano de 2009.

Tabela 12 – Número de indígenas matriculados na UFT/*Campus*/cursos - 2º semestre/2009

<i>Campus</i>	Curso	Número de matrículas	Total de indígenas por <i>campus</i>	Percentual de matrículas por <i>campus</i>
Araguaina	Medicina Veterinária	02	13	16.3%
	Zootecnia	01		
	Geografia (Licenciatura)	01		
	História (Licenciatura)	03		
	Letras/Português/Inglês e Literaturas (Licenciatura)	01		
	Biologia (Licenciatura)	01		
	Ciências-Matemática (Licenciatura)	01		
	Física (Licenciatura)	00		
	Química (Licenciatura)	00		
	Cooperativismo (Tecnólogo)	00		
	Logística (Tecnólogo)	03		
	Turismo (Tecnólogo)	00		
Arraias	Pedagogia	00	00	0%
	Matemática	00		
Gurupi	Agronomia	01	04	6.3%
	Engenharia em Biotecnologia e Bioprocessos	01		
	Engenharia Florestal	03		
	Química Ambiental	00		
Miracema	Pedagogia (Licenciatura)	06	# 11	13.7%
	Serviço Social	05		
Palmas	Comunicação Social – Jornalismo	05	48	60%
	Artes (Licenciatura)	00		
	Filosofia (Licenciatura)	00		
	Pedagogia (Licenciatura)	02		
	Administração	06		
	Arquitetura e Urbanismo	01		
	Ciências Contábeis	06		
	Ciências Econômicas	03		
	Direito	09		
	Ciências da Computação	01		
	Engenharia Ambiental	03		
	Engenharia de Alimentos	00		
	Engenharia Civil	01		
	Engenharia Elétrica	00		
	Enfermagem	02		
Medicina	08			
Nutrição	01			
Porto Nacional	Geografia (Licenciatura)	00	01	1.2%
	História (Licenciatura)	01		
	Letras (Licenciatura)	00		
	Ciências Biológicas	00		
Tocantinópolis	Pedagogia (Licenciatura)	01	02	2.5%
	Ciências Sociais (Licenciatura)	01		
Total			80	100%

São 11 alunos matriculados no *Campus* de Miracema e sete no *Campus* de Palmas. Todos eles participaram da pesquisa. Do total de alunos matriculados no *Campus* de Miracema, quatro deles ingressaram em 2009.

Fonte: UFT/SIE (UFT, 2010c) - Organização própria.

Os dados extraídos do resultado das matrículas realizadas pelos indígenas em 2009 na Universidade Federal do Tocantins, nos *campi* e em seus respectivos cursos, já surpreendem pelo baixo percentual de alunos indígenas participantes do processo. É significativo notar que os não indígenas inscritos ou matriculados na UFT apresentam um percentual infinitamente maior, considerando que os indígenas representam aproximadamente 0,49% do total de alunos da universidade.

Outro dado que nos chama atenção é quanto à preferência dos indígenas. A área das Ciências Sociais Aplicadas é onde se concentra o maior número de estudantes indígenas, totalizando 32 alunos; na área das Ciências Humanas são 18 alunos; na Saúde são 11; e as outras áreas totalizam 19 alunos indígenas. Assim se torna mais questionável a realidade dos fatos. Verificou-se na UFT uma tendência dominante dos cursos de bacharelado em detrimento os de licenciatura. Se há nas aldeias, de acordo com dados da pesquisa, déficit de professores da educação básica, como, então, compreender a realidade dos fatos? Evidente é que para o momento não se trata “do que é mais importante”, mas é uma questão de “priorizar” algo em função de uma realidade comprometedora. As reflexões seguem nesse sentido: que ações a universidade pode desenvolver para a valorização das licenciaturas e a conseqüente ampliação de indígenas em seus cursos? Como a universidade pode dar sentido aos conteúdos dos cursos de licenciaturas que por vezes são fachadas de técnicos, científicos? Assim sendo, constatamos que essa realidade em Miracema é diferente, pois ali o destaque é para as ciências humanas. São seis alunos indígenas Xerentes, matriculados no curso de Pedagogia, e cinco escolheram Serviço social como curso de sua preferência. A tabela a seguir apresenta, até o momento da pesquisa, um resumo da participação indígena na UFT – “*vagas, inscrição e aprovação*”, sendo possível confirmar o baixo índice de indígenas inseridos no ensino superior.

Tabela 13 – Vagas/inscritos/aprovados no vestibular da UFT - 2005 a 2009

Ano	Vagas ofertadas	Indígenas inscritos	Indígenas aprovados	Percentual de aprovados em relação às vagas
2005	62	117	16	25,8%
2006	98	60	16	16,3%
2007	108	121	28	25,9%
2008	70	97	32	45,7%
2009	72	105	38	52,7%
Total	410	500	130	31,7%

Fonte: UFT/SIE (UFT, 2010c) - Organização própria.

O caráter diferenciado dos dados analisados resulta em percentuais de aprovação muito abaixo do quantitativo de vagas ofertadas. Tomando como referência o ano de 2005, conforme tabela acima, esse resultado é desfavorável ao indígena, se levarmos em consideração o fato de que havia disponíveis 62 vagas e apenas 16 alunos conseguiram aprovação, dentre os 117 candidatos que se inscreveram.

A disparidade entre o número de vagas, inscritos e de aprovados nos vestibulares destinados aos indígenas, contudo, são infinitamente contraditórios. Os dados sugerem à universidade uma análise cuidadosa no que se refere às condições postas para acesso, ingresso do indígena no ensino superior.

Fica evidente que o Programa Política de Cotas da UFT, quando idealizado, desconsiderou em parte a diferença cultural entre indígenas e não indígenas. As medidas implementadas até então tem sido pontuais e fragmentadas.

Assim sendo, são necessárias mudanças amplas, consistentes e que integrem diversas ações entre as políticas públicas que efetivamente possibilitem o acesso do indígena à educação e à universidade, porém, diante dos resultados da pesquisa, este direito não está assegurado de fato, pois as cotas e as universidades ainda são insuficientes, porquanto a maioria dos indígenas que recorrem a UFT não consegue assegurar sua vaga. Há de se reconhecer que o problema do acesso é algo ainda a ser superado nesta e em outras instituições de ensino.

Para tanto a reflexão que permanece nos inquietando é pensar: Por que sobram vagas na UFT?

3.4 Breve descrição sobre os programas de permanência na UFT

A implementação das cotas na UFT, de acordo os dados de ingresso relacionados ao número de vagas, até então, sinaliza para a importância de se promover ações efetivas que assegurem a permanência do indígena na universidade. Decidimos aqui discorrer sobre duas ações que aos olhos dos estudantes pesquisados são as que possibilitam melhores resultados e incluem em maior proporção estudantes indígenas. Tratam, do programa institucional de monitoria indígena e da “bolsa-permanência”.

Assim sendo, do total de 130 indígenas que se tornaram estudantes da UFT de 2005 a 2009, compondo o primeiro grupo de universitários indígenas, que ingressaram na referida instituição por um processo seletivo universal e que estão inseridos nos programas de

monitoria indígena e de bolsa permanência, nem todos, conforme dados da pesquisa, permanecem na universidade.

Sabe-se, no entanto, que o programa políticas de cotas da UFT são um marco na vida desses povos, pois suscitam outras questões que mudaram a forma de pensar a universidade pública. O acesso hoje é visto como uma conquista, mas o desafio decorre das estratégias de permanência que a universidade tende a desenvolver para que o aluno indígena permaneça na instituição. Cumpre ressaltar que as ações a serem explicitadas a seguir têm o objetivo de contribuir para que o aluno indígena permaneça com qualidade na UFT:

* *Programa de Monitoria Indígena (PIMI)* – tem como proposta contribuir para o enfrentamento das dificuldades dos discentes indígenas, uma vez que visa a intensificar e assegurar a cooperação entre professores e estudantes indígenas nas atividades básicas da universidade, bem como promover a inclusão e permanência do aluno indígena na UFT.

Como funciona – a universidade seleciona um aluno regular para se tornar orientador do colega indígena e, ao aceitar a tarefa, ele recebe uma bolsa de estudo. Esse monitor é orientado por um Professor que define as estratégias de acompanhamento. Dessa forma, esse monitor acompanha o novo aluno em questões de Língua Portuguesa e em outras áreas do conhecimento, tornando-se mediador entre o aluno indígena e demais membros da comunidade acadêmica. Em alguns *campi*, a função de monitor já vem sendo desempenhada por um aluno indígena, o que favorece a comunicação entre os sujeitos. A exemplo, citamos o caso de Miracema onde o monitor é um Xerente. Para discorrer sobre o programa a seguir, decidimos destacar brevemente a sua trajetória institucional, pois se trata de uma iniciativa federal, adotada pela UFT.

* *Programa Bolsa Permanência* – instituído na UFT no ano de 2006 por meio da Resolução nº 09/2006, de 23 de agosto de 2006, tinha como objetivo viabilizar a permanência do aluno na universidade, bem como sua qualificação acadêmica. De acordo a Resolução, a concessão das bolsas se dá:

Art. 4º. O Programa Bolsa de Permanência Acadêmica da UFT concederá bolsas no valor mensal de R\$ 300,00 (trezentos reais), devendo o aluno cumprir uma carga horária de 20 (vinte) horas semanais.

Parágrafo único – O aluno poderá desempenhar suas atividades nos turnos matutino, vespertino ou noturno, no horário das 08:00 às 12:00 horas, das 14:00 às 18:00 horas e das 18:00 às 22:00 horas respectivamente, de acordo com as necessidades do setor. (UFT, 200c, p.2).

Cabe ressaltar que atualmente o programa Bolsa Permanência instituído pela UFT está vinculado à PROEST, sendo financiado com recursos do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), repassando a instituição incentivos financeiros em forma de bolsas de estudos no valor mensal de R\$ 372,00. Referido Programa e o valor correspondente à bolsa, passaram por mudanças a partir de 2010, conforme documentos institucionais consultados. Dessa forma, terá direito à bolsa o estudante regularmente matriculado em cursos de graduação da UFT e que se encontre comprovadamente em situação de vulnerabilidade socioeconômica, minimizando suas dificuldades de ordem financeira.

Resolução nº 12/2010, de 4 de agosto de 2010, em seus artigos 1º e 2º, dispõe:

Art. 1º O Programa Bolsa Permanência possui caráter social e visa propiciar auxílio financeiro aos alunos dos Cursos de Graduação Presencial da Universidade, conforme Portaria do MEC nº 39 de 12 de dezembro de 2007, classificados como em situação de carência socioeconômica, para a sua permanência na universidade.

Art. 2º A vinculação do aluno ao Programa Bolsa Permanência constitui-se em instrumento social e de aperfeiçoamento profissional e cultural que proporcionará ao mesmo a complementação do processo de ensino-aprendizagem por meio do desenvolvimento de atividades orientadas, avaliadas e vinculadas preferencialmente à sua área de formação. (UFT, 2010d).

Para tanto, o programa foi estruturado em duas modalidades distintas. O Programa Bolsa Permanência Acadêmico, busca contribuir para igualdade de condições no acesso, permanência e conclusão de curso na instituição e a afirmação da educação como uma política pública, ensejando a realização de uma atividade de extensão e cultura (desenvolvimento acadêmico – DA). Já o Programa Bolsa Permanência Institucional (desenvolvimento institucional – DI), voltado para aprendizagem de técnicas e métodos gerenciais e a solução de problemas na área institucional, objetivando contribuir com o desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão, visa a complementação do processo de ensino e aprendizagem, com base no princípio da interdisciplinaridade, com avaliação e vínculo à sua área de formação (EDITAL nº 06/2010).

Como funciona – a universidade divulga em seus meios de comunicação o edital do programa. Dessa forma, participam do processo: alunos com renda “per capita” não superior a 1 salário mínimo e meio; que estejam regularmente matriculados em um dos cursos de graduação da UFT; que dispõem de pelo menos 20 horas semanais para atividades previstas no edital.

O aluno interessado, e que atende aos critérios previstos no referido documento realiza a sua inscrição de solicitação de bolsa via internet. De posse do comprovante, junta aos demais documentos e entrega na secretaria do *campus* ao qual está vinculado. O servidor do *campus* organiza o processo e encaminha a PROEST para posterior análise. Feito isso, a comissão definida pela UFT utiliza-se de procedimentos técnicos, como entrevista, visita, domiciliares, ou simplesmente busca a veracidade dos documentos, para complementar ou confirmar as informações fornecidas pelos candidatos. Passada essa etapa, a universidade divulga a lista de selecionados e inclui o estudante no desenvolvimento das ações previstas pelo programa. Cabe ressaltar que na maioria das vezes para a confirmação dos dados a comissão opta pela entrevista, se desloca da UFT/Palmas até os *campi* para realizar tal procedimento.

Os programas de assistência estudantil da UFT, entretanto, vêm se destacando na instituição e até mesmo em âmbito nacional, graças à política implementada pela universidade de agir proativamente, visando ao igualamento das oportunidades, principalmente para aqueles com menor poder aquisitivo, contribuindo, assim, para a permanência com sucesso na sua graduação.

Segundo a UFT, para garantir que esses alunos que entram tenham as condições necessárias para permanecer na universidade, as federais investem nas políticas de assistência estudantil e reivindicam aumento do repasse do MEC para esse fim. A pesquisa identificou o fato de que um em cada dez alunos recebe bolsa de permanência, por exemplo; na UFT, essa política confere destaque em relação às demais universidades federais. A proporção vai para dois em cada dez estudantes.

Outro dado da universidade é que todos os alunos indígenas matriculados na UFT, que não têm uma outra atividade remunerada, recebem auxílio financeiro – “bolsa permanência”.

Acreditamos, contudo, que as atuações desenvolvidas pela universidade para a permanência do aluno, embora à primeira vista, de forma pontual e instável, contempla sobremaneira o indígena a se manter na universidade e que de alguma forma medidas “compensatórias” são minimamente estabelecida pela instituição.

Constatamos, ainda, que os estudantes indígenas da UFT participam de alguma forma das ações de permanência implementadas na universidade. Não se sabe ainda em que nível a mesma tem favorecido ao indígena a se manter com qualidade em seus cursos e em que nível tais medidas os conduzem a um desempenho satisfatório na instituição, o que será melhor desenvolvido nos capítulos seguintes.

3.5 Eventos indígenas na UFT: expressões de participação

Além do que pudemos perceber com as falas dos vários agentes institucionais, os eventos científicos e culturais representam para a comunidade acadêmica uma fonte de apreensão de novos conhecimentos. Em 2010, a UFT comemorou cinco anos após a implementação da política de cotas para indígenas. Foi um ano de muitos eventos, registros e muita produção realizada pela instituição, notadamente no Campus de Palmas. As ações relacionadas à questão indígena, por sua vez, contribuem para a inserção desse segmento populacional nas discussões da universidade, o que possibilitou uma maior interação e consequente articulação para a melhoria das formas de ingresso e permanência de indígenas na instituição, dados o seu contexto e os temas nesses momentos trabalhados.

Cabe aqui situar a nossa atenção para um desses momentos, o I Seminário de Extensão e Cultura, com o tema “Diversidade: Interlocação de Saberes”. Esse evento foi bastante divulgado, realizado no período de 26 a 29 de outubro de 2010, incorporando no mesmo espaço o I Seminário Local do Programa Conexões de Saberes e o I Encontro de Núcleos e Grupos de Trabalho da UFT, dentre eles o GT Indígena.

O I Seminário de Extensão e Cultura da UFT, promovido e realizado pela Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários da UFT, teve como finalidade atender o Plano Nacional de Extensão, o qual define como diretrizes para a extensão a indissociabilidade do ensino em relação à pesquisa, a interdisciplinaridade e a relação bidirecional com a sociedade.

Houve ricos momentos durante o evento – ações como palestras, mesas redondas, apresentações de trabalhos, mostras de ações extensionistas, minicursos, apresentação musical, apresentação humorística, lançamento de livros, dentre outros.

Focando um pouco mais, versaremos aqui sobre a Semana Acadêmica Indígena, valendo destacar que, pela primeira vez, um evento dessa natureza foi realizado em uma universidade federal, destinado a estudantes indígenas que ingressaram pelo sistema de cotas.

A Semana Acadêmica Indígena da UFT trouxe como tema “O saber indígena no ambiente universitário: uma reflexão sobre o direito à educação e permanência dos acadêmicos na universidade”, e a primeira palestra versou sobre “As políticas indígenas no ensino superior”, ministrada pelo Prof. Dr. Saulo Ferreira Feitosa, da Universidade de Brasília (UnB).

A sua programação era específica. Dentre suas ações, evidenciamos: relatos de experiências de estudantes da cota indígena, debates sobre os desafios indígenas na educação

escolar diferenciada e sobre a importância de projetos de extensão para as comunidades indígenas e apresentações de projetos já realizados, dentre outros.

Nessa oportunidade, foi possível, na qualidade de pesquisador, conhecer vários estudantes indígenas de outras etnias que não Xerente, como é o caso da acadêmica de Direito, Amaré Gonçalves Brito, da etnia Krahô-Kanela e que está no 8º período do curso. Para ela, *“A Semana Acadêmica Indígena objetiva a interação entre os acadêmicos e também será um momento de avaliação da produção indígena na universidade.”*

Muitas discussões enriqueceram o evento. Os estudantes indígenas lançaram mão de seus ideais e se expressaram. *“Esse é o nosso grande momento”* – expressiu o aluno.

Segundo a Assessoria de Imprensa da UFT, *“A idéia de uma Semana Acadêmica específica para os integrantes da cota indígena, nasceu na realização da primeira edição do Dia do Índio na UFT, evento que foi realizado no ano passado.”*

O evento a que se refere a Assessoria de Imprensa foi realizado em 27 de abril de 2009 e contou com a presença do vice-reitor José Expedito Cavalcante; dos pró-reitores Pedro Albeirice (PROEST), Isabel Auler (PROGRAD) e Marluce Zacariotti (PROEX); da coordenadora regional do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) do Estado do Tocantins, Laudovina Aparecida Pereira; da representante da Secretaria de Estado da Educação, Cleide Araújo; do presidente da União Estadual dos Indígenas, Kubaria de Andeciwala; e do acadêmico Kohalue Karajá.

Dentre os vários discursos proferidos naquele momento, selecionamos o do vice-reitor José Expedito, que se refere ao programa de cotas, ressaltando que a UFT, além de pioneira na implementação das cotas para indígenas, abriu vagas para todos os seus cursos e disse: *“Os indígenas terão, assim, um conhecimento variado, e isto será bom para eles. É o começo da formação de uma massa crítica indígena no país.”*

Outra fala que merece destaque no evento partiu da pró-reitora de Graduação da UFT, Isabel Auler, quando sinalizou que além das cotas como medida de ação afirmativa na universidade, a *“UFT está viabilizando novas formas para atender e manter o aluno indígena na instituição.”* Assim, a participação e as formas de expressão que os estudantes indígenas demonstram no espaço universitário fortalecem ainda mais a luta para outras conquistas da permanência e da igualdade de oportunidades no contexto universitário. O papel de destaque assinalado pelos alunos indígenas no espaço acadêmico é de qualidade, e isso reforça a necessidade urgente de uma efetiva política de permanência, como aponta a pró-reitora de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários da Universidade, ao destacar: *“Não estamos preocupados com números, mas queremos trabalhar a permanência do aluno; que ele não*

apenas se insira, mas que permaneça da melhor maneira possível, recebendo apoio acadêmico e pedagógico, respeitando sua diversidade cultural.” Para Marluce, “[...] a união das pró-reitoras é importante para que a ação da UFT tenha efetivo sucesso.”

Mediante a importância atribuída aos eventos na universidade, a PROEX, em consonância com os *campi*, realizou alguns eventos destinados ao público em geral. O Projeto do Ministério da Cultura Vídeo Índio Brasil foi destaque principalmente em Miracema, envolvendo os estudantes indígenas e não indígenas e servidores voltados para as questões indígenas, como assinala o coordenador.

[...] nós temos alguns projetos que trabalham especificamente com a questão indígena, nós temos alguns professores que procuram promover debates, inclusive trazer essa discussão para o campus e para toda a comunidade acadêmica. Tivemos no início do semestre letivo um projeto que foi realizado âmbito nacional, foi a amostra índio, Vídeo Índio Brasil, e com a presença de alguns representantes das nações indígenas no campus, e mostrando várias situações de como é a cultura, de como é a vida, de como é a religião, ou seja, a socialização dos indígenas e qual é a sua visão inclusive com essa interação com a comunidade acadêmica e com o mundo hoje globalizado. Então nesse sentido foram essas as ações basicamente que nós enquanto coordenação, estivemos à frente na instituição. Deve ter havido outras anteriores que obviamente eu não participei. (COORDENADOR 02).

Em 2010 a UFT comemorava cinco anos pós-implementação da política de cotas para indígenas. Foi um ano de muitos eventos, registros e muita produção, notadamente no *campus* de Palmas. Os eventos têm papel importante na comunicação científica, considerando que a transmissão das ideias e fatos novos chega ao conhecimento da comunidade de maneira mais rápida. Em Miracema, essa forma de comunicação informal se apresentou mais em forma de projetos, pois os eventos aconteceram em menor intensidade. Sobre as ações do *Campus* de Miracema, trataremos mais adiante.

A análise que fazemos a cerca da participação política desses estudantes dentro dessa conjuntura é que há uma possibilidade evidente do aprofundamento das questões indígenas, com uma sensibilização natural do processo, passando a reconhecer e valorizar as relações que se dão no âmbito da universidade entre indígenas, não indígenas e sociedade, na busca incessante de ações que efetivamente possam assegurar o acesso, ingresso e permanência destes na educação superior. É sobre essas ações no âmbito da UFT que a pesquisa avaliativa realizada se debruça, conforme apresentaremos no capítulo seguinte.

CAPÍTULO IV

ESTUDO DE CASO: UMA AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS DO PROGRAMA DE COTAS NO CAMPUS MIRACEMA – UFT

Este capítulo se propõe, com arrimo na investigação de documentos da UFT, avaliar os resultados do programa de cotas indígenas no *Campus* de Miracema, analisando seu processo de implementação e os primeiros resultados, buscando compreender como o acesso, ingresso e permanência dos estudantes indígenas são concebidos neste espaço, pelos sujeitos envolvidos, no caso, estudantes indígenas, professores e gestores da UFT.

Trata-se de um estudo de caso sobre a política de cotas indígenas no *Campus* de Miracema, da UFT. Para tanto, tomamos como referência YIN (2005, p.32), que define: o “estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos”. Segundo o autor, a pesquisa sobre muito eventos, sobre um caso único contribui para uma análise mais aprofundada, em razão da diversidade dos fatos encontrados.

Inicialmente, trataremos de situar o modo como a universidade está inserida no âmbito do Município de Miracema, verificando em que circunstâncias os indígenas Xerentes situam-se socialmente no Município e, mais especificamente, como estão os estudantes indígenas Xerentes no *campus* de Miracema – UFT. Será apresentado o perfil socioeconômico dos estudantes indígenas Xerentes, matriculados no *campus* de Miracema, no período de 2005 a 2009, descrevendo suas histórias e situações de desafios vivenciadas pelos indígenas no cotidiano da universidade.

No segundo momento, discorreremos ainda sobre as estratégias desenvolvidas no *campus* para a promoção do acesso, ingresso e permanência do indígena no *campus* de Miracema, destacando as ações de permanência até então desenvolvidas e avaliando como estas são implementadas e quais possíveis resultados apresentam para que o estudante indígena permaneça com qualidade na universidade.

Será realizada, ao final, uma síntese dos resultados, avaliando como é conduzido o programa de cotas na instituição, avaliando as ações em andamento e quais as possíveis, na visão dos sujeitos, necessitam ser implementadas para que alcancem a efetividade do programa.

4.1 A UFT no contexto do Município de Miracema

A UFT, é uma universidade multicampi, atualmente oferecendo 43 cursos de graduação, distribuídos em seus sete *campi*¹⁰, localizados nas seguintes regiões do Estado do Tocantins: Palmas, Araguaína, Arraias, Gurupi, Porto Nacional, Miracema e Tocantinópolis

A universidade,

[...] nasceu com a missão de produzir conhecimentos para formar cidadãos e profissionais qualificados e comprometidos com o desenvolvimento sustentável da Amazônia e de se tornar um diferencial na educação e no desenvolvimento de pesquisas e projetos inseridos no contexto socioeconômico e cultural do estado. Está compromissada com a formação e promoção integral do ser humano por meio de uma gestão democrática, moderna e transparente. Centra suas ações na promoção da melhoria da qualidade do ensino, pesquisa e extensão; na promoção de uma política de extensão através da ação comunitária e assistência ao estudante; na integração ao sistema nacional e internacional de ensino e pesquisa, favorecendo, desta forma, o fortalecimento da instituição UFT, no contexto regional e nacional. (UFT 2010b).

De acordo o Catálogo de cursos (*Documento informativo da instituição*) (UFT, 2010b), a educação na universidade será desenvolvida por meio de cursos de graduação (licenciatura, bacharelado e tecnologia) e pós-graduação lato e stricto sensu, que habilitam profissionais com sólida formação teórica e compromisso social promovendo, juntamente com as atividades de pesquisa e extensão, a produção e disseminação de conhecimentos, que contribuirão para a transformação do estado do Tocantins em um espaço para todos.

Atualmente são mais de 9.000 alunos, matriculados nos sete *Campi* da universidade, sendo 43 cursos de graduação presencial, quatro cursos a distancia, dezenas de cursos de especialização, 07 programas de mestrado: Ciências do Ambiente (Palmas), Ciência Animal Tropical (Araguaina), Produção Vegetal (Gurupi), Agroenergia, Ciências do Ambiente e Desenvolvimento Regional e Agronegócio (Palmas), Ecologia de Ecótonos (Porto Nacional), Mestrado Profissional em Ciências da Saúde (Palmas). Oferece, ainda, os Mestrados Interinstitucionais em Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental (Palmas, parceria UFT/UFRGS), Arquitetura e Urbanismo (Palmas, parceria UFTUnB), e os Doutorados Interinstitucionais em Administração de Empresas (Palmas, parceria UFT/Universidade Mackenzie), Historia Social (Palmas, parceria UFT/UFRJ), Educação (Palmas, parceria UFT/UFG), Geografia (Araguaina, parceria UFT/UFU) e Produção Animal (Araguaina, parceria UFT/UFG). (UFT, 2010b).

¹⁰Os *campi* universitários são unidades responsáveis pela execução das atividades de ensino, pesquisa e extensão, em múltiplas áreas do conhecimento. Configuram-se como unidades orçamentárias, dispoendo de autonomia relativa, de acordo com as normas pertinentes.

Os cursos de graduação da UFT estão assim distribuídos: *Araguaina* - Matemática, Geografia, História, Letras, Medicina Veterinária, Zootecnia, Biologia, Física, Química, Tecnologia em Gestão de Cooperativas, Tecnologia em Gestão de Turismo, Tecnologia em Logística e Biologia (modalidade a distância); *Arraias* - Matemática e Pedagogia e Biologia (modalidade a distância); *Gurupi* - Agronomia, Engenharia Biotecnológica, Engenharia Florestal e Química Ambiental e Biologia (modalidade a distância); *Miracema* - Pedagogia e Serviço Social; *Palmas* - Administração, Arquitetura e Urbanismo, Artes, Ciências da Computação, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Comunicação Social, Direito, Enfermagem, Engenharia Ambiental, Engenharia Civil, Engenharia de Alimentos, Engenharia Elétrica, Filosofia, Medicina, Nutrição e Pedagogia; *Porto Nacional* - Ciências Biológicas, Letras, História e Geografia; *Tocantinópolis* - Ciências Sociais e Pedagogia (UFT, 2010b).

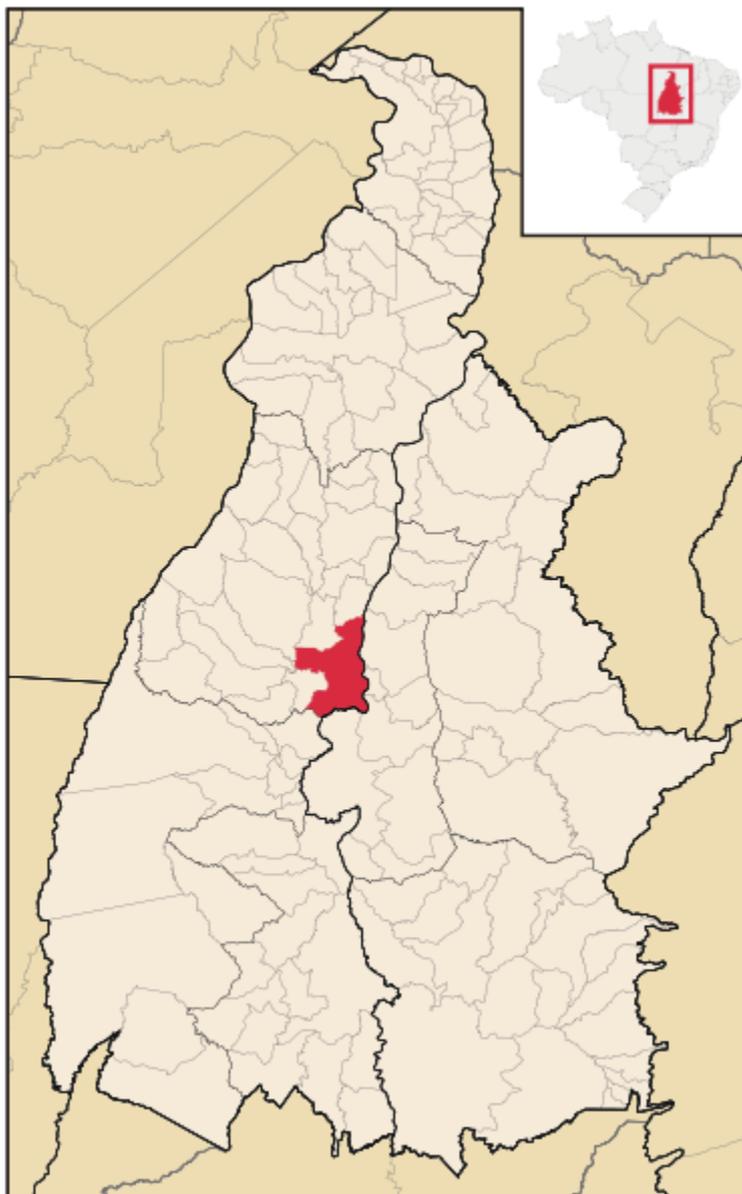
No Tocantins, a criação de Universidade Federal foi sem dúvida um dos grandes acontecimentos do Estado, nos últimos anos. A UFT, por meio de sua característica, modelo multicampi, descentralizou a educação superior por todo o Estado, condicionando aos estudantes do interior, principalmente aqueles de menor poder aquisitivo e indígenas, acesso à educação superior.

Assim sendo, graças a sua característica, é que o Município de Miracema do Tocantins foi contemplado com um dos *campi* da referida universidade. O Município de Miracema com extensão territorial de 2.656,078 é um dos mais importantes do Tocantins, apresentando uma taxa anual de crescimento de aproximadamente 8,7%, e é localizado distante da capital aproximadamente 80 km. São municípios limítrofes ao norte: Rio dos Bois, Tocantínia e Lajeado; ao Oeste: Barrolândia, Abreulândia, Dois Irmãos do Tocantins e Miranorte, e sua hidrografia é composta pelos rios: Tocantins, Providência, Rio dos Bois, Ribeirão Gameleira, Santa Luzia. Miracema do Tocantins possui uma população de aproximadamente 21.000 habitantes (IBGE, 2010).

O *Campus* de Miracema oferece cursos de graduação em Pedagogia e Serviço Social. Miracema foi a primeira Capital do Estado do Tocantins e está localizada na região central do Estado. O Município possui como principais atividades econômicas a agricultura e a pecuária, além do artesanato indígena.

Como se vê, no mapa seguinte o Município de Miracema fica localizado na região central do Estado do Tocantins. É a quinta economia do estado em arrecadação tributária, graças ao ICMS oriundo da Usina Hidrelétrica do Lajeado, Município limítrofe.

Figura 2 - Mapa geográfico do Estado do Tocantins, em destaque ao centro o município de Miracema



Fonte: Wikipédia (2010).

Assim sendo, resolvemos, para uma melhor visualização e possível compreensão do contexto mencionado, apresentar a paisagem urbana de Miracema. O Município é banhado pelo rio Tocantins, que atravessa a referida cidade no sentido leste-oeste, e nessa paisagem é possível localizá-la, logo ao centro entre a área urbana de Miracema e Tocantínia.

Como se vê, o que separa um município do outro é o próprio rio Tocantins. Para tanto, a travessia que moradores e indígenas fazem diariamente se dá por meio de barco motorizado, sendo cobrado pelo serviço ao preço de R\$ 1,00 por pessoa. Assim sendo para que os estudantes indígenas tenham acesso à universidade, necessitam diariamente atravessar

o rio, contabilizando ao final do mês uma despesa extra em seu orçamento oriunda dessa travessia, o que, em parte, pode contribuir, além de outros motivos, para a frequência desses estudantes nas ações da universidade.

Cabe ressaltar que é no município de Tocantínia, que se encontra localizada a reserva indígena Xerente. A figura a seguir apresenta o referido rio entre as cidades de Miracema e Tocantínia. Decidimos destacar o rio Tocantins, considerando ser uma das riquezas do Estado e este por sua vez manter ao longo dos anos uma relação muito forte com a comunidade indígena Xerente, dado a localização das aldeias em sua maioria situarem próximo ao rio. Ressalta-se que não é este o objeto de discussão desse estudo.

Figura 3 - Vista Panorâmica das cidades de Miracema e Tocantínia – O rio Tocantins ao centro



Fonte: Miracemanet (2010).

Assim sendo, será, então, nesse contexto, “Miracema”, que situaremos a presença dos indígenas Xerentes no espaço da Universidade Federal do Tocantins, buscando compreender um pouco da sua cultura e as suas relações no âmbito da sociedade não indígena especialmente na universidade.

4.2 Os Xerentes no contexto local

É comum encontrar com indígenas da etnia Xerente circulando nas ruas de Miracema. Na maioria das vezes, buscam na cidade vender seus produtos ou trocá-las em

supermercados por produtos de primeira necessidade, como arroz, feijão, carne, dentre outros. Atualmente se percebe é que nessa relação entre indígena e não indígena o contato se dá de forma razoável e até mesmo desejável, pois, na maioria das vezes, o homem branco recorre aos indígenas, buscando adquirir os seus produtos ou os donos de comércio tentam atraí-los para a venda dos seus, uma vez que estes recebem algum tipo de benefício financeiro, seja da Funai seja do Poder Público, haja vista alguns serem servidores públicos da SEDUC, contratados para os serviços diversos, como professores da educação básica, e em sua maioria auxiliares de serviços gerais nas escolas de suas aldeias.

Este estudo, no entanto, visa a conhecer um pouco da história dos Xerentes em Miracema, mas é na universidade que será dada maior atenção ao tema, considerando o objetivo da pesquisa, que é compreender como se deu a implementação da política de cotas para indígenas na UFT, *campus* de Miracema.

No caso dos Xerentes, mesmo considerando ser um contato intenso de suas relações com os não índios, os povos indígenas mantêm sua identidade cultural e se afirmam como grupos étnicos diferenciados, portadores de tradições próprias. É inegável que as mudanças decorrentes do contato com a sociedade alcançarem resultados preocupantes, como é o caso do alcoolismo, um problema social que hoje atinge boa parte dessa população, fato que não será abordado neste estudo.

Para Severo (2007 apud MELO, 2007, p. 66), nas palavras do Wawê¹¹, “um índio nunca esquece suas tradições, seus valores e respeito por elas. Pode até sair da aldeia, estudar na universidade, conviver todos os dias com os brancos, mas ele nunca esquece que é um Akwê, e que deve respeito ao seu povo e aos seus costumes”. O que se vê é uma preocupação dos anciãos em preservar a cultura do povo Xerente, mesmo sabendo que o contato com o homem branco é inevitável e que é nessa relação que os costumes e as tradições vão se perdendo.

As informações referentes às áreas da comunidade Xerente são ainda pouco conclusivas. Segundo Farias (1990, p. 39), o território reconhecido como Xerente

É aquele delimitado pelo rio Manuel Alves Grande, rio do Sono, até suas cabeceiras, e de lá, cortando a região interiorana, alcançava na altura da cachoeira do Lajeado, o rio Tocantins. Abaixo desta, ainda no século XIX, foram localizadas aldeias Xerente, nas margens do rio Preto, afluente à direita do Tocantins. Uma hipótese é que essas aldeias foram formadas em função da desagregação do aldeamento Carretão, e não são, portanto, parte do território tradicional efetivamente ocupado pelos Xerentes nesse período.

¹¹Wawê – significa velho. (KRIEGER; KRIEGER, 1994).

Ainda para o autor, atualmente o povo Xerente está restrito a duas reservas ao norte do Estado do Tocantins, como mostra a figura 1. Ao oeste, fica a área ocupada pelo grupo em seu limite com o rio Tocantins, e ao leste com o rio do Sono. Essas duas áreas são contíguas e denominadas oficialmente de maneiras distintas: Terra Indígena Xerente (183.542 hectares) e Terra Indígena Funil (15.703 hectares).

De acordo com Xerente (2001), a reserva indígena é composta pelas terras Xerente e Funil, sendo que a primeira foi demarcada pelo Decreto Presidencial Nº 71.497, de setembro de 1972, época em que o Tocantins fazia parte do Estado de Goiás, e as terras pertencentes à reserva Funil foram demarcadas em 1988. Atualmente as referidas reservas estão localizadas no cerrado tocantinense. Os Xerentes/akwês habitam a margem direita do rio Tocantins, perto da cidade de Tocantínia, e a 70 km da capital Palmas, pertencem ao grupo linguístico macro-jê; Os Xerentes falam a língua Akwê, o Akwê é a língua falada entre eles até mais ou menos oito anos de idade. Então, começam a aprender o Português na escola indígena. Sabe-se que na aldeia, quando a criança Xerente é aluno de um professor não indígena, os índices de reprovação apresentam-se assustadores, em razão do pouco conhecimento do professor para com a cultura local. Os Xerentes falam entre eles somente o Akwê.

Segundo Toledo (2007), os Xerentes vivem “da agricultura tradicional na roça de toco, plantam milho, arroz, mandioca e utilizam a lavoura mecanizada em pequena escala”. Funasa (2010) estima a população Xerente em 2.922 indivíduos.

Assim, com a criação do Estado do Tocantins em 1989, o povo Xerente pode ter sido o que sofreu o maior impacto, isso após ser instalada provisoriamente no Município de Miracema, a 1ª capital do Estado, situa ao lado do Município de Tocantínia, onde se localiza a reserva indígena Xerente e separado pelas águas do rio Tocantins. Palmas, é a atual capital; surge distante a apenas 76 km dessa localidade, e foi criada no ano de 1990, incrustando-se ao lado do triângulo da demarcação desse povo.

Com efeito a mais nova capital do Brasil, Palmas, após 20 anos de sua criação, vem impondo aos indígenas Xerente um processo de interculturalidade que vai além da subjetividade desse povo e que pode provocar vários impactos sobre essa população. Esta é uma particularidade da população Xerente em virtude da proximidade entre o povo Xerente e a Capital do Estado do Tocantins, o que não acontece com as demais etnias espalhadas pelo Estado. Com base na figura seguinte, é possível localizar as reservas indígenas existentes no Tocantins.

Figura 4 – Reservas indígenas do estado do Tocantins



Fonte: SEDUC/TO (TOCANTINS, 2010b).

Como se vê, as aldeias que compõem a reserva Xerente se distribuem por todo o território, ocupando as diferentes microbacias existentes na reserva. Ressaltamos que sua implantação está relacionada diretamente a dois fatores – as aldeias antigas pela proximidade dos maiores rios Tocantins e do Sono e as mais novas em razão da proximidade com as vias de acesso estradas e rodagens que cortam a região.

A localização das aldeias já é uma resposta às suas necessidades básicas, pois os mesmos buscam na cidade produtos básicos para sua sobrevivência e recorrem as escolas da cidade para matrícula de seus filhos, pois vêm na educação possibilidade de crescimento e ascensão social. Segundo Agenor Farias (1990, p.34), os Xerentes promovem uma ocupação espacial de seu território de acordo com critérios tradicionais, e que isso acontece por meio da

filiação aos clãs patrilineares e da distribuição desses por entre as metades exogâmicas. E acrescenta:

São essas (patrilinares) que, no plano político, formam o palco das disputas responsável pela cisão e, no mais das vezes, pela formação de novas aldeias. Essa ação política atua como uma força centrífuga em relação a regra da uxorilocalidade, que tende a manter um grupo de irmãs e seus grupos familiares reunidos e em aproximação. Em decorrência deste dinamismo, as novas aldeias tendem a não se formar muito afastadas entre si. A separação política provocada pela patrilineagem, é de certo modo, atenuada, na medida em que as aldeias que se separam ainda mantêm vivos seus laços de afinidade”. (FARIAS, 1990, p. 21).

Reportando-as ao contexto educacional, com base em dados da Secretaria Estadual de Educação, existem atualmente 45 aldeias na Reserva Xerente (FIGURA 4), e todas elas contam com escola indígena de ensino fundamental, sendo o ensino de 1º ao 5º ano predominante. Apenas uma escola oferta ensino fundamental e médio, o CEMIX (Centro de Ensino Médio Indígena Xerente). A maioria dos professores que atuam nas escolas indígenas são moradores da própria aldeia ou de aldeia vizinha, geralmente indicados pelos caciques. Outros são nomeados pela Secretaria e nesse caso, se busca que a formação do professor seja condizente com a área de atuação.

A historiografia oficial assinala que os primeiros contatos entre os akwê e segmentos não indígenas remontam ao século XVII, com a chegada de missões jesuíticas e colonizadores (bandeiras e entradas) ao Centro-Oeste brasileiro. Os 250 anos de contato dos Xerentes com não indígenas não afetaram sua identidade étnica. As rápidas e intensas transformações sociais, políticas e econômicas que atingem a região na qual residem têm proporcionado a esse povo, não sem dificuldades, uma participação ativa nos processos decisórios que os envolvem. De acordo com Tolêdo (2007, p.1),

Antes [dos contatos com não-índios], os xerentes exploravam o cerrado, através da caça e da coleta, associadas a uma agricultura complementar de coivara. A amplitude territorial, portanto, foi sempre a condição básica de constituição e reprodução do grupo. As atividades de caça, pesca e coleta, bem como a de agricultura estão intimamente associadas ao conhecimento que os xerentes possuem sobre a natureza, suas potencialidades e limites.

Entretanto, agora, eles têm buscado outras fontes de renda. A confecção e a venda de artesanato - cestaria, bordunas, arcos e flechas e colares, dentre outras peças - são uma das principais atividades desenvolvidas pelo grupo, já que a matéria-prima utilizada (fibras de buriti, sementes de capim-navalha, palhas de coco, capim-dourado) é acessível a toda a população. Atualmente, parte da população xerente obtém recursos financeiros em cargos exercidos junto à Funai (motoristas, ajudantes de postos), ao Estado (professores indígenas, agentes de saúde) ou provenientes da aposentadoria dos mais velhos.

Com as transformações, é possível perceber que a população indígena, hoje, busca a educação como forma de aquisição de conhecimento e principalmente como alternativa para saírem do processo de exclusão em que se encontram. É com essa perspectiva e com o compromisso social de retornar ao seu locus que muitos jovens indígenas se encontram no ensino superior. Na UFT, em 2009, são 80 alunos regularmente matriculados em seus diversos cursos.

Nesse contexto, levando em conta que alguns resultados do ensino superior são reflexos de uma formação básica deficitária, consideramos prudente uma reflexão sobre a educação básica dos nativos – *A educação básica dos povos indígenas cumpriu seu papel?*

Buscamos refletir com os cotistas, especialmente junto aqueles que concluíram o seu ensino médio na aldeia. Para tanto, percebemos que o CEMIX é uma escola que atualmente oferta o ensino médio em duas modalidades – “*Profissionalizante e o não profissionalizante*” – sendo o último nas áreas de Enfermagem e Informática. Boa parte dos docentes que ali atuam é de servidores não indígenas, residentes nos Municípios de Miracema e Tocantínia e que diariamente se deslocam da cidade até a aldeia para o cumprimento da sua jornada de trabalho.

Dessa forma, torna-se prudente ressaltar que os avanços observados com base em dados e depoimentos coletados, ao que se refere a uma oferta de educação básica com qualidade e uma formação adequada para o indígena que corresponda aos anseios dessa comunidade e com o poder de competitividade para uma concorrência justa no momento do seu ingresso no ensino superior, na visão de alguns entrevistados, seriam necessário vários anos para constituir uma história muito particular da educação formal, nesse nível de ensino.

Dessa forma, considerando os dados populacionais da etnia Xerente, as políticas públicas de educação implementadas nestas comunidades pelo Poder Público local podem responder e de certo modo contribuir para o processo de desqualificação que conduz o indígena ao déficit de resultados encontrados no ensino superior, comprometendo o ingresso e consequente permanência destes na universidade.

Assim, a exemplo dos desafios no ensino superior, percebe-se que as dificuldades postas para a garantia das políticas públicas educacionais indígenas, voltadas à educação básica, especificamente na comunidade Xerente, dizem respeito ao investimento governamental priorizado nos últimos anos que apontam para iniciativas contingentes, emergenciais e fragmentadas, carecendo, de agora para frente, de políticas efetivas, consistentes e continuadas.

4.3 Trajetória da implementação do programa de cotas no *Campus* de Miracema no contexto da UFT (2004-2009)

A criação da Universidade Federal do Tocantins (UFT) representou uma grande conquista da sociedade civil e política do Estado. Desde a sua implantação, em 2003, a universidade passou por várias mudanças, como expansão e melhoria de sua estrutura física, ampliação do seu quadro de pessoal, aumento da oferta de cursos e outras medidas fundamentais para o seu funcionamento, como: eleição direta para reitor e vice-reitor e a consequente instalação dos órgãos da gestão administrativa (pró-reitorias). Foi em 2003 que a instituição realizou seu primeiro concurso público para docentes.

O *Campus* de Miracema, na época, passava por muitas dificuldades. Considerado um *Campus* de menor porte, se encontrava da iminência de extinção e as atenções do movimento de federalização da Unitins se voltavam para os *Campi* maiores, como Palmas, Araguaina, Gurupi e Porto Nacional. Graças, Porém, ao movimento da comunidade acadêmica e a sociedade civil que envidaram esforços com vistas a sua incorporação a recém-criada Universidade Federal do Tocantins a partir de 2003, que, ao incorporar, foi realizado neste mesmo ano o vestibular para Pedagogia e Normal Superior. Ressaltamos que, em 2004, o colegiado de Pedagogia abriu debate para a fusão dos referidos cursos, sugerindo ainda a criação de outro curso, proposta que foi encaminhada nesse mesmo ano ao Conselho Diretor, o qual resultou na aprovação.

Foi em 2004 também que foi aprovado o estatuto da Fundação Universidade Federal do Tocantins e com este houve a possibilidade de instalação dos conselhos deliberativos; o Conselho Universitário – Consuni e o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – Consepe, bem como a legalização de atos acadêmicos e administrativos que permitiram a UFT absorver os cursos de graduação em regime presencial dos sete *campi* da Unitins ao sistema federal de educação. Surgia aí a consolidação de uma universidade federal no Estado do Tocantins.

Nos anos que se seguiam, os *Campi* universitários discutiam com a comunidade interna as suas demandas. No *Campus* de Miracema não foi diferente: a comunidade acadêmica tomava parte das discussões e, no calor dos encaminhamentos, algumas propostas se tornaram prioridade, dentre elas a possibilidade de criação de um outro curso de graduação. Neste sentido, como forma de aceleração do processo, a Coordenação do

Campus instituiu uma comissão¹², sendo esta a responsável para apresentar diagnóstico e parecer quanto à viabilidade de implantação do novo curso.

Nos anos de 2005 e 2006, o debate para encaminhamento das ações prioritárias do *Campus* tem espaço e a comunidade acadêmica indicou cinco prioridades para consolidação do *Campus* Universitário de Miracema. Dentre essas prioridades, a principal foi a criação de outro curso de graduação.

Assim sendo, a comissão intensificam a consulta junto à comunidade interna e externa, sinalizando para a criação de alguns cursos de graduação, dentre os quais o de Serviço Social. Em seguida, após consulta à comunidade acadêmica, a comissão recomendou a criação do Curso de Serviço Social, considerando a possibilidade de um aproveitamento maior do corpo docente existente no *campus*. Diante da recomendação, a proposta de criação do curso de Serviço Social foi encaminhada para apreciação do Conselho Diretor do *Campus* Universitário de Miracema, que aprovou o referido projeto, encaminhando em seguida para ser aprovado junto ao Consepe. A partir daí, seria instituída no *Campus* uma comissão responsável pela elaboração do Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social.

Como podemos perceber, era satisfatório o processo de expansão da UFT. Acontecia em todos os *Campi* da universidade. Desde a sua criação, foi um marco na gestão do atual reitor, o prof. Alan Barbiero. O referido processo se intensificou a partir de 2008 quando a universidade aderiu ao REUNI, projeto do Governo Federal.

Contrariando o plano de expansão da universidade, os professores do *Campus* de Miracema votaram pela não adesão ao referido programa por acreditarem que não basta apenas criar curso, fazendo-se necessária uma clareza das estratégias que assegure que os cursos que forem criados possam funcionar com qualidade. Em 2009, a UFT contava em seu quadro de pessoal já com 1.127 servidores, dos quais 509 eram técnicos administrativos, 567 professores efetivos e 51 professores substitutos; destes, 20 servidores administrativos e 30 professores são lotados no *Campus* universitário de Miracema (UFT, 2009f).

Assim sendo, a Universidade Federal do Tocantins, visando ao seu desenvolvimento, vem por meio dos *campi* buscar realizar ações, que contribuam para ampliação do Ingresso de alunos em seus *campi*. Dessa forma, com base na realidade evidenciada na pesquisa, o grande desafio de todos os envolvidos no processo é implementar estratégias que venham

¹²A comissão foi composta pelos professores Márcio Antônio Cardoso de Lima (Presidente), José Carlos da Silveira Freire, Antônio Miranda de Oliveira e Mariléia Borges de Lima, esta última integrante do *campus* de Tocantinópolis com formação em Serviço Social.

possibilitar, além do acesso/ingresso, a permanência, com sucesso, destes na universidade. A inserção de indígenas no ensino superior vem sendo registrada pelo *Campus* de Miracema como conquista. Constam em registro da secretaria acadêmica, no ano de 2009, 11 alunos cotistas matriculados nos cursos de Pedagogia e Serviço social, além de 442 não indígenas em ambos os cursos.

Para melhor compreensão do contexto, no entanto, decidimos apresentar na tabela seguinte o número de alunos matriculados no *Campus* Universitário de Miracema no segundo semestre de 2009, nos cursos de Pedagogia e Serviço Social, num total de 453, entre índios e não índios.

Tabela 14 – Estudantes indígenas matriculados no Campus de Miracema 2009/2

Curso \ Turno	Matutino		Noturno	
	Alunos índios	Alunos não-índios	Alunos índios	Alunos não-índios
Pedagogia	3	146	3	76
Serviço Social	1	109	4	111
Total: 453	4	255	7	187

Fonte: SIE/Secretaria Acadêmica (UFT, 2010f) – Organização própria.

Reportando-nos aos indígenas, objetivando averiguar os aspectos referentes ao seu ingresso no *campus* de Miracema, foi constatado até o momento da pesquisa o registro de 15 alunos cotistas matriculados nos cursos de Pedagogia e Serviço Social, sendo que, no segundo semestre, para o curso de Pedagogia, constava como não renovação de matrícula quatro alunos, dos quais três não apresentaram nenhuma justificativa e um deles foi aprovado em 2009/1 para o curso de Serviço Social, portanto desistindo do curso de Pedagogia. No curso de Serviço Social, do grupo de seis alunos admitidos, apenas um aluno não renovou matrícula para 2009/2 e não apresentou termo de desistência. Esse aluno que mudou de Pedagogia para Serviço Social teve seu ingresso no primeiro curso em 2008/1 permanecendo até 2008/2, no entanto alegou que não se identificou com o curso, portanto mudaria enquanto haveria tempo.

Há de se considerar que muito são os desafios enfrentados pelos indígenas diariamente, não apenas em relação ao ingresso no ensino superior, mas também a dura realidade encarada pelos nativos compromete as suas decisões em todas as dimensões. Com isso, é preciso uma reflexão imediata da universidade no sentido de pensar estratégias que viabilizem o acesso, ingresso e permanência dos alunos na universidade. Isso, por sua vez,

inclui, além de outras, questões externas, como o ir e vir dos estudantes da aldeia à universidade e vice-versa.

As dificuldades enfrentadas no cotidiano indígena estão relacionadas à vinda das suas residências à universidade. Constatamos, até o momento da pesquisa, não haver nenhuma ação de incentivo por parte da universidade ou do Poder Público local que contribua para o deslocamento deles da sua aldeia à universidade. A tabela que se segue objetiva apresentar a distância em que se encontra a localidade dos indígenas até o *campus*, fazendo-nos refletir que esses cotistas têm de enfrentar, quase que diariamente, dificuldades, como falta de transporte, esforço físico excessivo, adversidades naturais – chuva, sol forte, dentre outros. Assim, considerando que para os alunos que estudam à noite, que são maioria, esse obstáculo é muito maior, há de se concluir que não basta apenas possibilitar o ingresso de indígena na universidade, fazendo-se necessário superar outros obstáculos, em que não obstante constam em rotinas acadêmicas – aulas, conteúdos, provas etc. Na tabela abaixo, decidimos incluir, os alunos considerados desistentes.

Conforme a tabela, é possível visualizar a distância da residência dos Xerentes à universidade.

Tabela 15 - Dados sobre os Xerentes /Deslocamento/Residência/Campus de Miracema em 2009/2

Residência	Distância da residência a universidade	Curso	Número de alunos matriculados por curso
Aldeia Porteira	25 km	Pedagogia	04
		Serviço Social	02
Aldeia Salto	15 km	Pedagogia	01
Aldeia Funil	13 Km	Pedagogia	01
		Serviço Social	01
Boa Vista Mrãizani	40	Pedagogia	01
Karêhu	10 km	Serviço Social	01
Brejo Comprido	43	Serviço Social	01
Tocantínia	3 km	Pedagogia	02
Miracema	1 km	Serviço Social	01

Fonte: Dados da Pesquisa – Organização própria.

Dos 15 indígenas matriculados, no *campus* de Miracema no primeiro semestre de 2009, quatro deles não compareceram para renovação de matrícula para o semestre seguinte. De acordo a servidora da secretaria acadêmica, os indígenas desistem e não recorrem à universidade para dar satisfação ou ser orientados a fazerem um trancamento de matrícula;

simplesmente abandonam. Com tal realidade, presume-se que o aluno indígena, diante dos desafios e dificuldades que enfrentam diariamente como condições de deslocamento associado a distancia da sua residência até o *campus*, ausência de transportes, falta de recursos financeiros, dificuldade de se manter na cidade, falta de uma casa de apoio, dificuldades com os conteúdos, ausência de uma infraestrutura mínima no *campus* que possibilite ao indígena minimizar as dificuldades ora elencadas, podem de certo modo explicar o abandono ao curso por parte desses quatro indígenas.

A UFT, conforme mencionamos anteriormente, não dispõe, até o momento dessa pesquisa, de uma política de apoio para o pagamento de transportes de indígenas da aldeia à universidade, o que resulta em uma sobrecarga para o aluno, deixando assim de frequentar o curso muitas das vezes utilizando-se de carona, bicicletas ou até mesmo sendo obrigados a se deslocarem a pé até a universidade, fato agravado principalmente em período chuvoso.

O Programa Política de Cotas para Indígenas implementado na UFT em 2004 foi efetivado no *Campus* de Miracema em 2005, com o ingresso do primeiro aluno indígena no Curso de Pedagogia o Sr. “*Antonio Samuru Xerente*”. O Curso de Serviço Social¹³ implantado em Miracema somente ofertou vagas para o segundo semestre de 2007, ocasião em que ingressou em agosto de 2007, pelo mesmo sistema, o indígena *Carlos Augusto Wahênne Xerente*. Em 2009, o *campus* contava com 11 alunos Xerentes que ingressaram pelo sistema de cotas; destes, seis em Pedagogia e cinco em Serviço Social.

Conforme o conjunto de tabelas a serem apresentadas a seguir, será possível visualizar o quantitativo de vagas e os respectivos candidatos participantes do processo seletivo da UFT, *Campus* de Miracema, número de inscritos, concorrência, classificados, matriculados e formados nos anos de 2004 a 2009, antes e após a implementação do Programa Política de Cotas. Cabe ressaltar que decidimos abordar o ano de 2004 para comprovar que nesse período não houve o registro de indígena na universidade em nenhum dos contextos.

Assim, em relação a 2004, é possível perceber que não há registro do ingresso de indígenas na UFT, conseqüentemente, no *campus* Miracema. Sabe-se, no entanto, que muito embora o Programa Política de cotas da universidade tenha sido implementado no referido ano, como já citado, foi somente em 2005 que o ingresso destes se efetivou em toda a universidade. Para tanto, considerando os dados da tabela 16, é possível perceber o número de vagas ofertadas, inscritos, concorrência, classificados, matriculados e diplomados no vestibular 2004/1 para o curso de Pedagogia referente aos estudantes não indígenas.

¹³O Curso de Serviço Social do Campus de Miracema é recém-implantado, tendo ingressado a primeira turma no segundo semestre 2007.

Tabela 16 – Vagas/inscritos/ Concorrência/Classificados/Matriculados – UFT/Vestibular/ Campus/Miracema - Entrada: 2004/1 Curso Pedagogia –Supervisão Educacional

CANDIDATOS	COTISTAS	NÃO COTISTAS	TOTAL
VAGAS	00	40	40
INSCRITOS	00	153	153
CONCORRÊNCIA	00	3.8	3.8
CLASSIFICADOS	00	40	40
MATRICULADOS	00	40	40
DIPLOMADOS	00	00	00

*Neste Certame para entrada no 1º semestre, as vagas disponíveis no campus de Miracema destinaram-se ao curso de Pedagogia.

Fonte: UFT/SIE/Secretaria Acadêmica do Campus de Miracema (UFT, 2010f) – Organização própria.

Em 2004, as vagas disponibilizadas pelo *Campus* destinavam aos cursos de Pedagogia e Normal Superior. Este último foi extinto em 2005, como veremos a seguir, e foi somente para o sistema universal, não constando segundo dados da Copese, registro de ingresso de estudantes indígenas nesse *campus*.

Cabe destacar, porém, que este certame apresenta diferencial, foi o único realizado conjuntamente *COPESE/UFT* e *CESPE* - Centro de Seleção e de Promoção de Eventos (CESPE), da Universidade de Brasília, normatizado por meio do EDITAL N.º 1/2003 – VEST-UFT, 25 de novembro de 2003, com entradas para o 1º semestre de 2005 para os cursos de graduação oferecidos pela UFT.

A tabela a seguir apresenta o número de vagas ofertadas, inscritos, concorrência, classificados, matriculados e diplomados no vestibular 2004/1 para o curso Normal superior, não havendo portanto registro de indígenas no referido curso.

Tabela 17 – Vagas/inscritos/Concorrência/Classificados/Matriculados - UFT/Vestibular/ Campus/Miracema - Entrada: 2004/1 Normal Superior

CANDIDATOS	COTISTAS Normal Superior	NÃO COTISTAS Normal Superior	TOTAL Normal Superior
Vagas	00	40	40
Inscritos	00	111	111
Concorrência	00	2.8	2.8
Classificados	00	40	40
Matriculados	00	40	00
Diplomados	00	00	00

*Neste Certame para entrada no 1º semestre, as vagas disponíveis no *campus* de Miracema destinaram-se ao curso Normal Superior.

Fonte: UFT/SIE/Secretaria Acadêmica do Campus de Miracema (UFT, 2010f) – Organização própria.

Considerando 2005/1, das duas vagas destinadas ao sistema de cotas, foi disponibilizada aos indígenas apenas uma; dessa forma, considerando a existência de um inscrito, este não obteve êxito e não constam nos resultados do vestibular no *site* da Copese os motivos da sua “não participação”, portanto razões desconhecidas.

A tabela a seguir apresenta o número de vagas ofertadas, inscritos, concorrência, classificados, matriculados e diplomados no vestibular 2005/1.

Tabela 18 – Vagas/inscritos/ Concorrência/Classificados/Matriculados - UFT/Vestibular/ Campus/Miracema - Entrada: 2005/1 - Curso Pedagogia –Supervisão Educacional

CANDIDATOS	COTISTAS Pedagogia	NÃO COTISTAS Pedagogia	TOTAL Pedagogia
Vagas	01	39	40
Inscritos	01	182	183
Concorrência	01	4.67	4.58
Classificados	00	40	40
Matriculados	00	40	40
Diplomados	00	31	31

*Neste Certame, para entrada no 1º semestre, as vagas disponíveis no *campus* de Miracema destinaram-se ao curso de Pedagogia.

Fonte: UFT/SIE/Secretaria Acadêmica do Campus de Miracema (UFT, 2010f) – Organização própria.

Em 2005, conforme dados da Copese, no segundo semestre do mesmo ano, foram disponibilizadas duas vagas, no entanto se inscreveram seis indígenas, apresentando concorrência, de três alunos por vaga, considerado aprovado, apenas, um indígena – Antonio Samuru Xerente – para o curso de Pedagogia-Supervisão Educacional, turno noturno.

Um dado constante no edital, que de certo modo demonstra flexibilidade em relação ao acesso por parte da Pró-Reitoria de graduação, foi no sentido de registrar, em caso de não aprovação de alunos nesse vestibular, que seriam convocados classificados do certame 2005/1. Segundo nota:

ATENÇÃO: Na falta de candidatos aprovados nos cursos que ofereceram vagas para o Segundo Semestre, no Vestibular 2005 da UFT, a Pró-Reitoria de Graduação, poderá convocar candidatos classificados no Primeiro Semestre, tanto do sistema Universal quanto do sistema de Cotas, obedecendo a ordem de classificação, após esgotar todas as chamadas necessárias ao preenchimento das vagas do Primeiro Semestre, através de chamadas subsequentes, conforme consta no item 16.4 do Edital. (UFT, 2005, p.1).

Em 2005 foi um só certame normatizado por meio do Edital N° 025/2004 de 08/10/2004, com entradas em 2005/1 e 2005/2.

Em relação ao vestibular e ao ingresso dos alunos entre os anos de 2004 e 2009, é possível perceber que, ao longo dos seis anos, no *Campus* de Miracema, não foram alcançados em média os 3% em relação ao total de vagas, se pensados nos 5% definidos pela Lei de cotas da UFT. Se o número de vagas de fato tivesse preenchido, possivelmente teríamos aproximadamente 70% de indígenas a mais do que temos atualmente. A tabela a seguir apresenta o número de vagas ofertadas, inscritos, concorrência, classificados, matriculados e diplomados no vestibular 2005/2.

Tabela 19 – Vagas/inscritos/ Concorrência/Classificados/Matriculados - UFT/Vestibular/ Campus/Miracema - Entrada: 2005/2 - Curso Pedagogia – Supervisão Educacional

CANDIDATOS	COTISTAS Pedagogia	NÃO COTISTAS Pedagogia	TOTAL Pedagogia
Vagas	02	38	40
Inscritos	06	223	229
Concorrência	3.0	5.87	5.7
Classificados	01	39	40
Matriculados	01	39	40
Diplomados	00	22	22

*Neste Certame, para entrada no 2º semestre, as vagas disponíveis no *campus* de Miracema destinaram-se ao curso de Pedagogia

Fonte: UFT/SIE/Secretaria Acadêmica do Campus de Miracema (UFT, 2010f) – Organização própria.

Foram aprovados no vestibular 2006, para entrada no 1º e 2º semestres, 16 estudantes indígenas em todos os *campi* da UFT, sendo que quatro deles pertencem à etnia Xerente, distribuído nos *campi* de Miracema uma vaga, para entrada no segundo semestre de 2006 e três vagas em Palmas, no mesmo período. Considerando que nesse certame se inscreveram 60 candidatos indígenas pelo sistema de cotas, só da etnia Xerente foram 22 inscritos para todos os *campi*. A realidade em 2006, no primeiro semestre, se inverte no *Campus* de Miracema foram disponibilizadas duas vagas, segundo a Copese, no entanto apenas um indígena se inscreveu, alcançando uma concorrência, de 0.5 por vaga. Conforme resultado do referido vestibular, nenhum indígena foi aprovado nesse certame no primeiro semestre. No total, foram aprovados neste vestibular 2006 para entrada no 1º e 2º semestres, 16 estudantes indígenas em todos os *campi* da UFT, sendo que quatro deles pertencem à etnia Xerente, distribuídos nos *campi* de Miracema uma vaga, para entrada no segundo semestre de 2006 e três vagas em Palmas, no mesmo período.

Se considerarmos o número de inscritos em todos os *campi* em relação ao total de classificados, temos aí neste vestibular um percentual de apenas 26,6% em toda a UFT. Em Miracema, dos seis indígenas inscritos, foi classificado apenas um indígena, o que representa

16,6% apenas do percentual correspondente ao número de vagas disponibilizadas ao *campus*. Em 2006 foi apenas um certame, conforme Edital, N° 032/2005 de 27/09/2005, publicado, na forma de extrato, no *D.O.U. de 28/09/2005*, endereço eletrônico <http://www.uft.edu.br/vestibular>, com entrada para 2006/1 e 2006/2.

A tabela a seguir apresenta o número de vagas ofertadas, inscritos, concorrência, classificados, matriculados e diplomados no vestibular 2006/1.

Tabela 20 - Vagas/inscritos/ Concorrência/Classificados/Matriculados - UFT/Vestibular/ Campus/Miracema - Entrada: 2006/1 - Curso Pedagogia – Supervisão Educacional

CANDIDATOS	COTISTAS Pedagogia	NÃO COTISTAS Pedagogia	TOTAL Pedagogia
Vagas	02	38	40
Inscritos	01	119	120
Concorrência	0.5	3.13	3.0
Classificados	00	40	40
Matriculados	00	40	40
Diplomados	00	14	14

*Neste Certame, para entrada no 1º semestre, as vagas disponíveis no *campus* de Miracema destinaram-se ao curso de Pedagogia.

Fonte: UFT/SIE/Secretaria Acadêmica do Campus de Miracema (UFT, 2010f) – Organização própria.

Já no segundo semestre de 2006, no *Campus* de Miracema, foram disponibilizadas duas vagas, segundo a Copese, no entanto se inscreveram apenas cinco candidatos indígenas, 2.5 por vaga. Conforme resultado do referido vestibular, apenas um indígena foi aprovado nesse certame. Não constam demais informações sobre saldo negativo no quadro de classificados nesse vestibular.

A tabela a seguir apresenta o número de vagas ofertadas, inscritos, concorrência, classificados, matriculados e diplomados no vestibular 2006/2.

Tabela 21 – Vagas/inscritos/ Concorrência/Classificados/Matriculados - UFT/Vestibular/ Campus/Miracema - Entrada: 2006/2 - Curso Pedagogia –Supervisão Educacional

CANDIDATOS	COTISTAS Pedagogia	NÃO COTISTAS Pedagogia	TOTAL Pedagogia
Vagas	02	38	40
Inscritos	05	166	171
Concorrência	2.5	4.37	4.28
Classificados	01	39	01
Matriculados	01	39	40
Diplomados	00	04	04

*Neste Certame, para entrada no 2º semestre, as vagas disponíveis no *campus* de Miracema destinaram-se ao curso de Pedagogia.

Fonte: UFT/SIE/Secretaria Acadêmica do Campus de Miracema (UFT, 2010f) – Organização própria.

O processo seletivo para ingressos em cursos de graduação da UFT, no ano de 2007, foi regido pelo Edital N° 048/2006 - *Vestibular 2007*, realizado pela Copese. Destinou-se ao preenchimento de 2015 vagas. Desse total, 108 vagas se destinaram ao sistema de cotas, sendo 50 vagas para o primeiro semestre e 58 para o segundo. É um dado que o diferencia dos demais certames analisados até o momento. Embora o vestibular tenha se dado em apenas um evento, de acordo edital, as vagas disponibilizadas se referiam a entradas para 2007/1 e 2007/2.

Conforme relatório do quadro de concorrência, 2007/1 e 2007/2, se inscreveram para as duas entradas, em todos os *Campi* da UFT, 121 candidatos indígenas para as 108 vagas. Esse certame para entrada em 2007/1 no *campus* de Miracema ofertou 40 vagas para o curso de Pedagogia, sendo 38 para o sistema universal e duas vagas para o Sistema de Cotas. As duas vagas ofertadas para cotistas foram preenchidas pelos indígenas Domingos Waikrure Xerente, que alcançou 50,50 pontos, e Sílvia Letícia Gomes da Silva Xerente, classificada com 94,50 pontos

Foram aprovados neste vestibular, para entrada no 1° e 2° semestres, 28 estudantes indígenas em todos os *campi* da UFT, sendo que 11 deles pertencem à etnia Xerente, distribuídos nos seguintes *campi* seis para Miracema, quatro em Palmas, e um em Gurupi.

Em Miracema, um dado interessante referente ao sistema universal é que 35 alunos aprovados em Pedagogia para o primeiro semestre, todos se declararam como sendo do Tocantins. Já no segundo semestre, dos 38 aprovados para o curso de Serviço Social, 35 se declararam sendo do Tocantins, um de Minas Gerais, um do Estado do Maranhão e um outro de Goiás. Em relação a abstenção ao vestibular 2007, considerado alto, só em Miracema no dia do vestibular foi de, no período da manhã, 96, e à tarde 103.

Dentre os aprovados para o curso de Pedagogia, 1° semestre, a maior nota foi de 108 pontos e a menor 70,75. Já no segundo semestre, para o curso de Pedagogia, foi 121,25 contra 74,00, e no curso de Serviço Social a maior foi 112 e a menor 86,25, de acordo dados da Copese. Dessa forma, considerando o resultado de aprovação, presume-se que o nível de conhecimento dos aprovados no vestibular 2007/2 sistema universal no curso de Pedagogia é superior ao dos candidatos de 2007/1

Tabela 22 - Vagas/inscritos/ Concorrência/Classificados/Matriculados - UFT/Vestibular/ Campus/Miracema - Entrada: 2007/1 - Curso Pedagogia –Supervisão Educacional

CANDIDATOS	COTISTAS Pedagogia	NÃO COTISTAS Pedagogia	TOTAL Pedagogia
Vagas	02	38	40
Inscritos	02	144	146
Concorrência	01	3.79	3.65
Classificados	02	38	40
Matriculados	02	38	40
Diplomados	00	01	01

*Neste Certame, para entrada no 1º semestre, as vagas disponíveis no *campus* de Miracema destinaram-se ao curso de Pedagogia.

Fonte: UFT/SIE/Secretaria Acadêmica do Campus de Miracema (UFT, 2010f) – Organização própria.

Para os inscritos no referido vestibular – ingresso em 2007/2, conforme relatório do quadro de concorrência 2007/2, se inscreveu um total de 437 candidatos ao curso de Serviço Social e 233 ao curso de Pedagogia, entre cotistas e não cotistas. No caso dos candidatos indígenas, se inscreveram respectivamente 13 e quatro, destes foram aprovados para o curso de Serviço Social os indígenas Carlos Augusto Wahenne Xerente, com pontuação 82,00, e Vilmar da Mata de Brito Xerente, 82,50. Em Pedagogia, no segundo semestre, alcançaram classificação com 57,50 pontos o indígena Fernando Kbasdimekwa Brito Souza e com 47,00, o indígena Lenivaldo Srapte Xerente. Na pontuação dos indígenas, comparando-se o 1º e o 2º semestres em relação ao curso de Pedagogia, o cotista do 1º semestre demonstrou um nível de conhecimento superior em relação ao indígena do 2º semestre, 94,50 contra 57,50 pontos. A tabela a seguir apresenta o número de vagas ofertadas, inscritos, concorrência, classificados, matriculados e diplomados no vestibular 2007/2.

Tabela 23 - Vagas/inscritos/ Concorrência/Classificados/Matriculados - UFT/Vestibular/ Campus/Miracema - Entrada: 2007/2 – Cursos: Serviço Social e Pedagogia

CANDIDATOS	COTISTAS		NÃO COTISTAS		TOTAL	
	S. S.*	P*	S. S.	P	S. S.	P
Vagas	02	02	38	38	40	40
Inscritos	13	04	424	229	437	233
Concorrência	6.5	02	11.16	6.03	10.9	5.8
Classificados	02	02	38	38	40	40
Matriculados	02	02	38	38	40	40
Diplomados	00	00	00	00	00	00

*Neste Certame, para entrada no 2º semestre, as vagas disponíveis no *campus* de Miracema destinaram-se aos cursos de Serviço Social e Pedagogia. *SS –Serviço Social¹⁴; *P - Pedagogia¹⁵.

Fonte: UFT/SIE/Secretaria Acadêmica do Campus de Miracema (UFT, 2010f) – Organização própria.

¹⁴SS – Corresponde ao curso de Serviço Social implementado no *Campus* Universitário de Miracema.

¹⁵P – Corresponde ao curso de Pedagogia implementado no *Campus* Universitário de Miracema.

O processo seletivo para ingressos em cursos de graduação da UFT, para o ano de 2008, certame único, foi regulamentado pelo Edital 030/2007, de 24 de agosto de 2007-Vestibular 2008. Executado pela Copese, destinou-se ao preenchimento de 2200 vagas em toda a UFT. Desse total, 116 vagas destinaram-se ao Sistema de Cotas, sendo 58 vagas para o primeiro semestre e 58 para o segundo. O certame destinou entradas no *campus* de Miracema para o curso de Serviço Social em 2008/1, 40 vagas, sendo 38 para o sistema universal e duas vagas para o Sistema de Cotas. De acordo com a tabela a seguir, se inscreveu no referido certame apenas um indígena, tendo ele se classificado com 41 pontos – Alexandre Chapazane Xerente. Em Miracema, dentre os aprovados para o curso de Serviço Social, 1º semestre, a maior nota foi de 104 pontos e a menor 48,00; já no segundo semestre, para o curso de Pedagogia foi 113,00 contra 58,00, e, no curso de Serviço Social, a maior foi 109 e a menor 69,00, de acordo com dados da Copese. Esse dado é importante considerar, uma vez que as provas do vestibular da UFT são *universais* para os cursos, exceto para o curso de Arquitetura, que é acrescido de prova específica. Dessa forma, considerando o resultado de aprovação, presume-se que o nível de conhecimento dos aprovados no vestibular 2008/2 – sistema universal, curso de Serviço Social – é superior aos candidatos de 2007/1 no mesmo curso. Já em relação ao curso de Pedagogia, este é superior à média do curso de Serviço Social considerando primeiro e segundo semestres, ou seja, 113,00 pontos a maior contra 58,00 a menor. A tabela a seguir apresenta o número de vagas ofertadas, inscritos, concorrência, classificados, matriculados e diplomados no vestibular 2008/1.

Tabela 24 - Vagas/inscritos/ Concorrência/Classificados/Matriculados - UFT/Vestibular/ Campus/Miracema - Entrada: 2008/1 – Curso: Serviço Social

CANDIDATOS	COTISTAS Serviço Social	NÃO COTISTAS Serviço Social	TOTAL Serviço Social
Vagas	02	38	40
Inscritos	01	113	114
Concorrência	0.5	2.7	2.85
Classificados	01	39	40
Matriculados	01	39	40
Diplomados	00	00	00

*Neste Certame, para o 1º semestre, as vagas disponíveis no *campus* de Miracema destinaram-se ao curso de Serviço Social.

Fonte: UFT/SIE/Secretaria Acadêmica do Campus de Miracema (UFT, 2010f) – Organização própria.

No vestibular para ingresso em 2008/2, conforme relatório do quadro de concorrência 2008/2, se inscreveu um total de 222 candidatos ao curso de Serviço Social e

132 ao curso de Pedagogia entre cotistas e não cotistas. No caso dos candidatos indígenas, se inscreveram respectivamente oito e sete, dos quais foi aprovado para o curso de Serviço Social os indígenas Valteir Tpekru Xerente. Em Pedagogia, no segundo semestre, alcançaram classificação, com 68,00 pontos, o indígena Gilberto Antonio de Brito Xerente, e com 47,00 foi considerado aprovado o indígena Kleber Wairurã Barbosa Lima Xerente. A pontuação dos indígenas aprovados comparando a pontuação de ambos no 1º e no 2º semestre, em relação ao curso de Serviço Social, o cotista do 2º semestre demonstrou um nível de conhecimento superior em relação ao indígena do 1º semestre, 48,00 contra 41,00, pontuação esta considerada baixa se comparada ao perfil de outros indígenas, que ultrapassou os 100 pontos. No caso do 1º cotista aprovado no curso de Pedagogia, por motivos desconhecido, ele não compareceu para efetuar sua matrícula e em seu lugar foi convocado em segunda chamada o indígena Raimundo Sikmõwe Xerente. Foram aprovados neste vestibular para entrada no 1º e 2º semestres, de 2008, 32 estudantes indígenas em todos os *campi* da UFT, oito deles pertencem à etnia Xerente, distribuídos nos seguintes *campi*: quatro para Miracema e quatro para Palmas. O vestibular de 2008, para entradas no *campus* de Miracema, foi o segundo certame que registrou o maior número de inscritos, pelo sistema de cotas, 16 ao todo, só perdendo para o processo seletivo de 2007, que inscreveu 19 indígenas e aprovou seis. Conforme tabela a seguir, é possível perceber que, no vestibular 2008/2, a concorrência entre os cotistas foi de 4.0 por vaga, considerada a segunda maior, ficando atrás somente da concorrência de 2007/2 para o curso de Serviço Social, que foi de 6.5 por vaga, a mais alta de todos, se comparada aos demais certames investigados. A tabela a seguir apresenta o número de vagas ofertadas, inscritos, concorrência, classificados, matriculados e diplomados no vestibular 2008/2.

Tabela 25 - Vagas/inscritos/ Concorrência/Classificados/Matriculados - UFT/Vestibular/ Campus/Miracema - Entrada: 2008/2 – Cursos: Serviço Social e Pedagogia

CANDIDATOS	COTISTAS		NÃO COTISTAS		TOTAL	
	S. S.*	P*	S. S.	P	S. S.	P
Vagas	02	02	38	38	40	40
Inscritos	08	07	214	125	222	132
Concorrência	04	3.5	5.63	3.29	5.55	3.3
Classificados	01	02	39	38	40	40
Matriculados	01	02	39	38	40	40
Diplomados	00	00	00	00	00	00

*Neste Certame, para entrada no 2º semestre, as vagas disponíveis no *campus* de Miracema destinaram-se aos cursos de Serviço Social e Pedagogia.

Fonte: UFT/SIE/Secretaria Acadêmica do Campus de Miracema (UFT, 2010f) – Organização própria.

Em 2009, o Processo seletivo para ingresso em cursos de graduação da UFT foi realizado em única etapa, e o seu edital, o de *Nº 044/2008, de 07 de agosto de 2008 - Vestibular 2009*, realizado pela Copese, destinou-se ao preenchimento de 2675 vagas. Desse total, 142 destinaram-se ao Sistema de Cotas, sendo 56 vagas para o primeiro semestre e 86 para o segundo.

De acordo o edital, o processo seletivo terá duas entradas uma em 2009/1 e a outra em 2009/2. Para Miracema, no primeiro semestre, foram disponibilizadas 38 vagas pelo sistema universal no curso de Serviço Social, turno matutino, e duas vagas pelo Sistema de Cotas. De acordo com a tabela a seguir, verificou-se que no referido certame para o primeiro semestre não houve nenhum inscrito, embora conforme edital constem vagas para indígenas, havendo inscrição, no entanto, somente para o sistema universal para o qual se inscreveram no referido processo 132 candidatos, alcançando 3,3 por vaga. Ressaltamos que as provas do vestibular da UFT são universais, não diferenciando candidatos indígenas de não indígenas, bem como são iguais em todos os cursos, diferentes um pouco apenas para o curso de Arquitetura, acrescido de uma prova específica. A concorrência do vestibular 2009, no 1º e 2º semestres, teve 2597 vagas no geral, e 21140 inscritos, e a concorrência foi em média de 8.14, isto para 71 turmas nos dois períodos, sendo 44 no primeiro e 27 no segundo. Foram aprovados neste vestibular para entrada no 1º e 2º semestres, de 2009, 38 estudantes indígenas de várias etnias em todos os *campi* da UFT, sendo que nove deles pertencem à etnia Xerente, distribuídos nos diversos *campi* sendo quatro em Palmas, quatro em Miracema, e um em Porto Nacional. A tabela a seguir apresenta o número de vagas ofertadas, inscritos, concorrência, classificados, matriculados e diplomados no vestibular 2009/1.

Tabela 26 - Vagas/inscritos/ Concorrência/Classificados/Matriculados - UFT/Vestibular/ Campus/Miracema - Entrada: 2009/1 – Curso: Serviço Social

CANDIDATOS	COTISTAS Serviço Social	NÃO COTISTAS Serviço Social	TOTAL Serviço Social
Vagas	02	38	40
Inscritos	00	132	132
Concorrência	00	3.3	3.3
Classificados	00	40	40
Matriculados	00	40	40
Diplomados	00	00	00

*Neste Certame, para entrada no 1º semestre, as vagas disponíveis no *campus* de Miracema destinaram-se ao curso de Serviço Social.

Fonte: UFT/SIE/Secretaria Acadêmica do Campus de Miracema (UFT, 2010f) – Organização própria.

Em 2009/2, conforme relatório do quadro de concorrência, se inscreveram para concorrer aos cursos do *Campus* de Miracema, 313 candidatos, dos quais 214 candidatos ao curso de Serviço Social e 99 ao curso de Pedagogia, entre cotistas e não cotistas. Foram oferecidas para indígenas neste certame 72 vagas, distribuídas em todos os *campi* da UFT. Em Miracema, se inscreveram, respectivamente, dez e três candidatos indígenas. Destes, para as vagas disponíveis no referido *campus*, foram aprovados, para o curso de Serviço Social, os indígenas Valdete Bruphahi Xerente, 64,00 pontos, e Kleber Wairurã Barbosa Lima Xerente, 59,00 pontos. Em Pedagogia, no segundo semestre, alcançaram classificação, com 53,00 pontos, o indígena Ricardo Wdemekwa Xerente, e, com 35,00, foi considerada aprovada a indígena Elizângela Smikadi Pereira de Brito Xerente. Na pontuação dos indígenas aprovados, comparando a pontuação de ambos os cursos no 2º semestre verificou-se que os indígenas classificados no curso de Serviço Social alcançaram maior pontuação em relação aos indígenas do curso de Pedagogia, pontuação esta considerada baixa se comparada ao perfil de outros indígenas, que ultrapassou os 100 pontos. No caso do 1º cotista aprovado no curso de Pedagogia, por motivos desconhecidos, estes não compareceu para efetuar sua matrícula, no entanto não consta registro de 2ª chamada para aluno indígena na página da universidade. Foram aprovados neste vestibular, para entrada no 1º e 2º semestres, de 2008, 38 estudantes indígenas em todos os *campi* da UFT. Até o momento da pesquisa, esse foi o maior número de aprovados no vestibular da universidade, por meio do sistema de cotas.

A tabela a seguir apresenta o número de vagas ofertadas, inscritos, concorrência, classificados, matriculados e diplomados no vestibular 2009/2.

Tabela 27 - Vagas/inscritos/ Concorrência/Classificados/Matriculados - UFT/Vestibular/ Campus/Miracema - Entrada: 2009/2 – Cursos: Serviço Social e Pedagogia

CANDIDATOS	COTISTAS		NÃO COTISTAS		TOTAL	
	S. S.*	P*	S. S.	P	S. S.	P
Vagas	02	02	38	38	40	40
Inscritos	10	03	204	96	214	99
Concorrência	5.0	1,5	5.37	2.53	5.35	2.47
Classificados	02	02	38	38	40	40
Matriculados	02	01	38	39	40	40
Diplomados	00	00	00	00	00	40

*Neste Certame, para entrada no 2º semestre, as vagas disponíveis no *campus* de Miracema destinaram-se aos cursos de Serviço Social e Pedagogia. *SS –Serviço Social¹⁶; *P - Pedagogia¹⁷.

Fonte: UFT/SIE/Secretaria Acadêmica do Campus de Miracema (UFT, 2010f) – Organização própria.

¹⁶ SS – Corresponde ao curso de Serviço Social implementado no *Campus* Universitário de Miracema.

¹⁷ P – Corresponde ao curso de Pedagogia implementado no *Campus* Universitário de Miracema.

O vestibular de 2009, vale destacar, foi o certame com o maior número de aprovados em relação ao total de vagas ofertadas. Foram 38 indígenas aprovados para 72 vagas disponibilizadas pela universidade, o que corresponde a 52,7% de aprovados. No *campus* de Miracema, de acordo tabela 27, é possível perceber que no vestibular 2009/2 a concorrência entre os cotistas foi de cinco por vaga, para o curso de Serviço Social, enquanto Pedagogia registrou 1,5 por vaga.

Em meio à lógica do programa Política de Cotas da Universidade Federal do Tocantins, quanto à reserva de vagas constantes nos processos seletivos, não fica evidente o seu preenchimento, neste vestibular de 2009, pelos candidatos inscritos *versus* classificados, após exames, alcançarem os cinco por cento, conforme Resolução que aprovou a reserva de vagas para indígenas nessa instituição.

Ao analisar os dados disponíveis no *site* da universidade em relação à entrada dos alunos nos vestibulares dos anos de 2004, 2005, 2006, 2007, 2008 e 2009, ao longo dos seis anos a entrada dos indígenas foi inferior ao percentual prescrito em Lei. Vejamos o que diz o resultado da pesquisa em relação aos cotistas:

- a) os indígenas tem direito a 5% das vagas em todos os cursos – Resolução 3A/2004;
- b) nos anos de 2005 a 2009 foram disponibilizadas 410 vagas em todos os campi;
- c) neste mesmo período se inscreveu pelo sistema de cotas 500 candidatos declarados indígenas e foram aprovados apenas 130.

A conclusão inicial que se faz em relação ao ingresso é que, das 410 vagas ofertadas foram aprovados 130 indígenas em toda a UFT, o que corresponde a exatos 31,7% do total de vagas preenchidas. Dentro de uma análise mais geral, com base nos números apresentados, a conclusão que se tem é de que o sistema de cotas da UFT não atingiu o percentual assegurado em lei. Constatamos, também, com base nos editais dos processos seletivos da UFT, a ausência de informação que estabeleça a pontuação mínima para aprovação de indígenas em seus vestibulares.

Em Miracema, a realidade difere um pouco. Muito embora ainda não atinja o que prescreve a Resolução, foram ofertadas 25 vagas. Inscreveram-se 61 indígenas e conseguiram êxito apenas 16, o que corresponde a 64% do total de vagas. Desse total de aprovados em 2009, efetuaram matrícula apenas 11 estudantes cotistas.

Analisando os dados fornecidos pela Copese em relação ao vestibular e ingresso dos alunos entre os anos de 2004 e 2009, é possível perceber que, ao longo dos seis anos, no *Campus* de Miracema, não foram alcançados os 3% em relação ao total de vagas

disponibilizado para este segmento. Esses dados se agravam se comparados à proporcionalidade de entradas entre estudantes declarados indígenas e os não indígenas.

Cabe ressaltar que, durante esse período, não há registro de indígenas diplomados no *Campus* de Miracema, muito embora em 2005 tenha ingressado pelo sistema de cotas o aluno Antonio Samuru Xerente.

4.4 De quem estamos falando? O perfil sócioeconômico dos alunos indígenas admitidos ao *campus* de Miracema

Considerando o universo de 442 estudantes não indígenas e 11 alunos indígenas matriculados em 2009, no *campus* de Miracema, participaram da pesquisa 32 estudantes não indígenas, (18 do curso de Pedagogia e 14 de Serviço Social), 11 indígenas (seis de Pedagogia e cinco de Serviço Social); além de sete estudantes do *Campus* de Palmas dos cursos de Administração, Enfermagem, Ciências da Computação, Engenharia Ambiental e Medicina.

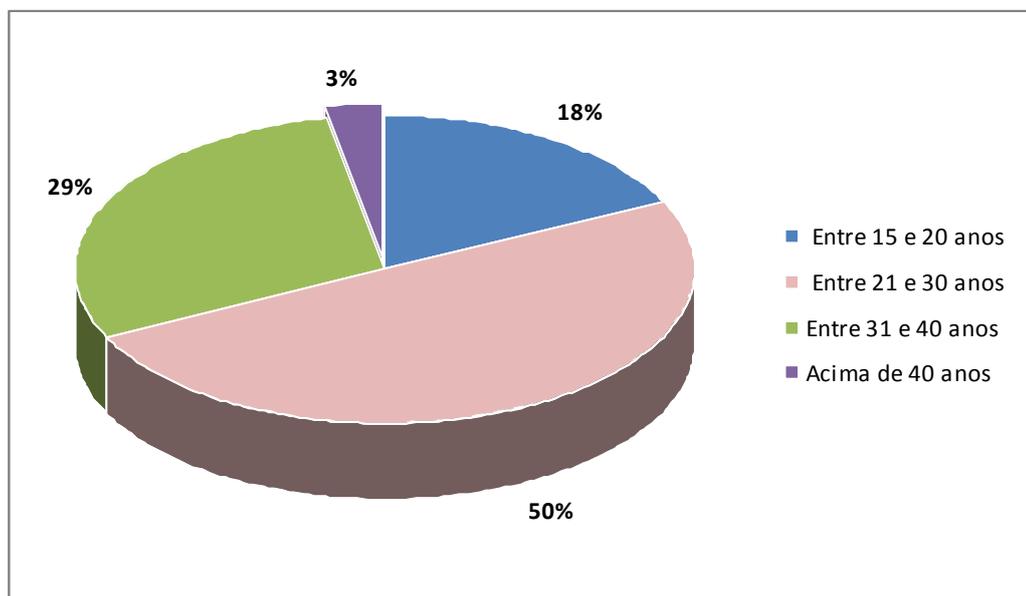
Para tanto, cabe aqui ressaltar que os sujeitos investigados são estudantes indígenas de Miracema e que nos decidimos por estender a investigação a estudantes de outro *Campi* na ocasião de participarmos do I Seminário de Extensão e Cultura da UFT – Diversidade: interlocução de saberes, realizado no *Campus* de Palmas no período de 26 a 29 de outubro de 2010, onde se reuniram estudantes indígenas de todos os *Campi* da universidade. Esse estudo baseado nessa mesclagem, embora de forma superficial, ajudou no entendimento das questões voltadas aos interesses indígenas de parte dos *Campi*.

Nesta pesquisa, dentre os 18 estudantes pesquisados da Universidade Federal do Tocantins, constatamos que no *Campus* de Miracema têm-se três mulheres e oito homens. Quanto ao *Campus* de Palmas, observamos que, dos sete estudantes, seis são homens e somente uma é mulher. A maioria dos estudantes é de “culturalmente casados”, como afirma Pedro Xerente, estudante de Miracema. Os estudantes do local, possuem média de idade de 33 anos, enquanto os de Palmas têm a média de idade de 21 a 30 anos.

Em relação ao perfil sócioeconômico dos estudantes indígenas, podemos afirmar que, nos *Campi* pesquisados, o nível de renda individual mensal para os estudantes de Miracema apresenta a seguinte proporção: 45% deles têm renda de até R\$ 500,00, 36,4 tem entre R\$ 600,00 e R\$ 1.000,00 e 18,2% estão – na faixa entre R\$ 1.100,00 e R\$ 2.000,00. Em Palmas, 80% deles alegam ter renda de até R\$ 500,00 e 20% declaram não possuir renda, pois no momento se encontram desempregados.

Com relação aos estudantes não indígenas, a pesquisa constatou que, dos 32 estudantes investigados, 74% são do sexo feminino contra 26% do sexo masculino, dado inverso à realidade dos estudantes indígenas, pois 73% são do sexo masculino e apenas 27% são do sexo feminino. Outro dado que difere diz respeito a sua faixa etária. Observa o gráfico seguinte, tomando como proporção a idade dos indígenas, que é em média de 33 anos em relação aos alunos não indígenas, – apenas 29% se encontram na faixa etária entre 31 e 40 anos.

Gráfico 1 – Faixa etária - Estudantes não indígena/Miracema



Fonte: Dados da Pesquisa/Organização própria.

Surpreendentemente a média de idade dos estudantes indígenas investigados no *Campus* de Miracema é de 33 anos. Dos 11 indígenas pesquisados, oito deles estão com idade igual ou acima de 31 anos, o que corresponde a 73% do total. Enquanto isso, nos não indígenas, essa faixa etária é de apenas 29%. Nesta categoria, a grande concentração se encontra na faixa etária de 21 a 30 anos, o que corresponde a exatos 50%.

Esse quadro é importante para sinalizar o quanto na história deste País o indígena foi marginalizado em relação ao acesso à educação superior. Se considerarmos o ingresso tardio de indígenas no campus de Miracema, é possível perceber que a maioria dos estudantes indígenas ainda convive com imensas dificuldades financeiras, além de ficarem isolados, não tendo acesso a um ensino básico que possibilite concorrer em condições de igualdade em vestibulares de universidades públicas, aguardando dos gestores uma política pública que reconheça os seus direitos. É como anota um dos estudantes pesquisados.

“As cotas é um direito, foi uma resposta do governo federal as reivindicações do movimento indígena no Brasil. Está longe de ser o modelo ideal, más é ou está contribuindo para que os indígenas tenha uma formação de qualidade”.

A população indígena Xerente vem aumentando significativamente. Em consequência, essas crianças necessitarão de uma escola de educação básica de qualidade. No Tocantins, segundo a SEDUC, na reserva indígena Xerente, no Município de Tocantínia, atualmente são 45 escolas. Dentre estas, apenas uma oferece o ensino médio, enquanto as demais trabalham o ensino fundamental em sua maioria multisseriado. Assim, presume-se não haver um acompanhamento efetivo do professor para com o aluno em sala de aula, acumulando as deficiências de aprendizagem, o que resulta em dificuldade no ensino médio e superior.

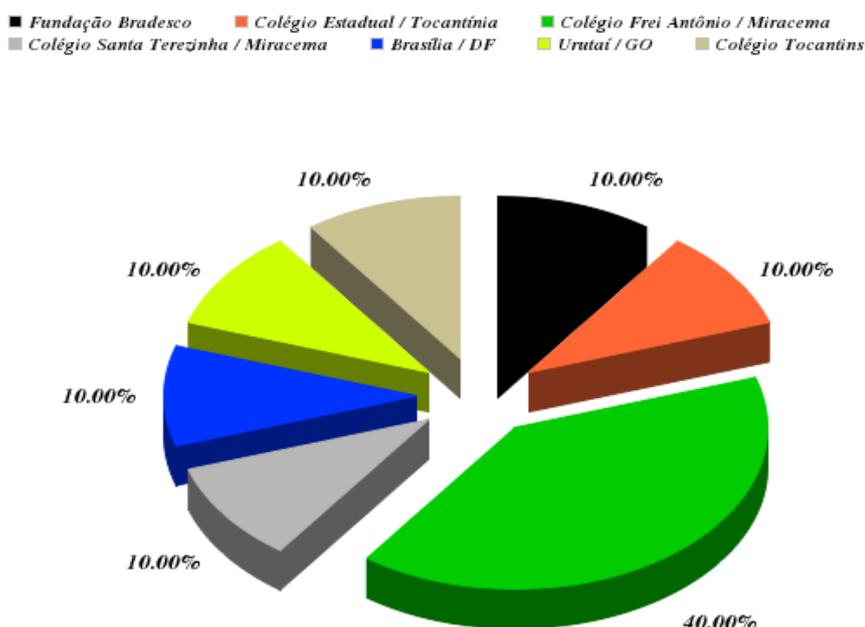
Dentre os estudantes pesquisados, o questionamento foi sobre a sua trajetória estudantil. Na afirmação dos estudantes indígenas, 77,8% deles concluíram o ensino fundamental maior, na cidade. Perguntados onde concluíram seu ensino médio, 89% disseram haver concluído também na cidade, contra 11% que apenas responderam que o seu ensino médio básico foi cursado na aldeia. Isso comprova a ausência de uma política permanente de universalização do ensino básico, principalmente em relação ao ensino médio em todo Brasil.

Esses dados se confirmam se observado no Gráfico 2, condizente com o mapeamento das condições socioeconômica dos estudantes do *Campus* de Miracema, realizado pelas professoras Marília de Fátima Marques Lopes e Rosemary Negreiros de Araújo, monitoras do PIMI, Programa Institucional de Monitoria Indígena – Miracema, que ilustrou através do seguinte gráfico.

Apresentação gráfica das Unidades de Ensino e o percentual correspondente aos estudantes indígenas pesquisados no *Campus* de Miracema e o seu respectivo local de conclusão do ensino médio.

Gráfico 2 – Local - Estudantes Cotistas/Miracema/Conclusão do Ensino Médio

Onde cursou ensino médio



Fonte: Levantamento/Projeto – PIMI/Miracema (LOPES; ARAÚJO, 2010).

Para os estudantes não indígenas, de acordo com a pesquisa, o questionamento foi o mesmo: Onde cursou o ensino fundamental? 77,1% responderam que foi na cidade, e em escola pública, 5,7% estudaram na cidade em escola conveniada, enquanto 14,3% estudaram na cidade em escola particular, e 2,9% na zona rural em escola pública. No caso do ensino médio, essa relação se distancia, pois 36,3% responderam que estudaram na cidade e em escola particular, enquanto que 63,7% em escola pública na cidade. Esta realidade confirma as estatísticas Brasil afora, bem como comprova as diferenças de oportunidades que tem o aluno não indígena em detrimento do indígena, no momento de ingressar no ensino superior, por apresentar maiores condições de concorrer a um exame vestibular.

Na afirmação dos estudantes indígenas, 77,8% deles concluíram o ensino fundamental em escola pública na cidade e 22,2% declararam haver concluído em escola pública na aldeia. Tanto o ensino fundamental quanto em relação ao ensino médio, o resultado foi consensual 100% dos indígenas são de origem de escola pública.

Considera-se que todos os estudantes indígenas pesquisados são egressos de escola pública, cursaram parte de seu ensino fundamental em sua maioria em escola indígena na aldeia, razão que pode justificar em parte o ingresso tardio dos estudantes indígenas Xerentes na UFT/Campus/Miracema.

Costumamos dizer que, para o indígena Xerente, todos os dias se trava um novo desafio. Ao concluir o ensino fundamental, uma pequena minoria de alunos arrisca deixar a sua aldeia pelo menos por algum tempo, na busca de continuar os seus estudos, desta vez no ensino médio. Assim, recorrem às cidades mais próximas na condição de residente, ou quando o seu local de origem lhes permite frequentar o colégio em transporte escolar coletivo, indo e vindo diariamente da aldeia para a cidade. Ressaltamos que boa parte deles não apresenta uma sequência lógica na continuidade dos seus estudos, pois concluem o ensino fundamental e aguardam uma oportunidade para prosseguir o ensino médio.

Assim sendo, apresentamos na tabela abaixo a relação dos alunos, unidade de ensino e sua localidade, anos de estudos, formação e modalidade de ensino dos indígenas Xerente, participantes da pesquisa. Certamente, por meio dos dados, compreensão sobre a trajetória dos indígenas até a universidade se dará mais facilmente.

Tabela 28 - Trajetória dos estudantes indígenas no ensino médio e suas respectivas Unidades de Ensino

NOME	UNIDADE DE ENSINO	LOCALIDADE	ANOS DE ESTUDO	FORMAÇÃO/CURSO	MODALIDADE DE ENSINO
Alexandre Chapazane Xerente.	Esc. Agrotécnica Federal de Urutaí – Go.	Urutaí	1998 1999 2000	Técnico Agrícola	Ensino Médio Profissionalizante
Antônio Samuru Xerente	Esc. Agrotécnica Federal de Urutaí – Go.	Urutaí	1994 1995 1996	Técnico Agrícola	Ensino Médio Profissionalizante
Carlos Augusto Wahênne Xerente	Colégio Tocantins	Miracema	1998 1999 2000	NORMAL – Magistério do Pré-escolar a 4ª série do Ens. Fundamental	Ensino Médio Profissionalizante
Domingos Waikrurê Xerente	CEMIX-Centro de Ensino Médio Indígena Xerente	Reserva Indígena Xerente	2004 2005 2006	Médio Básico	Ensino Médio
Elizângela Smikadi P. Brito Xerente	Colégio Frei Antonio	Tocantínia	2003 2004 2005	Médio Básico	Ensino Médio
Ernane Dbatekdu Xerente	CEMIX-Centro de Ens. Médio Indígena Xerente - Warã	Reserva Indígena Xerente	2007 2008 2009	Médio Básico	Ensino Médio
Fernando Kbasdimêkwa Brito de Souza	Colégio Frei Antonio	Tocantínia	2001 2002 2003	Médio Básico	Ensino Médio
Kleber Wairurã Barbosa Lima Xerente	Fundação Bradesco	Formoso do Araguaia	2000 2001 2002	Técnico em Agropecuária	Ensino Médio Profissionalizante
Lenivaldo Srãpte Xerente	Colégio Frei Antonio	Tocantínia	2001 2002 2003	Médio Básico	Ensino Médio
Nélson Saporuzze Xerente	Colégio Frei Antonio	Tocantínia	2004 2005 2006	Médio Básico	Ensino Médio
Pedro Xerente	Colégio Frei Antonio	Tocantínia	2003 2004 2005	Médio Básico	Ensino Médio
Raimundo Sikmôwe Xerente	Centro de Ensino Médio Fé e Alegria - Frei Antonio	Tocantínia	2006 2006 2007	Ensino Médio-EJA	Ensino Médio - Suplência
Silvia Letícia Gomes da Silva Xerente	Centro de Ensino Médio 01 do Gama	Gama – DF	2002 2003 2004	Médio Básico	Ensino Médio
Thaís Alessandra Sidi Xerente	Centro de Ensino Médio Fé e Alegria - Frei Antonio	Tocantínia	2004 2007 2008	Médio Básico	Ensino Médio
Tiago Wakukepre Xerente	Centro de Ensino Médio Fé e Alegria - Frei Antonio	Tocantínia	2008 2008 2010	Ensino Médio-EJA	Ensino Médio - Suplência
Valdete Brupahi Xerente	Centro de Ensino Médio Fé e Alegria -Frei Antonio	Tocantínia	2006 2007 2008	Médio Básico	Ensino Médio
Valteir Tpêkru Xerente	Colégio Frei Antonio	Tocantínia	2003 2004 2005	Médio Básico	Ensino Médio
Vilmar da Mata de Brito Xerente	CEM – Santa Terezinha	Miracema	2008 2008 2010	EJA -3º Segmento	Ensino Médio - Suplência

Fonte: UFT/Secretaria acadêmica do campus Miracema (UFT, 2010e) – Organização própria.

Com base nas entrevistas realizadas com os estudantes indígenas participantes da pesquisa, destacaram-se aspectos importantes que explicam a trajetória anterior ao ingresso na universidade, demonstrando como se deu parte dos acontecimentos durante esse período. O aluno indígena, ao concluir o ensino fundamental, tem a necessidade de mudar da aldeia para a cidade com o objetivo de dar seqüência aos seus estudos, principalmente no ensino médio e superior. Alguns relatam as dificuldades e precariedades encontradas no sistema público de ensino fundamental e, principalmente, no médio, dadas as condições financeiras insuficientes para a sua sobrevivência fora da sua origem.

Um dos participantes do estudo cursou o ensino médio na Esc. Agrotécnica Federal de Urutaí – GO. Mencionou o quanto foi difícil permanecer longe da aldeia. Segundo ele, o objetivo de concluir o ensino médio profissionalizante para ajudar o seu povo era maior do que as dificuldades que atravessara na época, e que também tinha objetivo de conseguir ser aprovado num vestibular. Em 1996, nem sonhava ser beneficiado pelas cotas. O objetivo naquele momento era concluir um ensino médio profissionalizante e poder trabalhar.

Refletindo sobre os indígenas Xerentes em sua trajetória anterior à universidade, ainda que resumidamente, é possível perceber as dificuldades por que passaram esses estudantes, em razão de sua timidez que já é própria de sua cultura ao conviver com o homem não indígena. Chegamos a pensar que os resultados são animadores. As suas atitudes individuais já no universo da educação superior difere e muito com o comportamento, discursos e práticas daqueles que se mantêm firmes no seu convívio natural.

Essas transformações, contudo, ocorridas nos últimos anos no contexto em que vivemos, apontam para o enfrentamento na busca de uma participação mais efetiva do indígena junto aos não indígenas, seja assumindo alguma função no serviço público, seja confeccionando e vendendo seus produtos artesanais ou lhes assegurando possibilidades de conquista nos espaços acadêmicos ou na sociedade.

Percebemos outra condição, que, de certo modo, compromete o desempenho dos indígenas tanto no ensino médio quanto no ensino superior – a distancia, as condições de deslocamento e o meio de transporte utilizado pelos estudantes diariamente da aldeia à cidade. Lançamos mão também de dados referente aos meios de transportes utilizados pelos não indígenas do *campus* de Miracema, com o objetivo de perceber o seu meio de locomoção, considerando que a maioria dos estudantes da UFT é de origem popular ou são indígenas. Esses estudantes, quando questionados sobre qual o meio de transporte utilizado para o seu deslocamento, responderam o seguinte:

Tabela 29 - Respostas em Percentual - opinião dos estudantes indígenas sobre o meio de transporte das suas residências a universidade

Meio de Transporte	Percentual de indígena que utiliza o transporte para o seu deslocamento da aldeia a universidade.	Percentual não indígena que utiliza o transporte para o deslocamento da sua residência a universidade
	%	%
Ônibus	55,5	00
Carro próprio	00	12,5
Motocicleta	27,8	37,5
Bicicleta	11,1	37,5
Carro da FUNAI	00	00
Carona	00	3,12
Outro	5,6	9,3

Fonte: Dados da Pesquisa/organização própria.

Buscando compreender a trajetória estudantil dos indígenas até a universidade, arriscamos perguntar: que fatores levaram o indígena a escolher a UFT/Miracema, para fazer um curso superior? A resposta majoritária, 50% dos respondentes, foi de que com a implantação do Programa Política de Cotas, os estudantes conquistaram seu espaço e optaram pela universidade para cursar um ensino superior, 27,7% dos cotistas escolheram pela “proximidade” de sua residência, comparados aos outros *Campi* ou até mesmo outras instituições superiores. 22,3% disseram que, por ser uma instituição pública, possibilita o acesso, ingresso e possível permanência na universidade.

Em razão desse resultado, considerado previsível, há de se evidenciar o empenho e o esforço dos estudantes cotistas como critérios definidores de sucesso, independentemente dos resultados, haja vista que, em qualquer segmento, se encontram pessoas competentes ou não. O fato é que, muito embora ainda não se tenha nenhum indígena diplomado no *Campus* de Miracema, o acesso já responde positivamente.

No desabafo de um dos indígenas, restaram-se comprovadas suas dificuldades no enfrentamento da realidade para frequentar o curso, e conseqüentemente, nele permanecer.

Quando ingressei na faculdade em 2005 no segundo semestre, minha maior dificuldade era a locomoção da aldeia até o Campus de mais de 40 Km/dia de bicicleta, de segunda a sábado e sentia também dificuldade falar portuguesa. Em 2009, as dificuldades foi um pouco amenizado, quando eu comprei uma motocicleta. Mas além disso quase desisti da faculdade, quando fui reprovado na última etapa de estágio. (ALUNO DO 8º PER. DE PEDAGOGIA).

No que se refere ao Programa Política de Cotas, 72% dos alunos pesquisados declararam conhecer; os demais 28% não conheciam. Nesse contexto, a maioria dos

participantes que “conhecem” o programa se posiciona em relação ao papel do referido programa, sendo enfáticos em responder:

O papel do referido programa, teve um papel de grande importância, você ver indígena falar outra língua que é materna, de uma escola diferenciada, não daria para concorrer com quem estuda na escola particular (ALUNO DO 7º PER. DE SERVIÇO SOCIAL).

O programa deveria ter mais clareza e trabalha direto com a base que são as aldeias (ALUNO DO 3º PER. DE PEDAGOGIA).

Além das cotas os estudantes indígenas poderia prestar serviço na UFT, para se manter no período do ano letivo, para facilitar no seu dia dia, no seu estudo (ALUNO DO 4º PER. DE PEDAGOGIA).

Os estudantes cotistas demonstram certo desconhecimento do programa. A importância e o significado dessa política requerem uma participação maior da universidade nas discussões com a comunidade acadêmica. As reuniões até então realizadas não responderam a contento os interesses dos indígenas, o que sinalizam para certa invisibilidade da política e de seus envolvidos no espaço universitário e, certamente, no seio de suas famílias. De qualquer forma, essa discussão no âmbito da universidade deve ser feita acerca das condições de acesso e muito mais em torno da permanência.

A universidade, por intermédio de seus representantes, tem um papel fundamental para o desempenho do programa. As situações vivenciadas no espaço universitário diariamente ensejam ou não maior possibilidade de acesso e permanência dos estudantes indígenas na universidade, As relações interpessoais corroboram para o desempenho dos indivíduos que se encontram ou que busca na universidade a sua ascensão pessoal. Na tabela a seguir, está breve demonstração de como parte dos agentes envolvidos no referido processo se comporta em relação aos indígenas.

Tabela 30 – Nível de atendimento e relacionamento dos agentes envolvidos diretamente com os indígenas na UFT/Campus/Miracema

Questão	Ótimo %	Bom %	Regular %
1- O atendimento dispensado pelo diretor de Campus, Coordenador e demais servidores da UFT – Campus Miracema é considerado:	16,7	55,5	27,8
2- O atendimento dispensado pelos professores da UFT – Campus Miracema, inclusive a qualidade de suas aulas é considerado:	22,3	66,7	5,5
O relacionamento com os colegas não indígenas é considerado:	5,6	33,3	61,1

Fonte: Dados da Pesquisa / organização própria.

Um dado chamou atenção no que concerne ao item relacionamento – o considerável resultado nas respostas relacionadas a questão do convívio acadêmico na relação aluno não indígena *versus* aluno indígena. Aponta para a existência de uma possível indiferença no seio dessas relações, fato constatado por meio da pesquisa, o que, corresponde a exatos 61,1%.

Quando perguntados se, na universidade/Miracema, o aluno indígena já foi vítima de racismo, discriminação ou coisas do tipo, 66,7% dos estudantes responderam que já foram vítimas de tal prática, contra 33,3%, que afirmaram nunca haverem sofrido algum tipo de preconceito. Com esse resultado, é possível perceber uma certa convergência com o resultado da tabela nº 30.

No item seguinte, o aluno foi questionado sobre por quem na universidade havia sofrido algum tipo de discriminação; 5,6% deles responderam diretor de *Campus*; em relação aos professores, 22,2% por colegas de sala, 37,8%; por coordenadores de curso, 5,6%; por alunos da universidade 22,2%. 6,6% não responderam.

No questionário, foi expresso ainda sobre a questão relacional. De modo geral como é seu relacionamento com a UFT – Campus Miracema, a maioria dos alunos 83,3% respondeu que é bom o seu relacionamento com a instituição, 5,6 mantêm um relacionamento ótimo e o conceito é regular para 11,2% dos pesquisados.

A experiência vivida durante a pesquisa no sentido de verificar como as informações foram aprendidas e respondidas pelos cotistas nos conduz a pensar que as cotas para indígenas implementadas na UFT requerem na visão dos alunos, outras formas de acesso, ingresso e permanência no ensino superior. Os estudantes que se inserem vêm no fortalecimento da educação básica, no seu *locus* a possibilidade de um novo modelo de acesso ao ensino superior. O fortalecimento das suas famílias é outro elemento de fortalecimento dessa política, uma política permanente de acesso à universidade que indique a ausência de uma regulamentação em detrimento de uma igualdade de oportunidades, para todos.

4.5 Avaliando as estratégias desenvolvidas no *campus* para a promoção do acesso do indígena à universidade

A UFT, desde a sua implantação, passou por transformações essenciais para o seu desenvolvimento. A mais jovem universidade do País ousou estabelecer metas e cumprí-las dentro de um curto tempo. Foi com amparo nessas metas que a universidade e os *Campi* desencadearam, embora de forma contingente, uma série de ações que contribuíssem com o desenvolvimento estabelecido pela comunidade acadêmica. Ações de melhoria podem ser

vistas em todas as suas dimensões, na estrutura física, na capacitação de seus servidores, nos projetos de democratização do ensino, na expansão de cursos, bem como na ampliação de seu quadro funcional.

O Programa Política de Cotas da UFT inclui-se nesse projeto de desenvolvimento da universidade, muito embora aos olhos dos beneficiários se faz necessário repensar suas projeções, haja vista a referida política, segundo a fala de alguns estudantes, não privilegiar plenamente seus interessados. Alguns depoimentos apontam para uma reflexão sobre o referido programa

Precisamos melhorar a política de cotas, para melhor atender os alunos indígenas (COTISTA 01).

Queremos continuar com o mesmo programa, com possibilidade de ampliar mais que urgente (COTISTA 02).

Esse programa de cotas, poderia dar pelo menos 05 vagas aos indígenas (COTISTA 03).

Para os estudantes, o programa de cotas precisa ser avaliado, não bastando apenas ter representatividade no espaço universitário, pois é preciso reconhecer que no Tocantins a população indígena é numerosa, composta por sete etnias e cada uma tem especificidades. Na visão de alguns alunos participantes da pesquisa, as cotas são úteis, só precisam ser diferentes. Espera-se que no futuro não haja necessidade da existência desse programa ou de política semelhante, pois a igualdade deve ser algo natural. *“Penso que esse programa não deve ultrapassar, 50 anos de funcionamento, tempo necessário para as aldeias tentarem ensino de qualidade e não mais necessite de cotas para o ingresso na universidade”* (COTISTA 04).

Na visão dos indígenas, na UFT/Miracema, ao se idealizar o projeto das cotas, não se pensou na diversidade entre os indígenas, “pertencemos ao mesmo grupo étnico porém somos diferentes, afirma o indígena”.

Notadamente, em relação à universidade, pensando uma política dentro de uma perspectiva mais abrangente, verificou-se que até o momento deste estudo, a Instituição não havia implementado nenhuma forma de reserva de vagas destinada a estudantes negros ou de origem popular.

Assim, verificando o *site* da universidade, comprovamos a existência de uma Resolução aprovada pelo *CONSUNI*, a de número *03/2009, de 27 de maio de 2009*, que dispõe sobre a participação da UFT na proposta de um novo processo seletivo das IFES após a reestruturação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Neste documento, está prescrito o seguinte: “Art. 1º Aprovar, em caráter experimental, a participação da UFT na

proposta de novo processo seletivo das IFES a partir da reestruturação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), em 25% (vinte e cinco por cento) do total das vagas a serem oferecidas pela Universidade em 2010”.

“Parágrafo Único – O restante, de 75% (setenta e cinco por cento) das vagas, será preenchido mediante concurso vestibular”.

Referida Resolução, mesmo que seja de caráter experimental, sinaliza para o reconhecimento de um direito à educação superior para aqueles que hoje são a maioria absoluta no espaço da UFT – os estudantes de origem popular ou de menor poder aquisitivo. Desde a implementação das cotas na universidade, as estratégias desenvolvidas no *campus* de Miracema, para a promoção do acesso do indígena a seus cursos são incipientes e acontecem de forma tímida, mesmo se tratando da divulgação do vestibular no local. Num certo sentido, podemos afirmar que, embora esses problemas estejam na pauta de muitas discussões, e até mesmo em eventos, os avanços têm sido abaixo do esperado.

Assim, soluções relativas ao tema com a sua devida regulamentação para as situações recorrentes ainda não foram efetivadas, embora sejam de certo modo frequentes as discussões no *campus* sobre o assunto. Uma ação que podemos evidenciar realizada pela UFT em todos os *campi* para o incentivo do indígena no que diz respeito ao acesso é a dispensa da taxa no ato da inscrição do vestibular.

Outras ações desenvolvidas pelo *Campus* não relativas à questão da permanência, principalmente as ações do PIMI – Programa Institucional de Monitoria Indígena, que, de acordo a Prof^a Rosemary Negreiros, tem como a proposta

[...] Contribuir para o enfrentamento das dificuldades dos discentes indígenas uma vez que, visa intensificar e assegurar a cooperação entre professores e estudantes indígenas nas atividades básicas da Universidade, bem como promover a inclusão e permanência do aluno indígena na Universidade Federal do Tocantins.

Esse Programa, segundo Negreiros, funciona em Miracema, com dois monitores e duas tutoras e um total de oito estudantes matriculados.

Para a Coordenadora, as dificuldades enfrentadas pelos indígenas, no *Campus* de Miracema é com a Língua Portuguesa para a realização de leituras, debates, seminário e demais atividades exigidas pelas disciplinas. Outro obstáculo está associado às relações com a comunidade acadêmica, haja vista as diferenças que se estabelecem ante as especificidades que há na organização da cultura Xerente.

Faz parte do programa um monitor indígena Xerente, com domínio na Língua Akwê. Isto, segundo a coordenadora, “*tem facilitado a interação dos docentes tutores com os demais*

discentes indígenas, pois essa experiência permite diminuir as fronteiras do conhecimento por parte daqueles que ainda possuem dificuldades em se expressar na língua portuguesa”.

Nesse período de investigação no *Campus*, junto aos indígenas, foi possível verificar os problemas que acompanham o estudante cotista, basicamente no interior da universidade, que dizem respeito à orientação e ao acompanhamento didático-pedagógico. Fora da instituição convivem com as dificuldades referentes a estada, alimentação, transporte, assistência à saúde e a falta de recursos para cobrir despesas básicas no seu dia a dia na universidade. Esse fato se confirma em depoimento de alguns estudantes indígenas:

Entrar na universidade me deu mais o ânimo e vontade de crescer na vida, e ajudar meu povo na compreensão de mundo, hoje já fazemos parte dessa faculdade, nem todos reconhecem as diferenças, tenho dificuldade nas disciplinas que são ministradas, esta fora da nossa realidade, porque o discurso do professor é muito difícil (ALUNO DO 8º PERÍODO DE PEDAGOGIA).

Outro argumento explicitado, e de forma contundente: o aluno de Serviço Social desabafa, referindo-se à ausência de uma política por parte da universidade, voltado para os *Campi* do “interior”:

A maior dificuldade é a questão da permanência na universidade, com acesso, com transporte, bolsas para que os estudantes tenha condições, a mínima condições de permanecer na faculdade, para que quando formar ser um bom profissional. (ALUNO DO 6º PERÍODO DE SERVIÇO SOCIAL).

E acrescenta;

Desde 2008, não mudou muita coisa sobre os acadêmicos indígenas que estuda no campus de Miracema, ainda temos muita dificuldade pra chegar na universidade, cadê a casa dos estudantes, e a bolsa permanência que ainda não é específica para os indígenas. (ALUNO DO 6º PERÍODO DE SERVIÇO SOCIAL).

Um dado que nos chamou a atenção, também recorrente e explicitado pelos próprios estudantes indígenas, refere-se à importância que eles atribuem aos conteúdos ensinados na universidade. Eles não percebem como os teores ensinados podem contribuir para sua formação e, conseqüentemente, para sua vida acadêmica. Eles demonstram uma preocupação com os aspectos imediatos que aprendem ou deveriam aprender; eles se dispersam, apresentam baixa assiduidade, têm pouca participação nos debates, não se sentindo atraídos pelas disciplinas.

Recentemente, a universidade, por meio da Pró-Reitoria de Extensão Cultural e Assuntos Comunitários, lançou em Palmas o PADU – Programa de Acesso Democrático à

Universidade, Curso Pré-Vestibular Cidadão da Universidade Federal do Tocantins. Conforme nota disponível no *site* da UFT, o reitor declara que “o PADU é um projeto piloto para o *Campus* de Palmas e deve ser estendido a todos os *campi* da UFT”. Não cabe referenciá-lo neste estudo, uma vez que ainda não foi lançado no *Campus* de Miracema. De certo modo, já é uma ação de promoção do acesso à universidade, muito embora não seja um programa voltado especificamente para o indígena. De acordo o edital nº 023/2010, de 17 de setembro de 2010 o público alvo do PADU é o aluno que: tenha concluído o Ensino Médio em escolas públicas e/ou conveniadas; irá completar o Ensino Médio em escola pública em 2010 ou no primeiro semestre de 2011; comprove que, em razão da sua situação socioeconômica, encontra-se impossibilitado de pagar um Cursinho Pré-Vestibular privado; não curse ou tenha cursado curso superior (UFT, 2010c).

4.6 Avaliando as ações de permanência

A política de ação afirmativa implementada na Universidade Federal do Tocantins para indígenas foi pensada para o *acesso* à universidade. As questões relacionadas a *permanência* serão brevemente analisadas, tendo em vista conhecer as condições e os desafios encontrados pelos estudantes indígenas que por meio dela ingressaram no *Campus* de Miracema.

Assim sendo, como já mencionado, nenhuma ação referente à permanência foi pensada junto com a Resolução 3A/2004, que garantisse assistência aos cotistas por parte da instituição. As iniciativas neste sentido foram planejadas e desenvolvidas *após* sua implementação, que, em sua maioria, foram reivindicações dos próprios indígenas. Analisando no âmbito da universidade, verificou-se que as políticas destinadas à permanência dos estudantes indígenas são de responsabilidade da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis – PROEST.

A Pró-Reitoria foi criada em 26 de junho de 2008, por meio da resolução nº 06/2008, instituída pelo Conselho Universitário (CONSUNI), quatro anos após a implementação da política de cotas. A missão da PROEST é “promover ações de incentivo à permanência acadêmica, por meio da participação e articulação com as demandas estudantis, viabilizando ações que possibilitem ao estudante maior integração, bem-estar e um melhor desenvolvimento acadêmico” (UFT, 2010a, p.1).

As iniciativas locais que serão analisadas são desenvolvidas no sentido de atender e minimizar as dificuldades enfrentadas pelos indígenas Xerentes matriculados no *Campus* de Miracema nos cursos de Pedagogia e Serviços Social. Portanto, serão explorados o Programa Bolsa Permanência, o Programa Bolsa Estágio e o Programa de Isenção da Taxa de Inscrição do Vestibular, além do PIMI, considerados os mais importantes e que são desenvolvidos em todos os *campi*. Assim, são fundamentais para compreender como se encaminha a permanência dos universitários indígenas no *Campus* de Miracema.

O Programa Bolsa Permanência Acadêmica foi criado na UFT, por meio da *Resolução do CONSUNI, nº 09/2006, de 26 de agosto de 2006*. De acordo com o Edital Nº 02/2009 de 15 de junho de 2009, *O Programa Bolsa Permanência é um instrumento de integração social e de aperfeiçoamento profissional e cultural do estudante e visa propiciar a complementação do processo de ensino-aprendizagem e gestão, por meio do desenvolvimento de atividades orientadas, baseadas no princípio da interdisciplinaridade, avaliadas e vinculadas a sua área de formação, buscando contribuir para sua permanência e minimizando as dificuldades de ordem socioeconômica.* (UFT, 2009a).

Ainda consoante o edital, o período mínimo durante o qual o estudante fica vinculado ao Programa é seis meses e o máximo de 24 meses. Dessa forma, embora o aluno permaneça em média quatro anos na instituição, o auxílio financeiro dispensado por esse programa se propõe ao atendimento de no máximo dois anos, podendo esse mesmo aluno se submeter a um novo processo seletivo para a continuidade da sua vinculação ao Programa.

Os recursos para pagamento aos bolsistas são oriundos do PNAES, *Plano Nacional de Assistência Estudantil*, o órgão financiador do Programa Bolsa Permanência, que disponibiliza mensalmente um valor de R\$ 372,00 (trezentos e setenta e dois reais). O estudante, para ser contemplado com o referido benefício, precisa estar regularmente matriculado nos cursos de graduação da UFT, e que se encontre com insuficiência socioeconômica. O estudante deverá optar, no ato da inscrição, por uma das duas modalidades - Bolsa de Desenvolvimento Acadêmico (DA) ou Bolsa de Desenvolvimento Institucional (DI), bem como não será permitida a participação de estudante que receba qualquer outro tipo de auxílio financeiro ou que tenha algum tipo de vínculo empregatício.

Na UFT, existem duas modalidades de bolsas: a de Desenvolvimento Acadêmico ou Bolsa Permanência, destinada a contribuir com o desenvolvimento de habilidades do discente com incentivo a talentos potenciais e ao conhecimento participativo/integrativo, nas áreas do ensino e graduação, cultura, extensão e pesquisa, e a de Desenvolvimento Institucional,

destinada à aprendizagem de técnicas e métodos gerenciais e à solução de problemas nas áreas institucional no campo da Arquitetura, Urbanismo e Tecnologia (UFT, 2009a).

Em 2007, foi instituída pelo Governo Federal a Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro nas IFES. Essa portaria prevê:

Art. 3º - As ações de assistência estudantil serão executadas pelas IFES considerando suas especificidades, as áreas estratégicas e as modalidades que atendam às necessidades identificadas junto ao seu corpo discente.

§ 1º *As ações de assistência estudantil devem considerar a necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de repetência e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras.*

§ 2º - *Os recursos para o PNAES serão repassados às instituições de educação superior, que deverão implementar as ações de assistência estudantil, na forma do caput.*

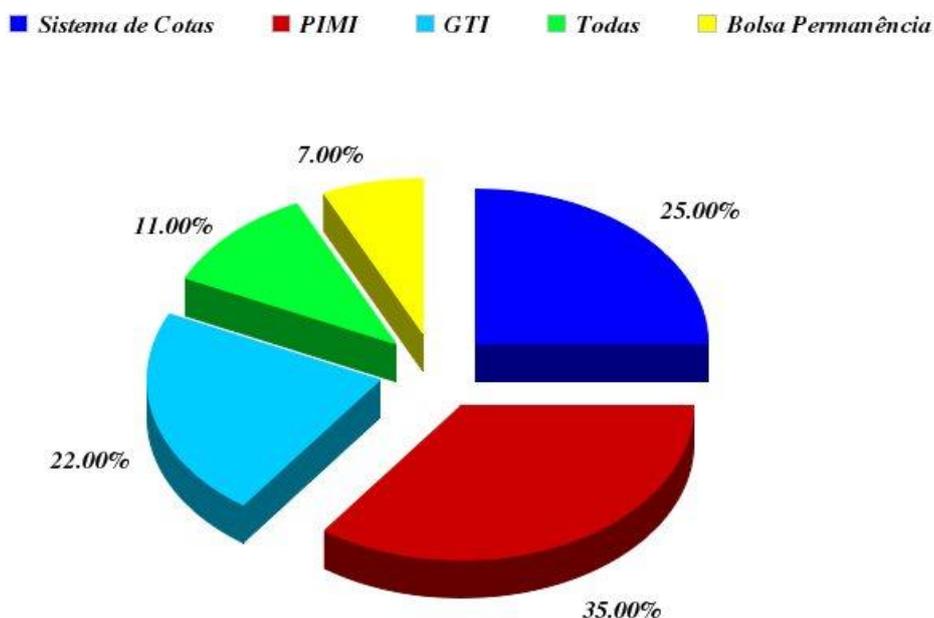
Art. 4º - As ações do PNAES atenderão a estudantes matriculados em cursos presenciais de graduação, prioritariamente, selecionados por critérios sócio-econômicos, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições de educação superior em ato próprio (BRASIL, 2007b, p.2).

A bolsa concedida pela UFT aos estudantes faz parte de um programa da PROEST (Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis), chamado de “Bolsa Permanência” (não sendo específico somente aos indígenas). Em Miracema, dos 11 indígenas matriculados em 2009, apenas quatro deles foram contemplados com o referido programa, haja vista os demais já possuírem um outro auxílio, sendo quatro deles servidores públicos estaduais e três recebem auxílio financeiro da FUNAI.

Desta forma, o pagamento da bolsa para estudantes indígenas na UFT/*Campus* Miracema, muito embora esteja regulamentado, parece não se efetivar plenamente. De acordo com a pesquisa intitulada “Sistema de Cotas da UFT: Inclusão e Permanência dos alunos indígenas Xerente no Campus de Miracema do Tocantins”, sob a coordenação das Professoras Marília de Fátima Marques Lopes e Rosemary Negreiros de Araújo, junto aos indígenas, o programa apontou o seguinte resultado. A pesquisa se propôs perguntar:

Gráfico 3 – Políticas e ação afirmativa - Campus/Miracema

3) Dessas políticas, quais são as mais importantes para sua formação?



Fonte: Levantamento/Projeto – PIMI/Miracema (LOPES; ARAÚJO, 2010).

Embora esse resultado aponte desfavoravelmente para a eficácia do Programa, haja vista terem sido avaliados apenas os indígenas matriculados no *Campus* de Miracema, analisando quantitativamente, ele tem sido crescente, dado ser um dos programas de maior alcance, segundo dados da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis – PROEST, em que se registrou até agosto de 2009 a existência de 114 alunos beneficiado em todos os sete *campi*, sendo ampliado, em setembro do mesmo ano, para 537 bolsistas.

Uma ação desenvolvida no *Campus* de Miracema e em que auxilia o indígena nas suas despesas acadêmicas, segundo Lopes e Araújo, é a concessão mensal de 50 xerox para cada indígena. De certo modo, esse auxílio pode não ser suficiente ou adequado para o desenvolvimento de suas potencialidades. São pequenas medidas que certamente abrirão caminho para novas discussões, sinalizando outras formas de ação, de inserção e permanência na universidade.

Cabe ressaltar que esse auxílio, aos olhos de alguns pode significar a legitimação de um crime, o “plágio”, um estímulo à prática da “pirataria”, que no espaço acadêmico, principalmente, deve ser severamente combatido.

Na UFT, de acordo a PROEST, existe outro programa de assistência estudantil, – o Bolsa Estágio. Em 2009, referido programa atendeu, no segundo semestre daquele ano, 38

alunos, sendo que deste total, apenas um estudante era indígena. Uma especificidade o diferencia do Bolsa Permanência: as atividades do estudante contemplado com o referido programa devem estar vinculadas a sua área de formação. O valor da bolsa também é diferente, pois o aluno recebe R\$ 500,00, mais auxílio transporte no valor de R\$ 132,00. A Pró-Reitoria disponibiliza, também, recursos financeiros para o transporte de alunos que participam de eventos de natureza acadêmico-científica e cultural.

Outro programa importante da UFT, presente no *Campus* de Miracema e que tem como objetivo contribuir para a permanência do indígena na instituição é o PIMI – Programa Institucional de Monitoria Indígena, e se encontra sob coordenação da Pró-Reitoria de Graduação – PROGRAD. É uma antiga demanda da população indígena, que, desde 2004, reivindicava ações que viabilizassem o acesso, ingresso e permanência para os estudantes indígenas na instituição. O PIMI foi instituído por meio da Resolução nº 20/2007, de 07 de dezembro de 2007. De acordo o art. 2º, compete ao *Campus*:

[...] elaborar uma Proposta de Acompanhamento Acadêmico, em consonância com o número de alunos indígenas matriculados, que tenham ingressado pelo sistema de cotas, com a especificidade do curso e com as orientações desta Normativa e a encaminhará à Pró-Reitoria de Graduação – PROGRAD, Coordenação de Aperfeiçoamento Discente.

§1o – Será facultada a todos os campi a solicitação de monitores, desde que haja estudantes indígenas matriculados em seus cursos de graduação.

§2o – A Proposta de Acompanhamento Acadêmico do campus deverá apresentar as seguintes informações: a) justificativa; b) número de estudantes indígenas matriculados e seus respectivos cursos; c) proposta de atividades a serem desenvolvidas pelos monitores, considerando o Art. 3º que trata da natureza do trabalho do orientador (aula e laboratório); d) 3 cronograma de trabalho de acordo com a carga horária definida no Art. 1º parágrafo 2º deste documento. (UFT, 2007e, p.2).

Assim sendo, esse programa foi instituído em maio de 2008 no *Campus* de Miracema. De acordo os professores orientadores do Programa Rosemary Negreiros de Araújo e Marília de Fátima Marques Lopes, ambas do curso de Serviço Social a proposta do grupo para o acompanhamento local, inicialmente, foi a seleção de dois monitores por uma comissão formada pelas tutoras e uma funcionária;

Na época, o *Campus* contabilizava oito estudantes indígenas regularmente matriculados e as ações do programa, segundo as coordenadoras, eram no sentido de contribuir para o enfrentamento das dificuldades na dimensão acadêmica dos discentes indígenas; intensificar e assegurar a cooperação entre professores e estudantes indígenas nas atividades básicas da universidade, além de promover ações que viabilizassem a inclusão e permanência do aluno indígena no referido *Campus*.

Segundo Araújo e Lopes, as principais dificuldades para a realização das monitorias apontavam para alguns problemas enfrentados pelos indígenas no dia a dia da universidade, quais sejam:

- a) dificuldades com a Língua Portuguesa para a realização de leituras, debates, seminários;
- b) bloqueio/Inibição em sala de aula decorrentes da situação cultural: baixa participação em seminários, nas aulas, debates;
- c) desconhecimento dos docentes e discentes não indígenas acerca da cultura Xerente que gera indiferença na relação pedagógica: discente/docente, prejudicando o desempenho acadêmico dos discentes indígenas;
- d) dificuldades de cumprimento de horários e datas.

No segundo semestre de 2009, contudo, o *campus* de Miracema contava com dois monitores, sendo um deles indígena matriculado no curso de serviço social. A visão que se teve na época era de que, com um estudante indígena na monitoria, as dificuldades encontradas, principalmente em relação à língua, seriam minimizadas por este monitor junto aos demais indígenas.

Assim, com relação ao Programa, é possível perceber que o PIMI, em Miracema, na questão da assistência pedagógica, já significa um grande passo e que os indígenas têm se sentido muito mais seguros nas questões de ensino e aprendizagem, conforme é explicitado pelos alunos. *“O Programa ajuda no desempenho acadêmico dos estudantes indígenas, se temos dificuldades de aprendizagem, podemos contar com os professores e os monitores”* (ALUNO DO 7º PERÍODO).

Analisando o relatório de autoavaliação do monitor indígena do *Campus* de Miracema quanto às contribuições do PIMI para a formação acadêmica dos indígenas, alguns pontos foram considerados positivos: Bolsa Permanência, aproximação com docentes e discentes da universidade, especificamente entre os estudantes indígenas; aproximação entre os *Campi* de Miracema e Palmas (estudantes), com a participação em reuniões em Palmas. Ter conhecimento dos outros programas existentes na UFT, voltados aos interesses dos acadêmicos indígenas e não indígenas. Participação, como membro da Parceria FUNAI/UFT e como aluno representante do *Campus* de Miracema, no Colegiado do Grupo de Trabalho Indígena. Constam ainda no referido relatório sugestões para a melhoria do Programa, quais sejam: curso de Internet para os indígenas, aumento da cota de xerox de 50 para 150 cópias mensais; construção de uma casa de apoio para viabilizar a presença nas aulas e atividades da universidade; e elevar a sensibilização dos professores para com a cultura indígena.

Considerando que em 2009 existiam no *campus* de Miracema 11 indígenas matriculados e a demanda de atribuições tanto para os professores orientadores quanto para os monitores crescendo cada dia mais, os professores orientadores encaminharam à Reitoria documento em que justificavam a solicitação de mais um monitor para o *Campus*, com o seguinte teor:

Atualmente o campus tem matriculado onze alunos indígenas e tem dois monitores. O volume de trabalho é enorme, uma vez que os alunos do Curso de Pedagogia e Serviço Social encontram-se em fase de estágio curricular, elaboração de projetos de intervenção e de projetos de pesquisa que envolvem os alunos dos dois cursos e ainda a elaboração de monografia de conclusão de curso para os alunos do Curso de Pedagogia. [...] A outra monitora, está sobrecarregada com a orientação de trabalhos acadêmicos para os alunos dos dois cursos e que como já sinalizado, estão em fase de requerer acompanhamento diário, dada a complexidade das atividades que são exigidas para a conclusão do curso de Pedagogia. Nesse sentido, reiteramos a compreensão e sensibilidade da PROGRAD em destinar mais uma vaga para monitoria indígena para o Campus de Miracema, o que seria altamente produtivo para a realização de um trabalho com qualidade, portanto, garantindo uma formação adequada para os alunos indígenas.

Em razão dos desafios, os professores ora citados acrescentam, com base no seu relatório de avaliação do programa PIMI, que *“no Campus a monitoria indígena e mesmo o GTI, precisa de um espaço próprio (uma sala) no sentido de facilitar uma maior coesão desse grupo, que está se formando aos poucos, a qual será destinada aos estudos, encontros, discussões, reuniões, dentre outras atividades.”*

Para tanto, analisando as dificuldades estruturais de hoje no *Campus*, citado em relatório pelas professoras, para o desenvolvimento de ações que contribuam para a permanência do indígena, resolvemos buscar informações sobre os recursos financeiros junto à PROEST, oriundo do PNAES e qual a finalidade deles.

Assim sendo, a informação obtida, quanto aos recursos financeiros, de acordo com a coordenação de projetos, o montante liberado pelo PNAES em 2009 destinado à assistência estudantil da UFT alcança a cifra de R\$ 3.886.000,00 (três milhões, oitocentos oitenta e seis mil reais). Considerando a proposta de previsão de despesas, foram aplicados da seguinte forma:

- a) Programa Bolsa Permanência - 3.069.000,00 para o pagamento de 550 bolsas no valor de R\$ 372,00 por um período de 15 meses;
- b) Programa Bolsa Permanência - 255.456,92 referente ao pagamento de reposições das bolsas de janeiro a setembro de 2009;

- c) Programa Conexões de Saberes - 33.480,00 destinou-se ao pagamento de 15 bolsas no valor de R\$ 372,00 por um período de 06 meses;
- d) Auxílio para participação em eventos e ou atividades acadêmicas e culturais - 481.770,00 serviu para o pagamento de Passagens, Locação de ônibus e outras despesas como alimentação e estadia de alunos;
- e) Atividades esportivas - 46.293,08.

Esse montante, que totalizou R\$ 3.886.000,00 (três milhões, oitocentos oitenta e seis mil reais), garantiu de certo modo aos estudantes envolvidos participar das ações da universidade dentro e fora da UFT, como forma de minimizar as dificuldades enfrentadas em um determinado período.

Esses dados demonstram que a aplicação dos recursos oriundos do PNAES destinou-se em sua maioria ao pagamento de bolsas, aproximadamente 85% desse montante. Se comparado ao que expressa a Portaria Normativa Nº 39, de 12 de dezembro de 2007, que Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, a definição das prioridades como forma de Assistência Estudantil são:

Art. 2º - O PNAES se efetiva por meio de ações de assistência estudantil vinculadas ao desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão, e destina-se aos estudantes matriculados em cursos de graduação presencial das Instituições Federais de Ensino Superior. Parágrafo único. Compreendem-se como ações de assistência estudantil iniciativas desenvolvidas nas seguintes áreas: I - moradia estudantil; II - alimentação; III - transporte; IV - assistência à saúde; V - inclusão digital; VI - cultura; VII - esporte; VIII - creche; e IX - apoio pedagógico. (BRASIL, 207b, p.2).

Ante tal realidade, ressaltamos que o *Campus* de Miracema ainda não dispõe de uma política permanente de assistência estudantil e que os recursos do PNAES, até o momento da pesquisa, não priorizaram aos discentes desse *Campus* ações como moradia estudantil, alimentação, transporte aos indígenas, assistência à saúde e creche, uma vez que dos 11 estudantes indígenas matriculados no *Campus*, nove deles residem em aldeias. Buscamos, porém, verificar o Relatório de Gestão 2004-2009; entretanto, após consulta, verificamos as seguintes ações (UFT, 2009d p. 67):

- a) Elaboração e aprovação junto ao CONSUNI do Programa de Isenção de Taxas do diploma de graduação para aluno de baixa renda;
- b) Implantação do Programa de Isenção da Taxa de inscrição do Vestibular UFT;
- c) Criação do Grupo de Trabalho de atendimento e acompanhamento aos alunos indígenas da UFT.

d) Cquisição de mobília para a Casa do Estudante nas cidades de Porto Nacional, Palmas, Araguaina e Arraias.

No *Campus* de Miracema, algumas dessas ações já se efetivaram. Verificou-se na Secretaria do *Campus* a informação referente à isenção de taxa de diploma. Sabe-se, no entanto, que o direito a esse benefício começou a valer em 2008.

A dispensa da taxa de inscrição no vestibular destinado a indígenas acontece desde 2004, quando da implantação do Programa Política de Cotas. É preciso apenas a apresentação de declaração assinada pela Funai ou órgão responsável, declarando o aluno pertencer a um determinado grupo étnico..

As dificuldades e os desafios anteriormente apontados para a convivência e o enfrentamento das questões relativas à permanência do indígena na UFT/Campus/Miracema apontam para uma tomada de atitude emergencial por parte dos gestores no âmbito institucional, com vistas a redefinir mecanismos e estratégias que efetivamente implementem uma política de assistência estudantil eficaz em conformidade com as prioridades de seus beneficiários, neste caso os indígenas.

Há de se reconhecer, entretanto, que a existência de algumas ações realizadas no *campus* de Miracema, são contingenciais e incipientes, não havendo aí uma correlação de forças no interior da universidade capaz de possibilitar o restabelecimento de uma política de cotas que efetivamente inclua o indígena na educação superior.

As ações de “destaque”, como o PIMI e o Bolsa Permanência, parecem não corresponder em sua totalidade aos anseios desse segmento. A força operacional, – professores, servidores, gestores, alunos e indígenas – enquanto não assumirem a responsabilidade para a permanência do indígena na UFT, a inclusão pretendida por meio da política de cotas continuará sendo restrita apenas ao ingresso, secundarizando assim a manutenção do indígena e, conseqüentemente, comprometendo a sua formação. Dessa forma, é possível concordar com a idéia de que os estudantes indígenas seriam, aos poucos, inseridos nas ações de permanência implementadas pela UFT.

4.7 Rendimento dos alunos indígenas: uma avaliação

Os alunos indígenas pesquisados moram, em sua maioria, com a família, na aldeia. Em razão das dificuldades por que passam esses estudantes, a independência financeira se encontra ainda muito distante. Alguns indígenas na universidade já se encontram aptos a

iniciar o estágio, outro ponto crucial na vida desses estudantes, haja vista não ser possível a participação efetiva dos alunos na referida atividade, uma vez que o período a ser frequentado é o contraturno, não dispondo de condições de permanência na universidade por falta de moradia e apoio na cidade, o que poderia, de certo modo, contribuir com esses discentes.

Notamos, com base nos dados da pesquisa, que os pais dos indígenas, como já observado nas informações não possuem escolaridade. Os estudantes, em sua maioria, são chefes de famílias, tendo-se constatado, com base nos questionários respondidos, uma média de quatro a cinco membros por moradia. Para os estudantes cotistas, a distância e as condições de deslocamento, da sua residência até a universidade, a falta de um transporte específico para este segmento, apoio para subsidiar sua alimentação na cidade e a falta de recursos financeiros para atender as demandas na execução dos trabalhos são todos motivos de preocupação de todo o grupo, que, às vezes, traz como resultado a frustração ou até mesmo a sua desistência. Um deles, no questionário depõe:

“Nós indígenas temos muitas dificuldades. Eu encontrei mais no início do ingresso na faculdade, mais com bom tempo foi melhorando e eu mi encachei na bolsa permanência ai ficou melhor. A dificuldade financeira foi um dos grandes problemas”. (ALUNO DO 6º PERÍODO).

De acordo com as entrevistas realizadas, 100% dos indígenas manifestaram a dificuldade na compra dos materiais para o desenvolvimento do curso e a execução dos trabalhos, como sendo um fator de entrave na execução das tarefas. Embora se tenha no *campus* um bônus de 50 xerox mensais, os estudantes consideram o quantitativo insuficiente para atender as suas demandas nessa área. Há que reconhecer que o *Campus*, ao investir nesse serviço, por vezes inconscientemente, legitima um ato “clandestino”, enquanto que *a priori*, os serviços ou ações voltadas para a leitura, produção de texto a partir da biblioteca ficam secundarizadas.

Nesse âmbito, considerando algumas falas selecionadas, a realidade que se evidencia vai além da ampliação do acesso ao ensino superior. Um dos grandes entraves se concentra na questão da permanência dos alunos e na implementação de políticas que garantam o desempenho dos estudantes durante toda a graduação, bem como, já pensando proativamente, na sua posterior participação em cursos de pós-graduação.

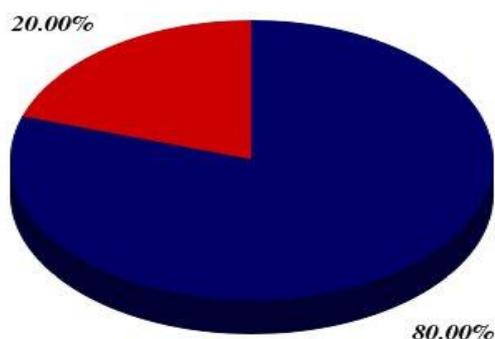
Em consulta ao material de pesquisa referente a um projeto docente desenvolvido no *campus*, intitulado “*Sistema de Cotas da UFT: Inclusão e Permanência dos alunos indígenas xerente no Campus de Miracema do Tocantins*”, já citado, foram verificadas, além de um investimento maciço a ser feito na área de apoio pedagógico, muitas reprovações, o que

sugere imediata tomada de decisão no sentido de minimizar essa realidade sob pena de existir na universidade um elevado e significativo aumento no tempo de integralização dos cursos por parte dos estudantes indígenas. O gráfico a seguir apresenta uma assustadora realidade, na qual 80% dos indígenas já foram reprovados em mais de uma disciplina

Gráfico 4 – Desempenho acadêmico/indígenas - Campus/Miracema

12) Você já foi reprovado em disciplinas?

■ Sim. ■ Não.



Fonte: Levantamento/Projeto –PIMI/Miracema (LOPES; ARAÚJO, 2010).

Ainda de acordo com o documento, é reafirmada a necessidade de criação de outras ações que contribuam para a superação dessas e outras dificuldades sentidas pelos estudantes indígenas, tais como: contribuir para o enfrentamento das dificuldades na dimensão acadêmica dos discentes indígenas; intensificar e assegurar a cooperação entre professores e estudantes indígenas nas atividades básicas da universidade; promover atividades que visem à inclusão e à permanência do aluno indígena na Universidade Federal do Tocantins.

Em 2004, quando promulgada a lei, não se previa naquele momento que resultados referentes ao desempenho de estudantes indígenas pudessem apresentar dificuldades de assimilação de conteúdos, e que fosse motivo de preocupação num futuro próximo. Hoje, transcorridos cinco anos pós-política, a universidade, mais especificamente o *campus* de Miracema, vivencia situações bastante diferenciada com a presença de indígenas na universidade. Sabe-se, no entanto, que decisões sérias deverão ser tomadas pela instituição, de modo que esse estudante possa ser inserido e atendido em suas necessidades.

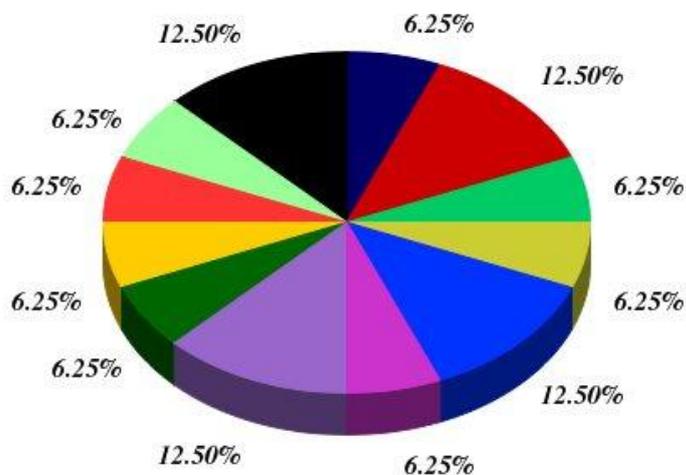
Esse, aparentemente, não foi o quadro desenhado pela UFT em 2004, pois, em função do modo e organização de vida dos alunos admitidos, os resultados obtidos no momento são estatísticas cruéis: de um lado, a instituição assemelha essa realidade à incapacidade do aluno e, por sua vez, o estudante entende que a universidade precisa implementar novas ações ou repensar a sua prática para lidar com o diferente, obrigando-se a buscar estratégias para a elevação do rendimento escolar dos indígenas. Com base nesse contexto, a expressão do aluno se configura dentro desse processo relacional de incertezas. E relata:

Eu ingressei em 2005, considero o conteúdo do curso muito difícil, é um ensino acadêmico com muito assunto e não entendo plenamente, as disciplinas que são ministradas está fora da nossa realidade, porque o discurso do professor é muito difícil (ALUNO DO 8º PERÍODO).

Para o aluno admitido pelo sistema de cotas da turma de Pedagogia 2005, no entanto, foi vivida com intensidade e apreensão, obrigando-o a buscar alternativas para a manutenção de seu rendimento escolar. Esse aluno, no entanto, sofre com as reprovações, e não está só, pois, se observarmos os Gráficos 5 e 6, a respeito da quantidade de disciplinas e quais apresentam o maior número de reprovações, vamos perceber que esse alto índice não está relacionado apenas à incapacidade do aluno, pois outras variáveis concorrem para esse quadro negativo encontrado na UFT/Campus/Miracema. Assim, é possível presumir que a metodologia escolhida pelo professor não atende às expectativas do aluno e o processo de convergência nesse *feedback* aluno – professor não se dá de forma plena. Com base nos gráficos a seguir, é possível perceber o índice de disciplinas em que o estudante indígena mais foi reprovado no *Campus* de Miracema e que, dos 11 alunos matriculados, seis não obtiveram êxito em duas ou mais disciplinas. Isso aponta para uma reflexão, professor e alunos.

Gráfico 5 – Disciplinas/Desempenho acadêmico/Reprovação/indígenas - Campus/Miracema

14) Quais foram as disciplinas que você ficou reprovado?



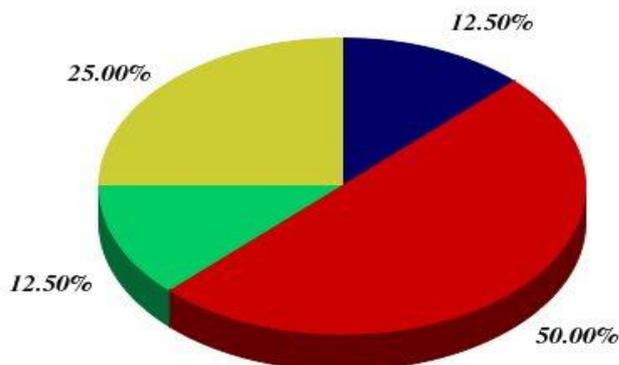
Fonte: Levantamento/Projeto – PIMI/Miracema (LOPES; ARAÚJO, 2010).

Sendo este o resultado encontrado na universidade, surge aí a necessidade de um redirecionamento das ações, haja vista como demonstra o quadro seguinte, o número de reprovações dos estudantes indígenas até o momento do estudo é considerado alarmante, pois 25% dos cotistas ficaram reprovados em cinco disciplinas e 50% deles já em duas disciplinas.

Gráfico 6 – Número de disciplinas/Reprovação/indígenas - Campus/Miracema

13) Quantas disciplinas?

■ 01 disciplina. ■ 02 disciplinas. ■ 03 disciplinas. ■ 05 disciplinas.



Fonte: Levantamento/Projeto –PIMI/Miracema (LOPES; ARAÚJO, 2010).

Observamos, contudo, com base no Gráfico 5, que entre as disciplinas que apresentam maior reprovação entre os candidatos indígenas se encontram: Estágio Supervisionado, Movimento Social e Serviço Social e Fundamentos Histórico – Teórico Metodológico II. Assim, considerando, duas das disciplinas serem pré-requisitos, ao longo das etapas o aluno não consegue avançar satisfatoriamente, pois tem conceito de regular a insuficiente. O que ocorre, então, no geral, é que os candidatos reprovados obtêm resultados insuficientes desde a primeira etapa, mantendo esse desempenho nas fases seguintes.

4.8 Avaliando resultados do Programa de Cotas com alunos Xerentes, gestores e Professores

Considerando a pesquisa documental realizada na UFT, *Campus* de Miracema, foi possível evidenciar alguns dados que marcaram as trajetórias percorrida pelos indígenas junto ao ensino superior. Das seis edições do vestibular realizadas na instituição no período de 2004 a 2009, foram, no geral, registradas 2.476 inscrições; dentre estas, 61 candidatos indígenas se inscreveram em todos os certames neste *campus*. Do universo de 15 acadêmicos indígenas matriculados no *Campus* de Miracema, no período de 2005 a 2009, nenhum deles se formou até o ano de 2009; contudo, um significativo índice de evasão de acadêmicos indígenas pode

ser registrado no *Campus*, totalizando uma média de aproximadamente 27% dos alunos admitidos neste pequeno espaço de tempo que tiveram que abandonar o seu curso.

Os dados quantitativos coletados, contribuem para ajudar a compreender como se efetivam as ações desenvolvidas pelo *Campus* para o acesso, ingresso e permanência dos acadêmicos indígenas na universidade, compreendendo que os percursos empreendidos por esses sujeitos na instituição estão marcados pelos aspectos estruturais e pelas expressões humanas concebidas ao longo desses anos.

Os relatos dos participantes da pesquisa que serão abordados a seguir são experiências vivenciadas no ambiente acadêmico por estudantes indígenas, gestores e professores, descrevendo, pelo seu ponto de vista, como é processado na comunidade acadêmica o Programa Política de Cotas. Para tanto, utilizando-se inicialmente dos posicionamentos de alguns estudantes cotistas consultados por meio de questionários e entrevistas, é possível descrever um pouco sobre suas reações no espaço acadêmico a respeito da condução do referido programa, referente ao seu acesso/ingresso e permanência no *campus* de Miracema, por meio do Programa Política de Cotas.

4.8.1 Avaliando com os alunos Xerentes

Para a maioria dos estudantes indígenas consultados, a política de cotas da UFT precisa ser reavaliada, implementando ações que melhor assegurem a permanência do indígena na universidade. Um dos entrevistados se refere *“que ao ingressar na instituição já enfrenta muitos problemas. A dificuldade maior é o transporte da aldeia até a universidade, e a condição financeira para me manter na universidade, pois tenho que andar mais de 20Km todos os dia. É a realidade de uma universidade, que pra nós indígenas é um sonho. Estou desempregado por isso passamos por uma dificuldade”*. (Aluno do 4º período de Serviço Social)

Os estudantes consultados, em sua maioria, apresentam como dificuldade primeira as condições de deslocamento da aldeia até a universidade. Esse mesmo aluno apresenta em suas respostas que, na universidade, nunca foi pensado em algo que ajudasse na questão do transporte. E acrescenta, *“já ouvi muitas conversas sobre o programa de cotas, mais nunca falaram da universidade trazer nós, e ainda tem a travessia da balsa, se não liberar nós pagamos”*. Na opinião do aluno pouco se avançou no debate sobre as condições de acesso para o aluno cotista.

Os indígenas que ingressam nas instituições de ensino superior, contudo, enfrentam outros problemas, muito maiores. No caso específico da UFT/*Campus* de Miracema, os admitidos asseveram que, no interior da universidade, outros desafios lhes são postos. Quando se trata da questão dos conteúdos, o aluno, em sua interlocução, assegura: *“Ingressar na universidade foi uma oportunidade na busca de novos conhecimentos, para que possa contribuir de alguma forma com a comunidade Xerente, mais os conteúdos são muito difícil e temos dificuldades para entender os textos científicos.”* (ALUNO DO 8º PERÍODO DE SERVIÇO SOCIAL).

O indígena entrevistado não foi o único a se manifestar com dificuldades de aprendizagem. Outro se manifesta, *“[...] eu tenho muita dificuldade na compreensão de algumas disciplinas, ou seja os textos que os professores passam, alguns não consigo interpretá-lo, acho que os conteúdos tem que ser bem claro, assim não dificulta o entendimento”*. (ALUNA DO 4º PERÍODO DE PEDAGOGIA).

Outro argumento se baseia na persistência, fazendo valer o esforço próprio para superação de seus limites, acreditando fazer a sua parte. Assim salienta: *“Eu faço a minha parte, porque a linguagem dos conteúdos e leituras é em português, eu procuro compreender com muito esforço lendo várias vezes o texto para pouco tempo”* (ALUNO DO 4º PERÍODO DE SERVIÇO SOCIAL).

Assim, presume-se que os conteúdos, somados a outros fatores, são em parte causadores dessa deficiência, o que inviabilizam o sucesso do indígena na universidade. Considerando a trajetória escolar dos cotistas, verificou-se que são alunos oriundos de escola rural, frequentaram turma multisseriada e iniciaram seus estudos já com defasagem de idade, o que pode de certo modo contribuir para o seu “desempenho”.

Reportando-nos ao ingresso dos indígenas, alguns cotistas se manifestaram, propondo ações universais que têm como fundamento o ideal de igualdade, sugerindo modificações e a ampliação de direitos, considerando que 5% das cotas são insuficientes para atender indígenas de todo o País, pois o referido programa não privilegia apenas etnias do Tocantins e que parentes de outros estados tiveram muito mais oportunidade para se qualificar. De acordo com o aluno, *“Acho positivo a UFT, criar cotas para indígenas, duas vagas em cada curso é muito pouco, a faculdade devia pensar em aumentar a quantidade de vagas para nós, temos que concorrer no vestibular com indígenas de outros estados e muitas vezes o Xerente não chega lá.”* (ALUNO DO 6º PERÍODO DE PEDAGOGIA).

É visível o anseio dos estudantes indígenas em buscar ampliar o percentual de vagas para ingresso na universidade. Esse princípio isonômico defendido pelos estudantes pode ser

considerado um avanço significativo para o reconhecimento da igualdade. Na mesma linha de raciocínio, outro indígena argumenta: *“hoje na universidade estou aprendendo novos conhecimentos e a minha família está me olhando com outra visão. Esse ingresso me fez mudar e ter oportunidade de virar outra pessoa, é preciso abrir mais vagas, mas pra mim está tudo melhor por enquanto”*. (ALUNO DO 2º PERÍODO DE CIÊNCIAS DA COMPUTAÇÃO).

Outro ponto a ser destacado diz respeito à convivência do indígena no espaço universitário. Para alguns, atitudes discriminatórias já foram vivenciadas por parte, principalmente, de colegas. A indiferença pode ser uma das principais formas de discriminação no espaço acadêmico, quem sabe, a pior delas. Eles afirmam que já testemunharam, de uma forma ou de outra, prática discriminatória na universidade, pelo fato de serem índios. Para um dos pesquisados, esse tipo de atitude parece “normal” e assim se posiciona: *“Nós não liga, já estamos acostumados, nem todos reconhecem as diferenças”*. E acrescenta; *às vezes é porque agente sente um pouco de vergonha, mais de pouco a pouco agente perde*”. (ALUNO DO 9º PERÍODO DE PEDAGOGIA).

Com base nesse depoimento, foi possível compreender que, nos questionamentos relativos às formas de relacionamento com gestores, professores e discentes não obtivemos melhores resultados em razão dessa dificuldade que os agentes institucionais têm em compreender e lidar com o diferente. Para um dos entrevistados, *“é preciso reconhecer que estamos em mundos diferentes, culturas distintas, seres diferentes”* (GESTOR 02).

Para tanto, verificamos, no decorrer da pesquisa, que existe no *Campus* de Miracema, por parte de muitos, a percepção de certa “sensibilidade” na valorização e desenvolvimento de ações que favoreçam os indígenas. Notamos também, que boa parte de servidores e alunos não indígenas desconhece ou não compreende o sentido da política de cotas. Para eles, presume-se que o indígena, o diferente, o outro, é imperceptível.

Efetivamente, as ações de permanência, segundo os indígenas, não são ainda suficientes para assegurar e manter o cotista na universidade/*Campus* Miracema, muito embora a instituição já tenha buscado desenvolver mecanismos que contribuam para tal processo. Na visão dos estudantes, enquanto a UFT, por meio dos *Campi*, não implementar uma política permanente que assegure ao aluno ingressar, permanecer e concluir o seu curso com qualidade, não haverá o retorno desejado do referido Programa. Ações como Casa do Estudante em todos os *Campi* ou, pelo menos, naqueles onde se tenha maior número de indígenas, implementação de uma política que assegure melhores condições para a vinda do aluno da aldeia à universidade, ampliação no número de Bolsa Permanência e melhoria dos

valores pagos, qualificação dos docentes e servidores para o apoio e acompanhamento do indígena na universidade, dentre outras, serão, sob a óptica deles, ações emergenciais. O argumento do estudante de Serviço Social segue nessa direção:

Gostaria que ações não ficasse só no papel, que os programas que atende os estudantes indígenas que seja observado isso, não adianta termos as cotas sem que falta a permanência dos alunos indígenas na faculdade. E para que essa permanência aconteça é preciso além do acesso, transporte, bolsas específicas para os indígenas e casa dos estudantes perto do campus onde estuda. (ALUNO DO 7º PERÍODO DE SERVIÇO SOCIAL).

Ao que parece, a UFT, embora de forma tímida, procura cada vez mais desenvolver ações que atendam às demandas da população indígena, buscando envolver todos os estudantes num projeto de universidade inclusiva e participativa. A instituição apresenta características importantes, que a distinguem, pois assume uma proposta de trabalho que visa a atender a especificidade da população indígena, necessitada não apenas políticas de acesso, mas, também, de permanência de seus alunos nos cursos superiores. Dessa forma, a universidade, embora de forma principiante, pauta-se por uma política de atendimento às demandas destes povos por ensino superior, por meio de ações, programas, pesquisas, ensino e extensão.

4.8.2 Avaliando com gestores

Passados cinco anos da implementação da política de cotas na UFT, o posicionamento dos gestores em relação à aceitação da política, deixa evidente que dificuldades e obstáculos para consolidação desta são enfrentados pelos gestores e por aqueles que defendem o Programa. É sabido que alguns segmentos da universidade se ressentem da lei, e se posicionam contrários a Política de Cotas, como se pode constatar no depoimento

[...] eu acho que esse papel do acesso democrático a gente tem feito bem. Porém, ainda existe uma outra etapa, vamos dizer desse processo de consolidação. Nós sabemos que muitas pessoas ainda são contrárias à política de ação afirmativa, seja pra indígena, seja pra negro, na verdade a questão da política de ação afirmativa de cotas, ela de fato não é uma política ainda completamente aceita pela sociedade. Dentro da universidade, agora nós estamos na fase de elaboração de um próprio Censo, de pesquisar o que vai acontecer no ano que vem. Então com esses novos dados eu vou poder estar um pouco mais balizada pra te falar sobre isso. Com os dados que nós captamos em 2008, foi um levantamento que nós fizemos, nesse levantamento se apontou também que nós tínhamos quase 60% da nossa comunidade acadêmica que não concordava com as cotas. (GESTORA 01).

Com base na fala da gestora, a opção pelo silêncio aparente, ou a própria indiferença de alguns segmentos da universidade, que não concordam com a política de cotas, deixa evidente que um dos propósitos da universidade é diluir as tensões criadas desde a aprovação da Lei. Essa não qualificação das discussões em torno do programa, atualmente, requer da universidade a criação de um espaço para o diálogo, onde as questões diversas possam se encaminhar para um possível entendimento.

Já para a gestora do *Campus*, a aceitação do Programa Política de Cotas é recepcionada pela comunidade acadêmica com naturalidade. As manifestações apresentadas pelos acadêmicos não indígenas revelam uma convivência harmoniosa, dada a existência de indígenas na cidade, diariamente, além de existir na escolas de ensino médio da cidade uma presença considerável de estudantes indígenas. Para a gestora

Da comunidade acadêmica em si do nosso campus, eu ainda não tive nenhuma percepção assim de rejeição. Eu vejo os professores preocupados com o desempenho desses alunos, com a inserção deles, com a permanência deles, eu vejo os colegas bastante preocupados. Agora, na nossa comunidade acadêmica em si, eu não percebi assim nenhum processo de rejeição, às vezes eu sinto uma falta de compreensão da cultura, dos valores, do ritmo que eles têm. Então a gente tem aí um grupo de professores que estuda mais diretamente, que está voltado mais pelo programa de monitoria indígena, que procura realmente fazer um trabalho de esclarecimento, de aproximação, de permanência deles aqui. Agora, com relação ao sistema de cotas em si, eu não observei ainda nenhuma manifestação assim clara à público com relação a essa rejeição aqui.

Considerando o depoimento da gestora 01, as ações da política voltadas para o acesso foram bem recebidas ou, pelo menos, com boa participação, haja vista segundo o fato de que a interlocutora, a UFT, no geral, já contabilizou 116 indígenas matriculados.

[...] a universidade hoje ela conta com o maior programa de acesso à universidade para indígena, ele é o maior programa porque ele é um programa diferente, a nossa política ela é de acesso universal, ou seja, o aluno ele pode ingressar em qualquer curso, são 5% das vagas de todos os cursos, então qualquer curso que o aluno, que o indígena se interessar de entrar ele teria ali disponível 5% daquelas vagas. Com isso nós temos alunos hoje distribuídos em todos os cursos dentro da universidade. Então assim, eu acredito que essa política de acesso ela foi bem trabalhada, hoje a gente já tem mais de cem alunos indígenas dentro da universidade, no total de 116, agora esse número às vezes altera um pouquinho porque é a entrada deles, mas depois alguns desistem pela distância ou resolvem fazer no próximo semestre, enfim, mas no início do semestre nós estávamos com 116 alunos inscritos, e é de fato o maior programa, e isso já visto por outras universidades, porque?, porque que ele é o maior programa? Porque ele é universal, ele não define qual é o curso, ele não define a quantidade por curso, ou seja, define a cota de 5%, mas a gente não faz uma, como existem outras universidades, por exemplo, um processo direcionado, o aluno só pode fazer determinados cursos, no nosso caso não. (GESTORA 01).

De acordo com esse depoimento na visão da gestora, a UFT implementou um modelo diferenciado de cotas, considerando que a instituição cumpriu o seu papel. Pelo alcance do programa, as “conquistas” até então são positivas em relação ao acesso.

Já para a gestora do *campus* as cotas possibilitaram ao indígena a sua inserção em a uma ou em outra, cultura o que não assegura que o programa foi pensado em relação ao acesso pela óptica do beneficiário: “eu penso que é uma possibilidade de acesso àquelas pessoas que de um certa forma, no nosso caso os indígenas, foram excluídos da condição de exercer sua cidadania numa cultura diferenciada da sua”.

Apesar dos desafios enfrentados pela universidade para a condução do programa, o relato dos entrevistados, aponta que o acesso de indígenas à universidade foi assegurado, no entanto, constatamos que a permanência dos estudantes indígenas na universidade naquele momento não foi discutido, pois se trata de um projeto em construção, que dependerá de todos, de um empenho da universidade para a sua concretização. A gestora do *campus* enfatiza:

[...] eu quero dizer assim, que já que existe um sistema de cotas na universidade, que falta uma política mais intensa da permanência deles realmente com a questão eu digo financeira, com essa ajuda de custo pra eles, o sistema que existe é o mesmo que tem os outros do bolsa permanência que muitas vezes não atende as necessidades, nem todos conseguem inserir-se no bolsa permanência, porque não entrega documentação no prazo, sempre falta uma documentação, porque às vezes não consegue o acesso, o contato com eles....Então eu sinto que falta alguma coisa a mais pra gente poder realmente fazer valer essa oportunidade que eles têm, que não seja só a questão da inclusão, mas que a gente tenha uma política mais intensa pra que eles consigam se manter, permanecer e ter sucesso, pra que realmente consiga se formar.

A manifestação da gestora revela a importância em se reconhecer e compreender que a universidade como espaço democrático precisa rediscutir as ações que contemplem a permanência do indígena na instituição. O indígena, para se identificar na universidade, precisa de acolhimento e permanência, e isso depende fundamentalmente dos vínculos que esse aluno conseguiu manter naquele espaço. Assim pensando a Política de cotas da UFT, fomos conduzidos a uma reflexão com base nos relatos. Se esse aluno não for bem acolhido na instituição, se não há ainda uma política efetiva que assegure a permanência do estudante na universidade, em que nível de conhecimento se dá essa troca de saberes?

Ao referir-se sobre o desempenho dos acadêmicos do *campus* de Miracema, associado à questão dos conteúdos e à metodologia utilizada pelo professor, considerando que já se passaram cinco anos de funcionamento do programa e nenhum aluno concluinte, a gestora argumenta:

[...] Então enquanto direção do campus o que eu viabilizo, não o que eu deslumbro na verdade é que a gente tivesse e estamos em estudo pra isso, ainda estudos embrionários, preliminares, mas seria a formação de um núcleo interdisciplinar de profissionais da área de Pedagogia, de Serviço Social, de Psicologia, de Administração, que pudesse além de assessorar os professores na execução, no planejamento, na execução, monitoramento, na avaliação dos seus projetos de pesquisa e ascensão, que pudessem ter um apoio na construção de um projeto junto com as coordenações de curso não só para o indígena, mas principalmente para a população indígena, nesse sentido realmente de que ele tivesse um desempenho satisfatório, que eles vencessem as dificuldades da língua, que a gente pudesse ter um trabalho apoiando os professores, apoiando as coordenações no sentido que facilitasse essa vivência deles nas disciplinas, na dinâmica do curso, tudo mais. (GESTORA 02).

Nessa lógica, o debate interno da comunidade acadêmica para lidar com as questões atuais referente aos interesses indígenas no *Campus* de Miracema sobre a política pública de acesso, ingresso e permanência no ensino superior, deve-se reconhecer que ainda são apenas projeções, não podendo esquecer de que as trajetórias já trilhadas, vivenciadas e protagonizadas pelos estudantes indígenas atuais avançam na centralidade histórica e necessária a qualquer sorte para compor o presente e o futuro desses sujeitos.

Nesse contexto, ao serem questionados quanto à convivência dos indígenas no meio acadêmico, e se houve alguma forma de discriminação, a gestora do *Campus* ressalta:

[...] a gente já ouviu comentários, por exemplo, assim, que não deixam de ser posições de discriminação, de professores, de alunos, 'ah, porque eles estão muito lentos, o mundo deles é diferente, porque que a nossa vida é diferente, porque que ele tem que ter um tratamento diferente?... Então, não que sejam ações, mas comentários que nem todo mundo tem essa compreensão do contexto deles. Então o que falta, na minha concepção, é informação. Até muitas vezes a pessoa pode não ter consciência de que nesse comentário ela pode tá desenvolvendo uma ação discriminatória. Eu, por exemplo, me deparei outro dia com um professor, me pegou num corredor, me disse assim 'Professora, a gente tem que pensar o que a gente vai fazer com os alunos indígenas, eles não estão aparecendo, tem alunos que faltam muito, que isso, que aquilo'. Então assim, eu não tenho um programa no campus que consiga uma equipe, por exemplo, que consiga ir lá fazer um estudo e trazer pra criar condições disso. Então o quê que a gente tem? A gente tem os alunos que estão ligados ao bolsa permanência, a gente pode ter um contato mais estreito, a gente tem os coordenadores dos cursos que poderiam estar mais preocupados em desenvolver alguma ação a isso e os professores que representam o GT indígena. Fora isso, o quê que nós temos mais, entendeu? (GESTORA 02).

Para a gestora da UFT, na instituição, ainda não consta nenhum registro de atitude discriminatória; os alunos nunca se manifestaram:

Olha, que eu tenha, que eu saiba não. Aqui nunca me chegou aqui nenhum documento, nenhuma reclamação formal nem via reuniões no GTI de discriminações que eles tivessem sentido. Se houve, eles não manifestaram, porque assim, a gente nunca recebeu, nunca tive nenhum problema enfrentado com relação a essa questão. Eu creio que possa até existir alguma coisinha assim mais por

debaixo do pano, mas realmente, efetivamente nós nunca tivemos conhecimento disso. Não sabemos de nenhuma historia relacionada a discriminação.

Ao final da conversa nos arriscamos a perguntar à gestora que é pró-reitora de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários da UFT, qual seria o futuro da atual política. E assim respondeu:

[...] Olha, eu penso assim, primeiro um avanço dessa nossa própria política afirmativa que é da cota indígena. Eu vejo que a gente precisa caminhar, agora mais, e é uma proposta que a gente já vai levar inclusive para requerer, a gente tá conhecendo algumas propostas nacionais ai pra criação, por exemplo, de um instituto indígena, de um espaço pra que a gente possa ter dentro da universidade os alunos indígenas pensando políticas, pensando ações, desenvolvendo pesquisa, desenvolvendo extensão, fazendo curso, proposta, enfim. Esse instituto, se nós conseguíssemos criar esse instituto e pra isso nós vamos realmente ter que pensar um projeto mais amplo e entrar dentro dessa proposta de governo e aí também com esse subsidio do ministério da educação, da cultura, mais específico para a formação indígena, formação superior indígena, eu acho que se nós criarmos esse instituto nós vamos dar um passo enorme na consolidação mesmo dessa política. Então criando isso, nós criaremos ali dentro, um espaço para isso, professores específicos para trabalhar com indígena, e tal. Então eu acho que vai ser um processo, mas é, ainda são planos.

A implantação do Programa Política de Cotas na UFT, mais especificamente no *Campus* Miracema, propiciou a entrada de estudantes indígenas nessa universidade nas mais diferentes áreas do conhecimento, tanto na licenciatura quanto nos bacharelados. Para tanto, com base em depoimento dos gestores correlato a este fenômeno de acesso à educação superior, a permanência torna-se uma nova luta a ser enfrentada. Considerando que os estudantes indígenas matriculados no referido *Campus* são Xerentes, oriundos, em sua grande maioria, das aldeias, eles enfrentam problemas de adaptação à cidade, à universidade, onde tudo tem que ser pago para sobreviver; onde as relações acadêmicas não ocorrem em sua totalidade, onde processos discriminatórios, embora velados, se fazem presentes, originando problemas diversos. Assim, podem resultar, se não houver uma imediata retomada de discussões sobre o tema, o abandono dos cursos.

Constatamos no *Campus* a ausência de um debate público e de políticas gerenciais mais consistentes que influenciem na definição dessas ações, inclusive as de permanência, estabelecendo o grau de comprometimento da universidade com o destino desses estudantes, aos quais a instituição proporcionou o acesso.

4.8.3 Avaliando com os professores

Para os professores participantes da pesquisa com relação à Política de Cotas na UFT, *Campus* de Miracema, o acesso do indígena à instituição está assegurado, no entanto faz-se necessário implementar ações que garantam sua permanência. O professor considera ainda que as cotas não devem privilegiar apenas indígenas, pois outras minorias necessitam de um olhar da universidade que possibilite também o seu acesso. Um dos professores argumenta:

[...] Essa questão das cotas não pode privilegiar somente os indígenas. Eu acabei de falar em relação a questão dos negros, eles também tem direito à questão das cotas, e pra ser um pouco mais específico, acho que todas aquelas pessoas que estão no ensino público, ela também está investindo no público, investir no médio, pra que ela tenha direito à cota na universidade. [...] nós fizemos uma olhada do que foi histórico, a quem aqui chega, e que sempre chegaram nunca tiveram um olhar àqueles que nunca estiveram aqui. Eu estou falando de quem, dos negros, dos índios, dos homossexuais, daqueles outros que nós sempre tivemos preocupação com eles. (PROFESSOR 01).

Nesse âmbito, segundo relato do professor entrevistado, a universidade estabeleceu um critério de cotas que não atende por completo aos anseios da sociedade local, fazendo necessária a adoção de um sistema de cotas mais abrangente que possa incluir, além dos indígenas, outros segmentos sociais, como negros, homossexuais dentre outros.

Em outra linha, o discurso de outro professor participante da pesquisa destaca que a universidade precisa estabelecer metas para garantir a permanência do indígena na universidade, para aqueles que aqui chegarem possam efetivamente permanecer.

Bem, a universidade, o campus de Miracema especificamente tem um número significativo, de indígenas aqui, eles entram através dessas cotas, mas a gente vê a dificuldade de permanência, então eu sempre falo, as cotas a gente tá vendo, que tá tendo as cotas, fazendo a política de cotas, eles estão entrando, mas só que a permanência é o mais problemático nessa política toda”. (PROFESSOR 02).

Para esse entrevistado, algumas ações da universidade não têm apresentado bons resultados. E exemplifica como o Bolsa Permanência e outras pequenas ações tem sido possibilitado ao indígena.

[...] Nós temos algumas políticas assim, algumas ações como Bolsa Permanência, mas só que Bolsa Permanência os indígenas eles vão concorrer de igual para igual, então termina ficando uma pequena porcentagem de indígenas sendo atendidas, por exemplo, em caso de Miracema que é aproximadamente vinte bolsas fixas, permanências, nós temos dois indígenas. Então ainda é muito pouco, não atende. Temos um sistema de Xerox pra auxiliar, sabe que nem todo mundo tem essas condições, mas um problema seriíssimo que nós temos é o acesso à universidade, a

locomoção, o transporte e a permanência, muitas vezes eles vêm de manhã e precisam ficar pra noite e a gente já teve casos de índios aqui que não tinham como almoçar pra ficar esperando a noite, então é um problema ainda isso aí, a política de permanência ainda não está bem firmada, bem organizada”. (PROFESSOR 02).

O Professor 01 concorda com essa falta de assistência por parte da instituição. Para ele, não basta a concessão de cotas, é preciso muito mais, e argumenta:

[...] A UFT, possibilita as cotas, todavia não dá infraestrutura, não dá possibilidades àqueles que aqui estão e se aproveitaram disso. Então não há essa preocupação com a infraestrutura, não há preocupação com o que fazer com aqueles que chegam”.

Para esse mesmo entrevistado, o campus tomou algumas iniciativas muito embora pontuais, que na sua visão foi positiva em relação ao estudante indígena:

O semestre passado, por exemplo, nós tivemos estágio na comunidade indígena, com os alunos de pedagogia, vivenciando experiências em sala de aula no seu próprio lócus, isso eu acho que já é um grande avanço em relação à participação dos indígenas, é priorização da questão do status. Então eu falo por experiências pra mim. (PROFESSOR 01).

O Professor entrevistado 01 percebe a importância e a valorização do conhecimento acadêmico ser vivenciado no locus indígena, considerando os desafios encontrados pelos estudantes indígenas em relação à locomoção; o estágio sendo realizado na escola da própria aldeia possibilita uma interação de saberes entre aluno, professor e comunidade. Desse modo, a universidade, conhecendo a realidade indígena por meio do professor, além de possibilitar ao indígena as suas primeiras experiências em campo, contribui para a análise e o enfrentamento de eventuais problemas a serem encontrados no dia a dia do trabalho e na relação escola comunidade. A presença da instituição na comunidade indígena possibilita o fortalecimento de laços entre os sujeitos, professor/aluno, contribuindo para melhor avaliar determinadas questões relacionadas aos indígenas no interior da universidade. Nesse processo, afirma esse entrevistado, ouvir os estudantes, ouvir também a comunidade, os professores lá no *Campus*, apontarão as dificuldades encontradas, contribuindo, assim, para avaliação e melhoria da política de cotas.

Nesse processo, compreende que, para além da efetivação de uma política de acesso ao ensino superior, dentro da UFT, a política de ingresso também contrasta com a falta de uma política de permanência adequada, que possibilite uma efetiva participação dos alunos nas atividades acadêmicas, políticas, científicas e culturais, visando a uma formação profissional eficiente e humanitária. Ao contrário, essa política, sendo pensada de forma pontual e sem um planejamento que atenda aos interesses indígenas, o acesso e a permanência

destes no ensino superior serão apenas estatísticos, sinalizando que a formação possui caráter predominantemente profissionalizante.

Os professores entrevistados são unânimes em considerar que a política de cotas da UFT precisa ser repensada, e que as ações de assistência estudantil se encontram aquém dos interesses indígenas, compreendendo que é preciso investir na educação básica para que o indígena possa no momento do ingresso concorrer igualmente com os demais candidatos. Questionado sobre o desempenho dos alunos indígenas, o entrevistado 01 considera ser um outro desafio que a instituição terá pela frente. Ressalta:

Eu fico muito receoso, porque os indígenas estão aqui dentro, estão presentes no mundo universitário, mas fico preocupado se a universidade está preocupada com que se dê a eles infra-estrutura, condições de escolarização, condições do próprio trabalho no mundo acadêmico. Eu penso que isso tem que ser feito imediatamente. Quanto ao desempenho, é notório, isso você percebe até por parte nossa por ter sido em relação à reprovação, por exemplo. Então eu penso que essa discussão tem que ser feita, acho que ela tem que ser muito bem aprofundada. Acho que nós mesmo não temos um conhecimento ao próprio modo de ver esses alunos, nós não temos aprofundamentos teóricos a respeito do seu modo de vida. Então eu acho que tudo isso perpassa também por um olhar da própria universidade como um todo.

Apesar de assinalar, contudo, um número considerável de estudantes indígenas nos cursos de Pedagogia e Serviço Social em Miracema, e de no Município ser frequente o contato da sociedade local com o indígena nas ruas da cidade, nem isso foi capaz de reduzir alguma atitude de discriminação no meio acadêmico. De acordo com relato do professor, posturas dessa natureza ele já testemunhou:

É muito simples, no espaço escolar, dentro da sala de aula, por exemplo, isso é muito, isso é bem presente. Você dá trabalho, por exemplo, em grupo, raramente você vê um aluno convidando um indígena pra poder participar do próprio trabalho, eles ficam sempre renegados, eles ficam sempre separados do meio dos outros alunos. (PROFESSOR 01).

Para um outro professor pesquisado, não existe no *Campus* essa forma preconceituosa de lidar com o estudante indígena; apenas algumas dessas atitudes são em função do indígena não possuir o mesmo ritmo de aprendizagem e assimilação de conteúdos, e que a dificuldade está na forma como o indígena se expressa na sua capacidade de compreensão. Ele argumenta:

[...] assim, diretamente a gente não vê, assim formalmente a gente não vê, mas a gente percebe assim que por eles terem essas dificuldades, a gente não vê assim, até eles mesmos, eles não se engajam muito, não se entrosam muito alguns deles com os colegas, acho que por timidez, chegam muito tímidos, tem dificuldade de entender o que a gente fala, de entender, vamos dizer assim, a mensagem, e também de se expressar, tem muitos deles que a gente não consegue entender o que eles falam, mas discriminação diretamente não. (PROFESSOR 02).

Com base no que expõe a maioria dos participantes da pesquisa, alunos, gestores e professores, a política de cotas da UFT *Campus* de Miracema, têm sido fundamental para o acesso de indígena à universidade, o que sinaliza avanço para o processo de democratização do ensino superior, no entanto as opiniões são convergentes de que a referida política precisa de uma redefinição em sua implementação, considerando ser necessário ampliar as discussões e possibilitar aos beneficiários condições efetivas de permanência, visando a uma formação com qualidade.

4.9 Histórias vividas: perspectivas dos estudantes indígenas

A pesquisa de campo foi realizada no *Campus* Universitário de Miracema e participaram do referido processo 11 alunos, sendo cinco deles matriculados no curso de Serviço Social e seis em Pedagogia. Com este estudo, foi possível registrar alguns acontecimentos que, ao final da pesquisa, julgamos fundamental para o enriquecimento deste trabalho. Foi, então, conhecendo e identificando melhor as suas histórias, mediante a aplicação de questionários e o diálogo por meio das entrevistas e a observação participante que o texto foi sendo constituído.

Aqui se encontram descritas, no entanto, situações vividas por alguns participantes, que, em conversas informais e observações, foram por nós memorizadas, fatos que fazem parte da sua realidade cotidiana em uma dinâmica permanente e que ajudam melhor a compreender um pouco da sua história.

O primeiro contato com os acadêmicos ocorreu na sala de reunião do *Campus*. Ali se encontravam alguns indígenas, uns em atividades de estudo, outros dialogando com coordenadores do PIMI - Programa Institucional de Monitoria Indígena, ou em outros momentos, com professores que desenvolvem projetos relacionados à questão indígena e no próprio espaço da universidade.

Relembrando um dos momentos, ao adentrar a sala, antes do início da reunião, muito embora já fosse conhecido da maioria dos estudantes, uma vez que somos servidor da instituição/*Campus*, algo chamou-nos a atenção – os olhares assustado, principalmente, no semblante daqueles que ingressaram na universidade naquele período. Mesmo assim, porém, observando o que ali acontecera. Ao final da reunião, convidamos para uma entrevista um dos

participantes, justificando a finalidade da pesquisa. O convite foi prontamente aceito. Buscamos um espaço tranquilo e adequado e ali se deu o diálogo.

Diversos assuntos sugeriram até o começo da entrevista. Num dado momento, indagamos: O que mais atrai na universidade? Parou, pensou profundamente e respondeu: *“Eu estou quase no final da minha meta, eu tinha um sonho e hoje estou quase concluindo o curso, hoje já sou um servidor efetivo pelo estado, eu preciso formar para ajudar a minha comunidade”*.

Depois de algum tempo, entre tantas perguntas e respostas, terminada a entrevista, começamos a refletir. Esse senhor de quase 40 anos, com tantas dificuldades declaradas em tão pouco tempo, morando tão distante, sem recursos financeiros para se locomover até a cidade, sonha concluir um curso superior e retornar a sua comunidade para ajudá-los – me fez pensar. A sociedade não indígena é um tanto desarticulada na criação dos seus sujeitos. Ao contrário do indígena, apesar das mudanças ocorridas, vivendo naquele momento em um contexto diferente do seu, não perde de vista a sua forma de pensar e ver o mundo, nem o seu compromisso social, nem a sua identidade. Esse mesmo indígena conclui sua fala ressaltando: *“A universidade explica os acontecimentos antigos, o meu pensamento na forma de agir é o mesmo”*. Fato curioso nos lembra de que, em eventos direcionados à população indígena, no decorrer das atividades, a saudade da aldeia lhes tirava o sossego, retornando ao seu locus em meio a atividade.

No dia seguinte, no período da tarde, continuaram as entrevistas, entrevistamos alunos das duas modalidades de curso, licenciatura e bacharelado, para observar como eram direcionados os conteúdos. Em um dado momento, perguntamos; será que os professores na relação com o indígena valorizam sua cultura, sua identidade, dialogando entre o conhecimento indígena e o conhecimento acadêmico? Aquele Xerente nos respondeu.

A faculdade tem se esforçado para compreender e incentivar nós alunos indígenas, o processo tem sido lento. Alguns professores são ótimos, pois acreditamos que de uma forma geral vão entender que a nossa presença na universidade enriquece o ambiente no sentido cultural, educacional e científico. Porque não dar para sair da universidade meio professor. Nós indígenas acreditamos que seremos profissionais competentes, mesmo que nos sacrifiquemos no sentido de estudar longe de nossas raízes. Alguns professores conversam, outros não. (8º PERÍODO DE PEDAGOGIA).

Num outro momento, ao nos referir sobre o conteúdo, o acadêmico desabafa, ressaltando que os textos apresentam uma linguagem técnica e argumenta:

O conteúdo e a linguagem usada pelo professor é muito difícil, leio muitas vezes para entender, não existe um conteúdo específico de interesse dos indígenas. Nossa

região tem muito indígena, só nós, os Xerentes são quase 3.000, a universidade poderia ter uma disciplina próprio do indígena. (8º PERÍODO DE SERVIÇO SOCIAL).

Diante dos argumentos, nos veio a dúvida: será que os questionamentos feitos ao indígena são os mais indicados. Por enquanto, nos contivemos e o registro foi sendo construído pela observação pelo menos até aquele momento de incerteza. Algo nos chamou a atenção no semblante de alguns indígenas, ao percebemos um comportamento de desolação quando estavam a sós no banco da praça da universidade. Aquilo se repetindo por várias vezes, deixou-nos incomodado; ousamos em perguntar: observei o seu comportamento nos últimos dias; percebo uma certa tristeza em seu olhar. Algo que eu possa ajudar? Demorou em responder, porém diante de tanta insistência, resolveu revelar que não havia conseguido aprovação em duas disciplinas e que, com aquele resultado, era certo o acúmulo de disciplinas para o semestre seguinte ou a prorrogação do seu curso. Sem resposta naquele momento, porém refletindo o seu depoimento, orientamos ao acadêmico a dialogar com a Coordenação de curso e com os professores da disciplina, verificando se algo poderia ser feito para minimizar aquela situação.

Nesse percurso, partindo de uma análise mais introspectiva, dentre as contatos que fizemos com esses estudantes, observamos durante a pesquisa, que muitos acadêmicos se reprovam em mais de duas disciplinas e que isto tem de certo modo contribuído para a desmotivação de boa parte dos estudantes indígenas. O interesse demonstrado por alguns funcionários, professores e gestores em conhecer e aprender sobre os indígenas e suas culturas, foi também observado durante a investigação; a UFT/*Campus* Miracema demonstra uma preocupação por meio de alguns gestores e setores específicos em atender os cotistas em suas dificuldades, principalmente as que contribuam para a permanência destes na universidade.

Foi observada, ainda, no *Campus* de Miracema, a realização de alguns eventos específicos, embora tímidos, relacionados à questão indígena. Verificou-se, no entanto, uma acentuada ausência de docentes, o que conduz a universidade a repensar ações que possibilitem a interação efetiva de toda a comunidade acadêmica com o estudante indígena.

Com base nesse contexto, todavia, as situações ora apresentadas, talvez possam contribuir e servir como referência para se implementar na UFT/*Campus* Miracema ações que viabilizem além do acesso/ingresso, a permanência com êxito do indígena no ensino superior, considerando o grau de complexidade, a diversidade e o caráter multidimensional do fenômeno. Além disso, podemos considerar que todas, sem mencionar aquelas que não foram

apresentadas, apontam importantes elementos que devem ser observados na análise desse fenômeno, como, por exemplo, a criatividade dos indígenas, a relevância do tema e outros fatores não intelectivos, tais como o autoconceito, a motivação e a emoção.

4.10 Avaliando os resultados: uma síntese

Esta pesquisa se propôs buscar compreender como se deu a implementação do programa Política de Cotas na UFT, mais especificamente, no *Campus* universitário de Miracema, estudando os processos de elaboração, implantação e desenvolvimento das ações que viabilizaram o acesso, ingresso e permanência do estudante indígena no ensino superior do Tocantins no âmbito da UFT/*Campus* Miracema, conhecendo qual é a política inclusiva que promove acolhimento, acompanhamento e proporciona a permanência com qualidade desse estudantes até o término do seu curso.

A pesquisa pretendeu conhecer ainda, as ações desenvolvidas no *Campus* e a sua eficácia, no sentido de “incluir” o estudante indígena no contexto universitário, de maneira a abordar problemas e benefícios da implantação do sistema de cotas, fornecendo uma visão crítica voltada para a necessidade de se pensar políticas públicas para segmentos sociais em suas especificidades étnicas.

Para tanto, o espaço selecionado para a pesquisa foi a UFT, estudando um caso específico no universo multicampi da instituição, o *Campus* universitário de Miracema, com o objetivo de perceber se as políticas aí implementadas destinadas aos indígenas oferecem real possibilidade de acesso, ingresso e permanência de forma diferenciada e se viabilizam a permanência desse alunado nos cursos regulares oferecidos pelo *Campus* até a sua conclusão com qualidade.

Resolvemos fases, porém, uma síntese, enfocando os dados de acesso à formatura de acadêmicos indígenas que ingressaram nos cursos de Pedagogia e Serviço Social do referido *Campus*, considerando os vestibulares realizados nos cinco últimos anos. Dessa forma, eis os resultados alcançados no *Campus*.

* O *Campus* em seu primeiro processo seletivo - 2005, ofereceu 80 vagas, sendo 76 pelo sistema universal e quatro vagas pelo sistema de cotas, se inscrevendo no referido certame sete indígenas, resultando em um indígena aprovado – “Antonio Samuru Xerente”, o que revela um déficit de ingresso correspondente a, 85,71% do total de inscrições registradas. O indígena aprovado até o momento da pesquisa se encontrava regularmente matriculado, no

9º período de Pedagogia, turno noturno, o que caracteriza a sua permanência. Não consta em registro da Secretaria acadêmica para o referido ano nenhuma formatura de indígena.

* Com relação a 2006, quantidade de vagas oferecidas pela UFT no referido *Campus*, pôde-se verificar que, das 80 vagas disponibilizadas, quatro delas foram para cotas, no entanto, constatou-se o ingresso de apenas uma indígena, matriculado no segundo semestre – Pedro Xerente”, e se inscreveram para o curso de Pedagogia no referido certame seis indígenas.

Percebemos um decréscimo no número de inscritos no *Campus*, passando de sete em 2005 para seis em 2006, o que pode significar um certo desinteresse por parte dos indígenas em relação ao curso de Pedagogia, único do *Campus*, até então. Para este vestibular, no *Campus*, o déficit de ingresso em relação ao número de inscritos correspondeu a 83,33% do total de inscrições registradas. O indígena aprovado é aluno regular, cursa o 9º período de Pedagogia. Não consta em registro da Secretaria acadêmica para o referido ano nenhuma formatura de indígena.

Um dado instigante é que o número de indígenas inscritos em 2006 em todos os *campi* da UFT é menor do que os candidatos de 2005, ou seja 117 em 2005, contra 60 em 2006. A universidade como um todo contabilizou 16 indígenas aprovados nos dois últimos anos. Dessa forma, o número de inscritos de 2005 para 2006 caiu consideravelmente cerca de 51,28% em toda a universidade.

* Com relação a 2007, no que se refere ao número de inscritos no vestibular, verificou-se que 121 indígenas concorreram a 108 vagas da universidade. Em Miracema, foram disponibilizadas seis vagas, e foi o certame que apresentou o maior número de inscrições de candidatos indígenas, 19 indígenas ao todo, para os dois cursos do *Campus*. Foi em 2007 que o curso de Serviço Social foi implantado. Nele foram aprovados seis indígenas, sendo: Pedagogia – “Domingos Waikrurê Xerente, Fernando Kbasdimêkwa Brito de Souza, Sílvia Letícia Gomes da Silva Xerente e Lenivaldo Srãpte Xerente”. Serviço Social – “Carlos Augusto Wahenne Xerente e Vilmar da Mata de Brito Xerente”.

Embora tenha sido 2007 o vestibular que mais aprovou, dos quatro alunos matriculados em Pedagogia, no momento da pesquisa em 2009/1, verificamos a desistência de dois estudantes – Domingos Waikrurê Xerente e Fernando Kbasdimêkwa Brito de Souza. Os demais alunos permanecem matriculados, conforme relatório de matrícula da Secretaria acadêmica do *Campus*. Ainda de acordo com o relatório, não houve formatura de indígena para o ano de 2007.

Na universidade como um todo, o crescimento no número de inscritos vem variando ao longo dos anos, cabendo destacar o ano de 2006, quando ocorreu uma queda vertiginosa – 60 inscritos em toda a UFT; em 2005, foram registradas 117 inscrições contra 121 em 2007.

Ressaltamos que esse número de inscrições registrado no último ano pode ser pequeno, se considerado o total de cursos existentes em 2005 para os criados em 2007, passando respectivamente de 25 para 29, dentre eles o curso de Serviço Social no *Campus* de Miracema.

* Quanto ao número de admitidos em 2008, pôde-se verificar que se inscreveram no referido certame 97 candidatos em toda a UFT. No *Campus* de Miracema foi registrado 16 inscrições, destes foram aprovados quatro indígenas, quais sejam: Serviço Social – “Alexandre Chapazane Xerentee, Valteir Tpêkru Xerente, em Pedagogia: Kleber Wairurã Barbosa Lima Xerente”.

Para este vestibular, no *Campus*, o deficit de ingresso em relação ao número de vagas correspondeu a 33,33% do total de vagas preenchidas. Em 2009, no momento da pesquisa, verificamos a desistência do estudante Valteir Tpêkru Xerente. Os demais alunos permanecem matriculados conforme relatório de matrícula da Secretaria acadêmica do *Campus*. Ainda de acordo com o relatório, não houve formando de indígena para o ano de 2008.

* Já em 2009, 78 vagas foram ofertadas pela UFT nos sete *campi*, a maior oferta até então. Verificamos, no entanto, que 105 indígenas se inscreveram no referido vestibular, dos quais 13 se inscreveram para concorrer a quatro vagas nos cursos de Pedagogia e Serviço Social no *Campus* de Miracema, sendo aprovados, respectivamente, “Elizângela Smikadi P. Brito Xerente e para o último, Kleber Wairurã Barbosa Lima Xerente e Valdete Brupahi Xerente”.

Nesse certame, considerando os dados do *Campus* de Miracema, o deficit de ingresso foi de 25% em relação ao número de vagas. Os indígenas aprovados, até o momento da pesquisa, se encontravam regularmente matriculados, no entanto não constava registrado na Secretaria do *Campus* para este ano, indígena em fase de conclusão de curso.

Um dado a ser destacado refere-se à desistência do acadêmico Kleber Wairurã Barbosa Lima Xerente do curso de Pedagogia, no primeiro semestre de 2009, sendo aprovado no vestibular do mesmo ano para o curso de Serviço Social, iniciando as suas atividades logo no início do semestre seguinte. Não consta em registro da Secretaria acadêmica para o referido ano nenhuma formatura de indígena.

Considerando os dados quantitativos de acesso, ingresso e permanência dos indígenas matriculados no *Campus* de Miracema no período de 2005 a 2009, notamos um aumento no número de vagas correspondente a 33,33% passando de quatro vagas em 2005 para seis vagas em 2009. Já no número de ingresso em relação às vagas, o aumento variou negativamente em torno de 25%, ou seja, em 2005 das quatro vagas disponíveis apenas uma foi preenchida; considerando 2009 das quatro vagas ofertadas somente três foram preenchidas. O número de indígenas inscritos de 2005 a 2009 passou respectivamente de sete para 13, um aumento de aproximadamente 90%, considerando que em 2005 e 2009 foram ofertadas quatro vagas no referido *Campus*.

Por meio dessas análises, é possível concluir que a UFT ampliou o acesso ao ensino superior no sentido em que permitiu que um maior número de estudantes pudesse ingressar e cursar o ensino superior. Podemos verificar que, embora os números de vagas e de inscritos viessem aumentando ao longo dos anos, o número de ingressos, mesmo assim, ainda não preenchia as vagas ofertadas. Desse modo, dos 14 indígenas que ingressaram no *Campus* de Miracema no período de 2005 a 2009, três desistiram por motivos desconhecidos e um deles mudou de Pedagogia para Serviço Social, por não se identificar com o referido curso. Observamos, ainda, que, no *Campus*, não há o registro de nenhum indígena formado admitido pelo sistema de cotas. Presume-se, então, que o número de reprovações, conforme dados apresentados anteriormente, possa ter contribuído para este resultado. Propomos, no entanto, uma política efetiva de permanência que possa assegurar aos estudantes da UFT/*Campus* de Miracema o acesso, ingresso e conclusão de curso, por meio de ações como: construção de uma casa de apoio ao indígena, restaurante universitário, disponibilização de recursos para locomoção dos estudantes da aldeia à universidade, parceria com as escolas de educação básica, promovendo cursos de capacitação para professores indígenas, capacitação para professores universitários relacionados às questões indígenas, revisão de currículo, dentre outros. É partindo dessas questões e inquietações que apresentamos a pertinência e a relevância da pesquisa proposta.

4.11 Distintas percepções dos estudantes, gestores e professores do acesso, ingresso e a permanência

Dentre os aspectos considerados mais importantes e que justificam essa pesquisa do ponto de vista acadêmico-científico, destaca-se o fato de que os dados de pesquisas demonstraram, de forma contundente, que as categorias de análise, acesso, ingresso e

permanência no contexto da Universidade Federal do Tocantins, visando à democratização do ensino superior, devem ser aprofundadas.

Como resultado da pesquisa na visão dos sujeitos envolvidos, estudantes, gestores e professores o Programa Política de Cotas da UFT, implementado na universidade em 2004 e destinado aos indígenas, ampliou significativamente a demanda dos povos indígenas pelo acesso/ingresso na educação superior. Analisando as ações desenvolvidas e os mecanismos de ingresso desses estudantes indígenas por meio de oferta das cotas no *Campus* universitário de Miracema, foi possível evidenciar, na visão dos pesquisados, que o ingresso de indígenas na universidade tem de estar apoiado por projetos de permanência, que incidam tanto nas condições materiais desses estudantes para permanecerem na cidade distante de seu locus, quanto no acompanhamento pedagógico que garanta sucesso na aprendizagem e alcance dos objetivos de vivenciar um percurso acadêmico que fortaleça os vínculos desse estudante com sua comunidade.

Dessa forma, um dos pontos de convergência constatado na investigação, na óptica dos pesquisados, refere-se à importância da implementação da referida política para a universidade, evidentemente em grau maior para os indígenas, em especial, os Xerentes. Para tanto, o nível de envolvimento, embora não apresentado claramente pelos entrevistados, foi verificado por nós, pois não há no *Campus* o necessário diálogo entre os agentes, não se sabendo determinar em que grau de envolvimento ocorre.

Partindo dessas questões e inquietações, entretanto, que se apresentaram no decorrer da pesquisa, a reflexão feita a título de sugestão aponta no sentido de que a Política de Cotas implementada na UFT *Campus* Miracema, para que tenha pertinência e relevância de suas ações, precisa de um maior envolvimento da comunidade acadêmica, de um ambiente plural de discussão continuada.

Assim, não basta apenas democratizar o acesso ao ensino superior, pois é necessário, porém, permitir ao estudante indígena mecanismos que contribuam para a superação de suas carências, possibilitando condições de ingresso ao ensino superior e, principalmente, nele se manter.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo dessa pesquisa avaliativa foi analisar como se deu o processo de implementação e os primeiros resultados da política de cotas da UFT, mais especificamente no Campus de Miracema, a partir das percepções dos sujeitos envolvidos, estudantes indígenas, gestores, coordenadores e professores – sobre o programa de cotas no tocante ao acesso, ingresso e permanência de indígenas da etnia Xerente no ensino superior nos cursos de Pedagogia e Serviço Social no período de 2005 a 2009.

Com isso, verificamos de que forma os indígenas tiveram acesso à universidade. Seu ingresso e permanência e, em última análise, compreendendo as possibilidades de seu acesso, visando à democratização do ensino. No decorrer do estudo, buscou-se identificar e propor algumas repostas eficazes, para efetivar a universidade que os povos indígenas reivindicam através de suas manifestações para uma educação diferenciada e de qualidade. Concluímos que essas políticas de ação afirmativa voltadas, para esses povos, fazem surgir desafios para a universidade na questão da democratização.

Nesse estudo, com base em pesquisa bibliográfica apresentamos uma abordagem conceitual sobre políticas Sociais, como elas são inseridas na agenda governamental e como são avaliadas. Buscamos também aprofundar o debate sobre os conceitos, e concepções relacionadas à avaliação de políticas públicas, tratando das suas implicações e impactos nos programas sociais, viabilizando o entendimento sobre a avaliação da Política de cotas da UFT/Campus Miracema.

Do exposto, compreendemos que a educação para os indígenas na UFT, ainda, é um direito em construção, as formas de ingresso se dá pelo processo seletivo classificatório, o vestibular. A crítica que se faz, diz respeito à disponibilidade de vagas que desigualmente posto ao estudante de etnia indígena oriundo de escola pública e que na grande maioria cursou toda a educação básica em escolas localizadas em suas aldeias. O percentual de 5% das vagas destinados aos indígenas com base em alguns depoimentos assevera a inquietude daqueles que acreditam ser insuficiente para o acesso a universidade e ainda se levado em consideração que esse acesso é universal, possibilitando aos indígenas de todo país o ingresso aos cursos superiores da UFT, que muitas vezes tiveram melhores oportunidades de ensino o que já seriam uma vantagem frente aqueles que constituem a população indígena local.

Diante do falso universalismo, que não comprova aptidão e seleciona, sobretudo, os que têm maior chance material, o baixo número de vagas disponíveis, não encerra a questão: o que se constatou é que para a expansão do Ensino Superior na UFT, é indispensável, uma

avaliação da política, que enfoque, especificamente, além de outros fatores, para além da ampliação no número de vagas, outros que se referem à sua permanência, tais como, construção de restaurante e residência universitária em todos os Campi, recursos para sua locomoção da aldeia a universidade, dentre outros apontados nesta dissertação.

Por outro lado, devemos ressaltar, nesta avaliação, a relevância das políticas de cotas, observando que, no caso do Tocantins, a proposta de tais políticas surgiu a partir dos interesses e das reivindicações dos povos indígenas ali residentes. Muito embora, como vimos, nos vários depoimentos que coletamos, tais iniciativas não correspondem na sua totalidade aos anseios dos estudantes que ali se encontram matriculados em todos os campi da universidade. Apesar disso, a referida política é atribuída pelos indígenas como conquista, conforme relato de alguns estudantes, considerando que, desde a implantação da política de cotas na UFT, em 2005, alguns avanços institucionais foram significativos, como: a criação do Programa de Monitoria Indígena (PIMI); a criação do Grupo de trabalho Indígena (GTI); e a ampliação da oferta de bolsas do Programa Bolsa Permanência, que beneficiou estudantes, inclusive indígenas.

Em específico, ações como o Programa Bolsa Permanência, o PIMI, foram fundamentais. O Programa Bolsa Permanência tem subsidiado financeiramente os estudantes indígenas, muito embora o valor de R\$ 372,00 segundo alguns relatos não tenha sido suficiente para atender suas necessidades básicas como transporte, alimentação, aquisição de material escolar, dentre outros.

Entretanto o PIMI, no campus foi considerado um programa de grande relevância pelos participantes da pesquisa, a participação de um indígena na função de monitor tem sido muito importante para os demais, haja vista a interlocução deste entre alunos e demais sujeitos tem sido facilitada por esse estudante. Destaca-se no campus que as ações correspondentes ao PIMI, pode ter sido comprometidas pela falta de transporte e apoio aos estudantes na cidade, uma vez que os encontros e as atividades do programa são mais intensos no contra turno das aulas. Pode ser considerado desfavoravelmente também ao programa a falta de espaço físico para o desenvolvimento das atividades do PIMI no Campus.

Mas, de acordo a pesquisa, sobretudo a realizada com a comunidade acadêmica e os próprios estudantes Xerentes, no Campus de Miracema, a UFT precisa efetivar ações que possam garantir, com qualidade, a permanência dos estudantes indígenas na instituição. Constatou-se, por meio da pesquisa, que existe, na universidade, resistências e preconceitos da parte de estudantes, e professores em relação à presença dos estudantes indígenas na UFT,

mais especificamente no campus, o que pode levar, pela uma ausência de diálogo entre os sujeitos, o desinteresse pelo estudo e por consequência disso, a evasão.

Considerando que, dos 14 alunos ingressantes no Campus de Miracema até o momento da pesquisa, verificou-se a desistência de 03 alunos, sendo 02 do curso de Pedagogia e 01 de Serviço Social, permanecendo 11 alunos em ambos os cursos. Dessa forma, como conclusão mais geral, verificou-se que a política de cotas para indígenas na UFT/Campus de Miracema garante o acesso aos indígenas, e foram constatadas algumas poucas ações de permanência. De concreto não se viu, uma política planejada de acesso e permanência dos indígenas na instituição, que conduza a um bom desempenho acadêmico e consequentemente a sua formação com qualidade. Além do que, embora não abordado extensamente neste trabalho, as ações não levaram em consideração que povos indígenas possuem suas particularidades regionais, diferenças culturais e formas coletivas de organização.

Ao que parece a implementação da política de cotas na UFT, foi pressionada, com base, no que se viu em documentos analisados, pelos povos indígenas, deixando claramente que o momento de sua criação na UFT não foi suficientemente planejado, com ações integradas institucionais de acesso, ingresso e permanência.

Assim sendo, o acesso e o ingresso de indígenas a Universidade Federal do Tocantins/ Campus de Miracema, no formato que se encontra a política de cotas não assegura, em última instância, a democratização do ensino, fazendo-se necessário que se implemente uma política efetiva de permanência na universidade que possa garantir e ampliar as possibilidades de um desempenho acadêmico satisfatório, para que os cotistas não sejam obrigados a abandonar seus estudos, implementando-se, assim, ações de assistência estudantil que atendam às necessidades dos estudantes, além de medidas de avaliação direcionadas ao acompanhamento pedagógico desse aluno, incentivando a pesquisa e à participação em eventos que contribua com a sua formação.

Assim sendo, esta pesquisa avaliativa permite indicar que a universidade, como instituição pública, necessita iniciar uma discussão mais ampliada sobre o acesso das minorias, que se encaminhe para incluir, institucionalmente, no debate acadêmico, uma política acerca da diferença, como pressuposto para ampliar o próprio debate sobre as políticas públicas de democratização da educação superior no país. O que se espera é que o acesso à educação superior de qualidade, de fato, seja universal, atendendo aos interesses coletivos de uma sociedade democrática e plural.

REFERÊNCIAS

ALA-HARJA, Marjukka; HELGASON, Sigurdur. Em direção às melhores práticas de avaliação. **Revista do Serviço Público**, Brasília, ano 51, n. 4, out./dez., 2000.

ARRETCHE, Marta T. S.; BRANT, Maria do C. Tendências no estudo sobre avaliação. In: RICO, Elizabeth Melo (Org.). **Avaliação de política sociais: uma questão em debate**. São Paulo: Cortez, 2006.

BAPTISTA, Myrian Veras. **Planejamento social: intencionalidade e instrumentação**. São Paulo: Veras, 2000.

BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002.

BOTERF, Guy Lê. Propostas e reflexões metodológicas. In: _____. BRANDÃO, Carlos, Rodrigues (Org.). **Repensando a pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 51-81.

BRANDÃO, C. F. **As cotas na universidade brasileira: será esse o caminho?** Campinas: Autores Associados, 2005.

BRASIL. **Anteprojeto de Lei**. Estabelece normas gerais da educação superior, regula a educação superior no sistema federal de ensino e dá outras providências. Brasília: Ministério da Educação, 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/reforma2_300505.pdf?FlagNoticias=1>. Acesso em: 5 dez. 2009.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 1 maio 2011.

BRASIL. **Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007**: institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. 2007a. Disponível em: <<http://200.156.25.73/reuni/D6096.html>>. Acesso em: 16 abr. 2011.

BRASIL. **Lei nº 9394/96**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, 23 dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Superior 2008**. 2009. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/superior/censosuperior>>. Acesso em: 04 jul. 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96)**. Brasília, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007:** Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. 2007b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria_pnaes.pdf>. Acesso em: 1 ago. 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programas e ações.** 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=290&Itemid=816> Acesso em: 23 jun. 2011.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação – PNE.** 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/pne.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2008.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 3627, de 2004.** Institui Sistema Especial de Reserva de Vagas para estudantes egressos de escolas públicas, em especial negros e indígenas, nas instituições públicas federais de educação superior e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados – Comissão de Direitos Humanos e Minorias, 2004. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/228983.pdf>>. Acesso em: 5 dez. 2009.

CARNEIRO, Sueli. Movimento negro no Brasil: novos e velhos desafios. **Caderno CRH,** Salvador, n. 36, p. 69-215, jan./jun. 2002.

CARTA dos povos indígenas Karajá, Javaé, Xambioá, Apinajé e Xerente para a Universidade Federal do Tocantins - UFT. Tocantinópolis: UFT, 2003.

CARTA ofício: CARTA/Of/S/N/2004. Solicita à UFT isenção da taxa de inscrição do vestibular para estudantes indígenas. Palmas, 2004.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social:** uma crônica do salário. Tradução Iraci D. Poletti. Petrópolis: Vozes, 1998.

CHAUÍ, Marilena. **Escritos sobre a universidade.** São Paulo: Editora Unesp, 2006.

CHIANCA, T. **Desenvolvendo a cultura de avaliação em organizações da sociedade civil.** São Paulo: Global, 2001.

COHEN, E.; FRANCO, R. **Avaliação de projetos sociais.** Petrópolis: Vozes, 2008.

COHEN, Ernesto; FRANCO, Rolando. **Avaliação de projetos sociais.** Petrópolis: Vozes, 2004.

COSTA, Frederico L.; CASTANHAR, José C. Avaliação de Programas Públicos: desafios conceituais e metodológicos. **Revista de Administração Pública,** Rio de Janeiro, v. 37, n. 5, p. 969-992, set./out., 2003.

COTTA, Tereza C. Metodologias de avaliação de programas e projetos sociais: análise de resultados e de impacto. **Revista do Serviço Público,** Brasília, ano 49, n. 2, p. 105-126, abr./jun. 1998.

D'ADESKY, J. **Pluralismo étnico e multiculturalismo:** racismos e anti-racismos no Brasil. Rio de Janeiro: Pallas, 2001.

FARIAS, A. T. P. **Fluxos sociais xerente**: organização social e dinâmica nas relações entre aldeias. 1990. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990.

FIGUEIREDO, Marcus Faria; FIGUEIREDO, Argelina Maria Cheibub. **Avaliação política e avaliação de políticas**: um quadro de referência teórica. São Paulo: IDESP, 1986.

FREYRE, G. **Casa grande & senzala**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1966.

FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE. **Funasa/Dise/TO**. Brasília, 2010.

GARCIA, Ronaldo C. **Avaliação de ações governamentais**: pontos para um começo de conversa. Brasília: IPEA/CENDEC, 1997.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999

HERINGER, Rosana. Ação afirmativa e promoção de igualdade racial no Brasil: o desafio da prática”. *In*: PAIVA, Angela Randolpho (Org.). **Ação afirmativa na universidade**: reflexão sobre experiências concretas Brasil-Estados Unidos. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2004. p. 55-86.

HOLANDA, N. **Avaliação de programas**: conceitos básicos sobre a avaliação “Ex post” de programas e projetos. Fortaleza: ABC, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio**: síntese dos indicadores sociais 2005. 2005. Disponível em: <ftp://ibge.gov.br/indicadores_sociais/sintese_de_indicadores_sociais_2005/Tabelas/>. Acesso em: 25 jul. 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2007**. 2007. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 5 dez. 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2010**. 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 11 jul. 2011.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse da Educação Superior**. Brasília, 2009. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse>. Acesso em: 5 dez. 2010.

JANNUZZI, Paulo de M. **Indicadores sociais no Brasil**: conceitos, fontes de dados e aplicações. 2. ed. Campinas: Alínea, 2003.

KRIEGER, W. B., KRIEGER, G. C. (Org.). **Dicionário escolar**: Xerente – Português/Português-Xerente. Rio de Janeiro: Junta de Missões Nacionais da Convenção Batista Brasileira, 1994.

LOPES, Marília de Fátima Marques; ARAÚJO, Rosemary Negreiros de. **Sistema de cotas da UFT: inclusão e permanência dos alunos indígenas xerente no Campus de Miracema do Tocantins.** Miracema do Tocantins: UFT, 2010. 26 p.

MARTINS, J. S. Cota para negros na universidade. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 25 maio 2003, Opinião, p. 3.

MELO, Elisângela Aparecida Pereira de. **Investigação etnomatemática em contextos indígenas: caminhos para a reorientação da prática pedagógica.** 2007. 167f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.

MICHELOTTO, Regina Maria; MAIA, Maria Zoreide Britto; ZAINKO, Maria Amélia Sabbag. Educação superior no Tocantins: 1991-2004. *In: INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Educação superior brasileira: 1991-2004.* Brasília, 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; ASSIS, Simone Gonçalves de; SOUZA, Edinilza Ramos de (Org.). **Avaliação por triangulação de métodos: abordagem de programas sociais.** Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.

MOEHLECKE, S. Ação afirmativa no ensino superior: entre a excelência e a justiça racial. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 88, p. 757-776, out. 2004. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 7 dez. 2009.

MOI, F. P. **Os xerentes: um enfoque etnoarqueológico.** São Paulo: Annablume, 2007.

OLIVEIRA, João Ferreira de; MOROSINI, Marília. Educação Superior no Brasil – 10 anos pós-LDB. *In: BITTAR, Mariluce; OLIVEIRA, João Ferreira de; MOROSINI, Marília (Org.). Educação superior no Brasil: 10 anos pós-LDB.* Brasília: INEP, 2008.

PINTO, Paulo Gabriel. Ação afirmativa, fronteiras raciais e identidade acadêmicas: uma etnografia das cotas para negros na UERJ. *In: FERES, João; ZONINSEIN, Jonas (Org.). Ação afirmativa e universidade: experiências nacionais comparadas.* Brasília: Ed. UnB, 2006. p.136-166.

ROZAS, Luiza Barros. **Cotas para negros na universidade pública e a sua inserção na realidade jurídica brasileira: por uma compreensão epistemológica do princípio constitucional da igualdade.** 2009. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

SARMENTO, Daniel. A igualdade étnico-racial no direito constitucional brasileiro: discriminação 'de facto', teoria do impacto desproporcional e ação afirmativa. *In: CAMARGO, Marcelo Novelino (Org.). Leituras complementares de direito constitucional: direitos fundamentais.* Salvador: JusPODIVM, 2006. p.125.

SILVA, C. da. Geração XXI: O início das ações afirmativas em educação para jovens negros/as. *In: GOMES, N. L.; MARTINS, A. A. (Org.). Afirmando direitos: acesso e permanência de jovens negros na universidade.* Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p. 119-133.

SILVA, Jailson de Sousa e; BARBOSA, Jorge Luiz; SOUSA, Ana Inês (Org.). **Desigualdade e diferença na universidade**: gênero, etnia e grupos sociais populares. Rio de Janeiro: UFRJ, Pró-Reitoria de Extensão, 2006. 144p.

SILVA, Pedro L. B.; COSTA, Nilson R. **A avaliação de programas público**: reflexões sobre a experiência brasileira. Relatório Técnico. Cooperação Técnica BID-IPEA. Brasília: IPEA, 2002.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 20-45. Jul./dez. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S151745222006000200003&script=sci_pdf&tlng=pt>. Acesso em: 8 jul. 2011.

TOCANTINS. Secretaria de Educação. **Povos indígenas**. 2010b. Disponível em: <<http://www.to.gov.br>>. Acesso em: 3 mar. 2011.

TOLEDO, Cleber. Xerente: povo se adaptou e hoje também se dedica ao comércio. **Viver Tocantins**, Palmas, n. 21, abr. 2007. Disponível em: <<http://www.clebertoledo.blog.br/revista/viver-tocantins/21/523/xerente-povo-se-adaptou-e-hoje-tambem-se-dedica-ao-comercio/index.html>>. Acesso em: 5 dez. 2009.

UNITED STATES. General Accounting Office. **The results act**: an evaluator's guide to assessing agency annual performance plans. GAO/GGD-10.1.20. Washington, 1998.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Catálogo de cursos da Universidade Federal do Tocantins**, 2010a. Disponível em: <<http://www.uft.edu.br>>. Acesso em: 24 jul. 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Edital 023/2010**: de 17 de setembro de 2010. Palmas, 2010b. Disponível em: <<http://www.uft.edu.br>>. Acesso em: 16 nov. 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Edital nº. 02 de 15/06/2009**: Abertura das inscrições para a seleção de candidatos e de projetos ao Programa Bolsa Permanência. Palmas, 2009a.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Ingresso de alunos indígenas na UFT em 2005 e 2006**. Belém, 2007c. Disponível em: <<http://www.forgrad.com.br/arquivo/UFT.ppt>>. Acesso em: 23 jun. 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Levantamento sócio-econômico dos alunos indígenas da UFT**. 2007b. Disponível em: <<http://www.uft.edu.br>>. Acesso em: 22 ago. 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Levantamento socioeconômico, cultural e étnico-racial dos acadêmicos**. Palmas, 2004. Disponível em: <http://www.site.uft.edu.br/component/option,com_docman/Itemid,0/task,doc_details/gid,231>. Acesso em: 14 nov. 2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Levantamento Socioeconômico, cultural e étnico racial dos acadêmicos**. 2009b. Disponível em: <<http://www.uft.edu.br>>. Acesso em: 20 ago. 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Planejamento Estratégico da Universidade Federal do Tocantins (2006-2010)**. 2006a. Disponível em: <<http://www.uft.edu.br>>. Acesso em: 11 ago. 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI**. 2007. Disponível em: <<http://www.uft.edu.br>>. Acesso em: 26 ago. 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Plano de trabalho da Diretoria de Assuntos Estudantis**. Tocantins, 2004.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Projeto de expansão e reestruturação da UFT**. Palmas, 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Projeto de expansão e reestruturação da Universidade Federal do Tocantins**. Palmas, 2009c. Disponível em: <<http://www.uft.edu.br/reuni/>>. Acesso em: 16 jun. 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Relatório das atividades da Comissão Especial para a Promoção de Políticas de Igualdade Racial na UFT**. Palmas, 2005. Disponível em: <<http://www.site.uft.edu.br>>. Acesso em: 13 ago. 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Relatório de Gestão 2004-2009**. 2009. Disponível em: <<http://www.uft.edu.br>>. Acesso em: 10 jul. 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Relatório final de atividades de monitoria indígena**. Miracema do Tocantins, 2008b.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Relatório Final do I Fórum de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura da UFT – Fepec**. Palmas, 2006b. Disponível em: <<http://www.uft.edu.br>>. Acesso em: 26 ago. 2011.

TOCANTINS. Governo do Estado. **[Reservas indígenas do Estado do Tocantins]**. 2010c. Disponível em: <<http://www.to.goc.br>>. Acesso em: 3 mar. 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Resolução Consepe Nº 002/2009**. Dispõe sobre a participação da UFT na proposta do novo processo seletivo. Palmas, 2009. Disponível em: <<http://www.uft.edu.br>>. Acesso em: 10 jul. 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Resolução Consepe nº 3A/2004**. Aprova a implantação do sistema de cotas para estudantes indígenas no vestibular da Universidade Federal do Tocantins – UFT. Palmas, 2004. Disponível em: <<http://www.uft.edu.br>>. Acesso em: 6 jul. 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Resolução do Consepe nº 20/2007**: Dispõe sobre as normas para o Programa de Monitoria Indígena (PIMI) no âmbito da

Universidade Federal do Tocantins. 2007d. Disponível em: <<http://www.uft.edu.br>>. Acesso em: 29 ago. 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Resolução do Conselho Universitário Nº 09/2006**: Institui o Programa Bolsa de Permanência Acadêmica da UFT e dá outras providências. Palmas, 2006c. Disponível em:< <http://www.uft.edu.br>>. Acesso em: 26 ago. 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Resolução nº 12/2010, de 4 de agosto de 2010**. 2010d. Disponível em: <<http://www.uft.edu.br>>. Acesso em: 16 nov. 2010

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. Secretaria acadêmica. [**Dados da Secretaria**]. Miracema do Tocantins, 2010e.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Sistema de informação educacional para o ensino**. 2010f. Disponível em: <<http://www.uft.edu.br>>. Acesso em: 16 nov. 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **UFT em números 2009**. 2009. Disponível em: <<http://www.uft.edu.br>>. Acesso em: 16 nov. 2010.

WIKIPÉDIA. **Miracema do Tocantins**. 2010. Disponível em:<http://pt.wikipedia.org/wiki/Miracema_do_Tocantins>. Acesso em: 26 ago. 2011.

XERENTE, P. W. **Gestão Escolar na Terra Indígena Xerente**. 2001. Monografia (Graduação em Administração de Empresas) – UNITINS, Miracema do Tocantins, 2001.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2005.

ZONINSEIN, J. Minorias étnicas e a economia política do desenvolvimento: um novo papel para as universidades públicas como gerenciadores da ação afirmativa no Brasil? **Econômica**, v.6, n.1, Rio de Janeiro, jun. 2004.

APÊNDICES

APÊNDICE A – ENTREVISTAS

ROTEIRO DE ENTREVISTA A SER REALIZADA COM O GESTOR, COORDENADORES DOS CURSOS DE PEDAGOGIA E SERVIÇO SOCIAL DA UFT – CAMPUS MIRACEMA

1. Qual a sua concepção em relação à política de cotas implementada na UFT – Campus Miracema?
2. Como você observa a aceitação do sistema de cotas para indígenas por parte da comunidade acadêmica?
3. Qual a sua visão da instituição no que se refere à Política de Cotas na universidade?
4. Quais as contribuições da Política para a permanência dos estudantes indígenas na instituição?
5. Comente sobre as ações executadas no Campus para o acesso, permanência e desempenho dos estudantes indígenas a partir das cotas na universidade.
6. Quais desafios são enfrentados pela atual gestão na execução das ações destinadas a estudantes indígenas?
7. Você percebe se há alguma forma de discriminação na UFT, particularmente no Campus de Miracema, para com os estudantes? Em caso afirmativo, como? Em que circunstâncias?
8. Como você avalia o mercado de trabalho para os indígenas, formados na UFT –Campus Miracema?
9. Em relação ao futuro da referida Política, quais perspectivas você considera fundamentais para que o Campus possa desenvolver outras formas de ações afirmativas?
10. Você teria a fazer outras considerações que julga importantes?

Obrigado pela colaboração!

**ROTEIRO DE ENTREVISTA A SER REALIZADA COM A REPRESENTANTE DA
UFT – CAMPUS PALMAS**

1. Qual a sua concepção em relação à política de cotas implementada na UFT ?
2. Como você observa a aceitação do sistema de cotas para indígenas por parte da comunidade acadêmica?
3. Qual a sua visão da instituição no que se refere à Política de Cotas na universidade?
4. Quais as contribuições da Política para a permanência dos estudantes indígenas na instituição?
5. Comente sobre as ações executadas na UFT, para o acesso, ingresso e permanência e desempenho dos estudantes indígenas a partir das cotas na universidade.
6. Quais desafios são enfrentados pela atual gestão na execução das ações destinadas a estudantes indígenas?
7. Você percebe se há alguma forma de discriminação na UFT, para com os estudantes?
Em caso afirmativo, como? Em que circunstâncias?
8. Como você avalia o mercado de trabalho para os indígenas, formados na UFT ?
9. Em relação ao futuro da referida Política, quais perspectivas você considera fundamentais para que a universidade possa desenvolver outras formas de ações afirmativas?
10. Você teria a fazer outras considerações que julga importantes?

Obrigado pela contribuição!

ROTEIRO DE ENTREVISTA A SER REALIZADA COM OS PROFESSORES DOS CURSOS DE PEDAGOGIA E SERVIÇO SOCIAL DA UFT – CAMPUS MIRACEMA

01. Qual a sua concepção em relação à política de cotas implementada na UFT – Campus Miracema?
02. Como você observa a aceitação do sistema de cotas para indígenas por parte da comunidade acadêmica?
03. Qual a sua visão da instituição no que se refere à Política de Cotas na universidade?
04. Quais as contribuições da Política para a permanência dos estudantes indígenas na instituição?
05. Comente sobre as ações executadas no Campus para o acesso, permanência e desempenho dos estudantes indígenas a partir das cotas na universidade.
06. Quais desafios são enfrentados pela atual gestão na execução das ações destinadas a estudantes indígenas?
07. Você percebe se há alguma forma de discriminação na UFT, particularmente no Campus de Miracema, para com os estudantes? Em caso afirmativo, como? Em que circunstâncias?
08. Como você avalia o mercado de trabalho para os indígenas, formados na UFT –Campus Miracema?
09. Em relação ao futuro da referida Política, quais perspectivas você considera fundamentais para que o Campus possa desenvolver outras formas de ações afirmativas?
10. Você teria a fazer outras considerações que julga importantes?

ROTEIRO DE ENTREVISTA REALIZADA COM OS ESTUDANTES INDÍGENAS DO PROGRAMA POLÍTICA DE COTAS NA UFT – CAMPUS MIRACEMA

- 01 . Como foi a sua trajetória estudantil até a universidade;
- 02 . Quais foram as suas expectativas ao ingressar na UFT;
- 03 . Que benefícios você espera do programa Política de Cotas da UFT;
- 04 . O que espera da universidade para a sua permanência;
- 05 . Em sua opinião os professores tem contribuído para o desempenho do aluno cotista;
- 06 . Dificuldades encontradas enquanto cotista no dia a dia na universidade;
- 07 . Como se dá no espaço universitário as relações com colegas, professores e gestor da universidade;
- 08 . Quais prioridades você definiu para a sua permanência e conclusão do curso;
- 10 . Quanto ao curso escolhido tem correspondido as suas expectativas;
- 11 . Que recomendações você faria para o aperfeiçoamento da política de cotas na UFT;
- 11 . Outras considerações que você faria a respeito do programa.

Obrigado pela colaboração!

APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO

QUESTIONÁRIO A SER APLICADO AOS ESTUDANTES INDÍGENAS BENEFICIADOS PELA POLÍTICA DE COTAS MATRICULADOS NA UFT – CAMPUS MIRACEMA ENTRE 2005 e 2009

Valdier Pereira, aluno do Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas pela UFC.

Agradecemos em antemão pela disponibilidade em preencher este questionário.

Orientações de preenchimento:

1. O presente questionário contém três grupos de questões e é direcionado aos estudantes indígenas matriculados na UFT – Campus Miracema.
2. Caso o respondente não queira se identificar, no questionário haverá um espaço contendo um código de identificação, para uso exclusivo do pesquisador, de modo que, caso o pesquisador considere necessário, ele terá condições de escolher alguns respondentes para entrevista em momento posterior. Assim sendo, a investigação se apresenta mais imparcial, levando em conta que os participantes poderão participar mais tranquilamente do processo.
3. Algumas questões podem admitir mais de uma resposta. Nesse caso, haverá uma indicação de que mais de um item pode ser assinalado. Nas demais questões, espera-se que apenas um item seja escolhido.
4. Em algumas questões, está prevista a opção OUTRO. Nesse caso, o respondente deve especificar a sua resposta.
5. Algumas questões exigem respostas SIM ou NÃO e se desdobram em outras questões. Em várias questões, ainda, é solicitado ao respondente um detalhamento sobre sua resposta, que deve ser redigido no espaço apropriado. A folha em branco ao final do caderno servirá para outros esclarecimentos que o respondente julgar necessário.

O estudante indígena, que atualmente estuda na UFT – Campus Miracema, mora em aldeia?

() Sim () Não

Qual?

() Porteira () Funil () outra

A) PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS ESTUDANTES

I CARACTERÍSTICAS DO DOMICÍLIO

1 – Qual o tipo de moradia?

() Casa de alvenaria () Casa de palha () Oca () Outro.

Especificar: _____

2 – Qual a quantidade de cômodos existentes na moradia, excluindo corredores e áreas externas?

1 2 3 4 3 4

5 6 Acima de 6

3 – Quantos cômodos são utilizados pelos moradores como dormitórios?

1 2 3 4 Acima de 4

4 – Qual a forma de abastecimento de água utilizada na moradia?

Poço ou nascente

Outra.Especificar:_____

5 – Como chega a água utilizada nessa moradia?

Transporte em recipientes Canalizada

6 – Quantos banheiros existem na moradia (considerar banheiro o que contém, pelo menos, aparelho sanitário ou privada)?

0 1 2 3 4

Acima de 4

7 – Quantas pessoas residem atualmente nessa moradia?

0 1 2 3 4

Acima de 6

8 – Quantos celulares há na moradia?

0 1 2 3 4 5 6

Acima de 6

II IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO

1 – Sexo:

Masculino Feminino

2 – Idade:

Entre 15 e 20 anos Entre 21 e 30 anos

Entre 31 e 40 anos Acima de 40 anos

3 – Trabalha? () Sim () Não

4 – Se trabalha, para qual Órgão?

() Funai () Estado () Município

() Outro. Especificar: _____

4 – Qual a atividade desempenhada?

() Porteiro () Motorista () Serviços gerais

() Vigia () Professor(a)

() Outro. Especificar: _____

5 – Renda:

() Até R\$ 500,00 () Entre R\$ 600,00 e R\$ 1000,00

() Entre R\$ 1100,00 e R\$ 2000,00 () Acima de R\$ 2000,00

6 – Estado civil:

() Solteiro(a) () Casado(a) () Divorciado(a) () Viúvo(a) ()

() Separado(a) () Outro.

Especificar: _____

7 – Tempo (em anos) de casado:

() Entre 0 e 5 () Entre 5 e 10 () Entre 10 e 15

() Entre 15 e 20 () Mais de 20

8 - Nasceu em qual aldeia?

() Porteira () Funil () Tocantínia – sede

() Miracema – sede () Palmas () Lajeado

() Rio Sono () Outro.

Especificar: _____

9 – Tempo (em anos) de residência na aldeia:

() Entre 0 e 5 () Entre 5 e 10 () Entre 10 e 15

() Entre 15 e 20 () Mais de 20

10 – Quantos filhos tem?

0 1 2 3 4 5 6 Acima de 6

11 – Quantas pessoas na sua família sabem ler e escrever?

0 1 2 3 4 5 6 Acima de 6

12 – Em qual curso da UFT – Campus Miracema é matriculado?

Pedagogia Serviço Social

13 – Ano de ingresso:

2004 2005 2006 2007 2008 2009

14.1 – Quais as principais dificuldades encontradas para permanecer no curso em 2004?

14.2 – E em 2009?

15 – A distancia da sua residência até a universidade é de:

Até 10 km Entre 10 e 20 km Entre 20 e 30 km
 Entre 30 e 40 km Acima de 40 km

16.1 – Qual o meio de transporte utilizado para o seu deslocamento em 2004?

- Ônibus Carro próprio Carro da FUNAI
- Motocicleta Bicicleta
- Outro.

Especificar: _____

16.2 – E em 2009?

- Ônibus Carro próprio Carro da FUNAI
- Motocicleta Bicicleta
- Outro. Especificar: _____

17.1 – Qual o grau de satisfação quanto aos serviços de educação a que os estudantes neste Campus tiveram acesso em 2004?

- Alto Regular Baixo

17.2 – E em 2009?

- Alto Regular Baixo

B) QUALIDADE DE VIDA DOS ESTUDANTES EM SUA COMUNIDADE**I SAÚDE****1.1 – Qual a situação dos serviços de educação prestados aos residentes na sua aldeia 2004?**

- Ausência de posto de saúde Atendimento por agente de saúde
- Posto de saúde com serviços básicos (vacinação, primeiros socorros)
- Plano de saúde

1.2 – E em 2009?

- Ausência de posto de saúde Atendimento por agente de saúde
- Posto de saúde com serviços básicos (vacinação, primeiros socorros)
- Plano de saúde

2.1 – Qual o grau de satisfação quanto à estrutura de serviços de saúde a que você teve acesso em sua aldeia em 2004?

- Alto Regular Baixo

2.2 – E em 2009?

Alto Regular Baixo

3. Em sua opinião, o que é ter boas condições de vida? É quando se tem acesso a (enumere por ordem de prioridade):

Renda Luz e água tratada e encanada Moradia

Eletrodomésticos Alimentação Poupança

Escola Seguro de vida Atendimento médico e hospitalar

Transporte Outro.

Especificar: _____

4.1 – Em 2004, possuía conta-corrente?

Sim. Por quê? _____

Em que banco? _____

Não. Por quê? _____

4.2 – Atualmente, possui conta-corrente?

Sim. Por quê? _____

Em que banco? _____

Não. Por quê? _____

4.3 – Consegue guardar dinheiro para algum imprevisto?

Sim. Por quê? _____

Não. Por quê? _____

5. 1 – Acha que sua família vivia em boas condições em 2004?

Sim. Por quê? _____

() Não. Por quê? _____

5.2 – E atualmente?

() Sim. Por quê? _____

() Não. Por quê? _____

6.1 – Considerava-se feliz em 2004?

() Sim. Por quê? _____

() Não. Por quê? _____

6.2 – E atualmente?

() Sim. Por quê? _____

() Não. Por quê? _____

II EDUCAÇÃO

1.1 – Dentre os itens abaixo, qual a situação dos serviços de educação prestados aos residentes na sua aldeia 2004?

() Ausência de escolas

() Escola de Ensino Fundamental – 1º ao 5º ano

() Escola de Ensino Fundamental – 6º ao 9º ano

() Escola de Ensino Médio

1.2 – E em 2009?

- Ausência de escolas
- Escola de Ensino Fundamental – 1º ao 5º ano
- Escola de Ensino Fundamental – 6º ao 9º ano
- Escola de Ensino Médio

2. Qual o grau de satisfação quanto aos serviços de educação a que você tinha acesso em sua aldeia em 2004?

- Alto Regular Baixo

2.2 – E em 2009?

- Alto Regular Baixo

3 – Onde você concluiu o seu Ensino Fundamental?

- Na aldeia onde reside atualmente Em outra aldeia
- Na cidade

4 – Onde você concluiu o seu Ensino Médio?

- Na aldeia onde reside atualmente Em outra aldeia
- Na cidade

5 – Que fatores levaram você a escolher a UFT para fazer um curso superior?

- Proximidade de sua residência Ser uma instituição pública
- A implantação do Programa Política de Cotas
- Outro.

Especificar: _____

6 – Qual o grau de satisfação em relação ao seu curso?

- Alto Regular Baixo

III HABITAÇÃO**1. 1 – Qual o tipo de construção da moradia em 2004?**

- Casa de taipa Casa de tijolo Casa de tijolo rebocada

- Casa de tijolo, rebocada e com piso Casa de tijolo, forrada, rebocada e com piso
 Casa de palha Outro.

Especificar: _____

1.2 – E em 2009?

- Casa de taipa Casa de tijolo Casa de tijolo rebocada
 Casa de tijolo, rebocada e com piso Casa de tijolo, forrada, rebocada e com piso
 Casa de palha Outro.

Especificar: _____

2. Qual o tipo de energia utilizada em 2004?

- Lâmpião a querosene, lamparinas e/ou velas Lâmpião a gás
 Gerador elétrico e/ou bateria Energia elétrica

2.1 – E em 2009?

- Lâmpião a querosene, lamparinas e/ou velas Lâmpião a gás
 Gerador elétrico e/ou bateria Energia elétrica

3 – Qual o grau de satisfação quanto às suas condições de moradia em 2004?

- Alto Regular Baixo

3.1 – E em 2009?

- Alto Regular Baixo

IV CONDIÇÕES SANITÁRIAS

1 – Que tipo de água você tinha para beber em sua comunidade em 2004?

- Água sem tratamento
 Água com tratamento (filtrada, fervida ou com cloro)

1.1 – E em 2009?

- Água sem tratamento
 Água com tratamento (filtrada, fervida ou com cloro)

2 – Que tipo de água para outros usos domésticos era utilizado na moradia em 2004?

- () Água sem tratamento
 () Água com tratamento (filtrada, fervida ou com cloro)

2.1 – E em 2009?

- () Água sem tratamento
 () Água com tratamento (filtrada, fervida ou com cloro)

3 – Que destinação era dada ao lixo do seu domicílio em 2004?

- () Queimado na aldeia () Enterrado na aldeia
 () Jogado diretamente no solo (quintais, terrenos baldios ou logradouro públicos)
 () Jogado em rio ou lago () Outro.

Especificar: _____

3.1 – E em 2009

- () Queimado na aldeia () Enterrado na aldeia
 () Jogado diretamente no solo (quintais, terrenos baldios ou logradouro públicos)
 () Jogado em rio ou lago () Outro.

Especificar: _____

4 – Quanto às instalações sanitárias, em 2004, sua moradia tinha (nesta questão, mais de um item pode ser assinalado):

- () Água encanada () Cisterna ou caixa d'água
 () Banheiro com aparelho sanitário ou privada

4.1 – E em 2009?

- () Água encanada () Cisterna ou caixa d'água
 () Banheiro com aparelho sanitário ou privada

4.2 - O escoamento de aparelho sanitário ou privada, em 2004, era ligado a:

- () Fossa () Vala () Rio ou lago
 () Outro. Especificar: _____

4.3 – E em 2009?

Fossa Vala Rio ou lago

Outro. Especificar: _____

5 – Qual o grau de satisfação quanto às condições sanitárias na sua moradia?

Alto Regular Baixo

5.1 – E em 2009?

Alto Regular Baixo

V ACESSO A BENS DURÁVEIS**1 – Assinale os bens existentes na moradia:****em 2004**

- | | | |
|---|---|---|
| <input type="checkbox"/> Bicicleta | <input type="checkbox"/> Televisão | <input type="checkbox"/> Carro de passeio |
| <input type="checkbox"/> Rádio | <input type="checkbox"/> Som | <input type="checkbox"/> Caminhão |
| <input type="checkbox"/> Ferro de passar | <input type="checkbox"/> Geladeira | <input type="checkbox"/> Trator |
| <input type="checkbox"/> Fogão a gás | <input type="checkbox"/> Liquidificador | <input type="checkbox"/> Videocassete |
| <input type="checkbox"/> Máquina de costura | <input type="checkbox"/> Moto | <input type="checkbox"/> DVD player |
| | <input type="checkbox"/> Máquinas agrícolas | <input type="checkbox"/> Máquina de lavar roupa |

em 2009

- | | | |
|---|---|---|
| <input type="checkbox"/> Bicicleta | <input type="checkbox"/> Televisão | <input type="checkbox"/> Carro de passeio |
| <input type="checkbox"/> Rádio | <input type="checkbox"/> Som | <input type="checkbox"/> Caminhão |
| <input type="checkbox"/> Ferro de passar | <input type="checkbox"/> Geladeira | <input type="checkbox"/> Trator |
| <input type="checkbox"/> Fogão a gás | <input type="checkbox"/> Liquidificador | <input type="checkbox"/> Videocassete |
| <input type="checkbox"/> Máquina de costura | <input type="checkbox"/> Moto | <input type="checkbox"/> DVD player |
| | <input type="checkbox"/> Máquinas agrícolas | <input type="checkbox"/> Máquina de lavar roupa |

2 – Qual o grau de satisfação quanto aos tipos de bens duráveis utilizados pelos residentes de sua residência?

() Alto () Regular () Baixo

2.1 – E em 2009?

() Alto () Regular () Baixo

VI RECREAÇÃO E LAZER

1 – A que tipo de recreação e lazer você tinha acesso em sua aldeia em 2004?

() Somente acesso a campo de futebol

() Eventos culturais da aldeia

() Outro. Especificar: _____

1.1 – E em 2009?

() Somente acesso a campo de futebol

() Eventos culturais da aldeia

() Outro. Especificar: _____

2 – Qual seu grau de satisfação com relação ao acesso a recreação e lazer em 2004?

() Alto () Regular () Baixo

2.1 – E em 2009?

() Alto () Regular () Baixo

C) PARTICIPAÇÃO, CIDADANIA, UNIVERSIDADE E PROGRAMA POLÍTICA DE COTAS

1 – Participava de alguma associação em 2004?

() Sim. Qual? _____

Por quê? _____

() Não. Por quê? _____

1.1 – E atualmente?

() Sim. Qual? _____

Por quê? _____

() Não. Por quê? _____

2 – Ocupava cargo ou função em alguma associação em 2004?

() Sim. Qual? _____

() Não

2.1 – E atualmente?

() Sim. Qual? _____

() Não

3 – Conhece o Programa Política de Cotas da UFT?

() Sim. () Não

4 – Qual deve ser, na sua opinião, o papel do referido programa?

5 – Quando ouviu falar do Programa pela primeira vez?

() 2004 () 2005 () 2006 () 2007

() 2008 () 2009 () Não lembra

6 – Através de quem tomou conhecimento da existência do Programa?

() Diretor de Campus, Coordenador, Professor () Cacique

() Presidente da Associação dos Índios Xerente () FUNAI

Colegas de curso

Outro. Especificar: _____

7 – A informação sobre a existência do Programa ocorreu:

Na própria comunidade No sindicato

Na Universidade

Outro. Especificar: _____

8 – Lembra do que foi falado na conversa ou palestra informativa?

Para quem se destina o Programa

Qual o percentual de vagas para o ingresso

Condições de ingresso (gratuito, ou com taxa de vestibular, por exemplo)

Outras informações. Especificar: _____

9 – O atendimento dispensado pelo Diretor de Campus, Coordenador e demais servidores da UFT – Campus Miracema é considerado:

Ótimo Bom Regular Ruim Péssimo

Em qualquer caso, por quê? _____

10 – O atendimento dispensado pelos professores da UFT – Campus Miracema, inclusive a qualidade de suas aulas, é considerado:

Ótimo Bom Regular Ruim Péssimo

Em qualquer caso, por quê? _____

11 – O relacionamento com os colegas não-índios é considerado:

Ótimo Bom Regular Ruim Péssimo

Em qualquer caso, por quê? _____

12 – Na Universidade, você já foi vítima de racismo, discriminação ou coisas do tipo?

() Sim () Não

12.1 – Em caso positivo, por quem? (Se necessário, assinale mais de uma opção.)

() Diretor de Campus () Coordenador de Curso

() Professor(a) () Servidor(a) administrativo do Campus

() Colega de sala () Aluno da Universidade

13 – Alguma vez recebeu convite de algum representante da Universidade para participar de reunião ou falar informalmente sobre o Programa, depois do seu ingresso?

() Sim () Não

13.1 – Caso tenha havido o encontro ou reunião, as discussões e orientações ajudaram em alguma coisa?

() Sim. Por quê? _____

() Não. Por quê? _____

14 – De modo geral, como é seu relacionamento com a UFT – Campus Miracema?

() Ótimo () Bom () Regular () Ruim () Péssimo

Em qualquer caso, por quê? _____

15 – Você considera o conteúdo do seu curso:

() Muito difícil () Difícil () Fácil () Muito fácil

Em qualquer caso, por quê? _____

16 – Você gostaria que as disciplinas ou os conteúdos de seu curso sofressem mudanças?

() Sim () Não

Em qualquer caso, por quê? _____

17 – Qual o turno de funcionamento de seu curso?

Manhã Tarde Noite Integral

17.1 – A Universidade oferecia/oferece mais de uma opção de turno?

Sim Não

17.2 – Se oferecia/oferece, por que escolheu o turno indicado na questão 17?

17.3 – Você gostaria que mudasse o turno de funcionamento do seu curso?

Sim Não

Em qualquer caso, por quê? _____

18 – Em relação às cotas, você sabe que existe essa reserva na UFT apenas para indígenas?

Sim Não

18.1 – Você concorda?

Sim Não

18.2 – Em caso afirmativo, considera a cota importante?

Sim Não

Em qualquer caso, por quê? _____

19 – Conseguiu aprovação em todos os semestres, sem nunca ter repetido?

Sim

Não. Por quê? _____

20 – O curso mudou alguma coisa no seu modo de pensar ou de agir?

() Sim () Não

Em qualquer caso, por quê? _____

20.1 – E na vida da sua família, considera haver contribuído para mudar alguma coisa no modo de pensar ou de agir?

() Sim () Não

Em qualquer caso, por quê? _____

20.2 – E no seu trabalho?

() Sim () Não

Em qualquer caso, por quê? _____

21 – O que representou para você a oportunidade de ingressar na UFT – Campus Miracema?

22 – Falta algo para que o Programa Política de cotas atenda melhor o estudante indígena? O quê?

23 – Gostaria de acrescentar algo mais ao que conversamos?

Obrigado pela colaboração!

APÊNDICE

APÊNDICE C – Panorama do sistema de reserva de vagas nas universidades brasileiras

Quadro 1 - Panorama do sistema de reserva de vagas nas universidades brasileiras até o momento da pesquisa, incluindo a UFT

Região Administrativa	Unidade da Federação	Instituição de Ensino Superior	Ação Afirmativa
<u>Região Sul</u>	Rio Grande do Sul	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	A partir de 2008, 30% das vagas da UFRGS serão para negros e alunos provenientes de escola pública autodeclarados. Os indígenas terão direito a 10% vagas em qualquer curso que escolherem, sem precisar de vestibular (CONSUN – decisão nº 134/2007);
		Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS)	adota cotas de 50% das vagas para candidatos hipossuficientes (carentes) e 10% para portadores de deficiência física. UFRGS serão para negros e alunos provenientes de escola pública autodeclarados (Lei nº 11.646/01);
		Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)	adota reserva de 10% das vagas para afro-descendentes; 20% para alunos que cursaram todo o ensino fundamental e médio em escolas públicas; 5% para portadores de necessidades especiais; e 5 vagas para indígenas (Resolução nº 011/07).
	Santa Catarina	Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) – adota reserva de 20% das vagas para estudantes oriundos de escolas públicas e 10% para negros, também formados no ensino público – fundamental e médio (Resolução nº 008/CUN/2007, de 10 de julho de 2007);
		Centro Universitário de São José (USJ)	adota reserva de 70% das vagas para alunos das escolas públicas de São José. O aluno precisa ter realizado 2º e 3º ano do ensino médio em escolas públicas estaduais ou federais, localizadas na cidade de São José (Lei nº 4.279, de 26 de abril de 2005).
	Paraná	Universidade Federal do Paraná (UFPR)	adotou reserva de 20% das vagas para egressos da escola pública e 20% para estudantes negros ou pardos. Enfrentou 75 processos questionando-as, ganhou todos, assim como a UnB e outras (Resolução nº 37/04);
		Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)	adota o sistema de cotas específica de 10% para candidatos oriundos de escolas públicas que se autodeclararem. (Resolução nº 09 de 26 de abril de 2006);
		Universidade Estadual de Londrina (UEL) –	Adota 40% das vagas reservadas a estudantes oriundos de instituições públicas de ensino, sendo que até a metade deste percentual deverão ser reservadas a candidatos que se autodeclararem negros (Resolução CU nº 78/2006);
		Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)	adota reserva de 50% das vagas ofertadas em cada curso para candidatos que tenham concluído todas as séries do ensino médio em escola(s) pública(s) (Edital 20/2007 – CAFCV).

<u>Região Sudeste</u>	Rio de Janeiro	Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF)	reserva 20% das vagas para estudantes de escolas públicas, 20% para negros e 5% para portadores de necessidades especiais e minorias étnicas (Lei nº 4151/03);
		Fundação de Apoio à Escola Técnica do Rio de Janeiro (FAETEC)	reserva 20% das vagas para estudantes de escolas públicas, 20% para negros e 5% para portadores de necessidades especiais e minorias étnicas;
		Centro Universitário Estadual da Zona Oeste (UEZO)	reserva 20% das vagas para estudantes de escolas públicas, 20% para negros e 5% para portadores de necessidades especiais e minorias étnicas;
		Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)	reserva 20% das vagas para estudantes de escolas públicas, 20% para negros e 5% para portadores de necessidades especiais e minorias étnicas;
		Universidade Federal Fluminense (UFF)	acrescenta bônus de 10% sobre a nota final do candidato que deve ser egresso de escola pública, estadual ou municipal de qualquer unidade da federação, exceto: colégios federais, universitários, militares e de aplicação (Resolução nº 091/07 – COSEAC).
	Minas Gerais	Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)	reservou 30% das vagas em 2006, proporção que chegará a 50% em 2008, dividida entre negros e alunos oriundos do ensino público, independente da cor (resolução nº 16 de 04/11/04);
		Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes)	20% das vagas são reservadas para estudantes de escolas públicas, 20% para negros e 5% para portadores de necessidades especiais e indígenas (Lei estadual nº 15.259 de 27 de julho de 2004);
		Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG)	separa 20% das vagas para estudantes de escolas públicas, 20% para negros e 5% para portadores de necessidades especiais e indígenas (Lei estadual nº 15.259 de 27 de julho de 2004).
	São Paulo	Universidade Federal de São Paulo (Unifesp)	Não se trata de reserva de vagas, mas sim de aumento de 10% das existentes para negros e indígenas que cursaram ensino médio em escola pública (Resolução nº 23/04 do Conselho Universitário);
		Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)	adota pontuação adicional de 30 pontos para alunos oriundos de rede pública e além disso mais 10 pontos para afro-descendentes de origem popular (Deliberação do Conselho Universitário 12/04);
		Universidade Federal do ABC (UFABC)	reserva 50% das vagas para alunos da rede pública, afro-descendentes e indígenas (Resolução nº 1 de 7 de abril de 2006);
		Universidade de São Paulo (USP)	adota o sistema de pontuação acrescida, no qual um fator de acréscimo de 3% será aplicado às notas das 1ª e 2ª fases para alunos da rede pública (Programa de Inclusão Social da USP – INCLUSP, do Conselho Universitário de 23 de maio de 2006);
		Faculdade de Medicina S. J. do Rio Preto	Adição de pontos para alunos oriundos da rede pública e além dos 30 pontos, mais 10 para afro-descendentes de origem popular

		(FAMERP)	(Deliberação do Conselho Universitário 12/04);
		Faculdade de Tecnologia São Paulo (FATEC)	adota o sistema de pontuação, acrescidos para afro-descendentes e egressos do ensino público (Decreto nº 49.602 de 13 de maio de 2005);
		Centro Universitário de Franca (FACEF)	adota 20% de vagas para negros, 5% para estudantes egressos de escola pública de ensino e 5% para pessoas deficientes, nos termos da legislação em vigor. Sistema de autodeclaração (Lei municipal nº 6287 de 10 de novembro de 2004);
		Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR)	reservou 20% do total de vagas para alunos egressos da rede pública no vestibular 2008. Em 2011 o percentual subiu para 40% e em 2014 será elevado para 50%. Dentro desses percentuais, 35% das vagas serão destinadas a afro-descendentes. Os indígenas serão beneficiados com a reserva de uma vaga em cada curso. (Portaria GR nº 695/07, de 6 de junho de 2007)
	Espírito Santo	Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)	adota 40% de vagas do total de cada curso para estudantes oriundos das escolas públicas, e que tenha renda familiar inferior a sete salários mínimos (Resolução 33/2007 – CEPE).
<u>Região Norte</u>	Amazonas	Universidade Estadual do Amazonas (UEA)	80% das vagas são reservadas a alunos que comprovem haver cursado as três séries do ensino médio em escola pública ou privada do Estado do Amazonas e não possuam curso superior completo ou não esteja cursando. Deste percentual, 60% é para alunos que tenham cursado o ensino médio na rede pública (Lei nº 2.894, de 31 de maio de 2004);
		Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)	adota reserva de vagas proporcional ao número de candidatos oriundos de escolas públicas inscritos no processo seletivo (Edital 13/2006).
	Pará	Universidade Federal do Pará (UFPA)	reserva 50% de vagas para alunos oriundos da rede pública, sendo 40% destinadas aos candidatos que se declararem pretos ou pardos (Resolução nº 3.361, de 5 de agosto de 2005).
	Tocantins	Universidade Federal do Tocantins - TO	reserva 5% das vagas a etnias indígenas (Resolução do Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão – CONSEPE nº 3A/2004).
<u>Região Nordeste</u>	Bahia	Universidade Estadual da Bahia (UNEB)	uma das pioneiras a implantar o sistema de reserva de vagas em 2003, reserva 40% das vagas a negros oriundos de escola pública, na graduação e na pós-graduação, caso único no país. Pretende-se que 75% da Universidade seja composta por afro-descendentes em 8 anos, índice proporcional à presença negra na Bahia. (Resolução 196/2002);
		Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)	adota 50% das vagas para quem cursou o ensino médio e pelo menos 2 anos do ensino fundamental (5ª a 8ª série) em escola pública. Dessas, 80% serão ocupados por candidatos que se declararem negros (CONSEPE, julho de 2005);
		Universidade Federal da Bahia	reserva 45% das vagas são para estudantes de escolas públicas – 85% deles pretos ou pardos;

		(UFBA)	
		Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)	adota 45% de reserva de vagas para alunos de rede pública e afro-descendentes (Resolução 01/2004 – CONSEPE);
		Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC)	adota 50% das vagas de cada curso e em cada turno, a estudantes que tenham cursado todo o ensino médio e os últimos 4 anos do ensino fundamental em escola pública, sendo que deste percentual, 75% são destinadas aos estudantes que se declararem negros. Em cada curso duas vagas são destinadas a índios reconhecidos pela FUNAI, ou moradores de comunidades remanescentes dos quilombos. (Resolução CONSEPE nº 064/06);
		Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia (CEFET-BA)	adota 50% de cotas para alunos da rede pública. Dentro desse percentual, 60% é destinado para os autodeclarados negros, 5% para índios e seus descendentes e 35% para os demais (Resolução nº 10/2006 do Conselho Diretor).
	Alagoas	Universidade Federal de Alagoas (UFAL)	cada curso reserva 20% das vagas a estudantes negros vindos do ensino médio público. Desse total, 60% é destinado a mulheres negras e 40% para homens negros (Ofício NEAB nº 79/2003).
	Pernambuco	Universidade de Pernambuco (UPE)	reserva 20% das vagas a alunos negros vindos do ensino médio público, cursado em escolas estaduais e municipais de Pernambuco (Resolução nº 10/2004 do CONSUN);
		Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)	adota sistema de pontuação que acrescenta 10% sobre a nota do aluno vindo do ensino público;
		Centro Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco (CEFETE-PE)	reserva 50% das vagas nas diversas modalidades de ensino desta instituição, para alunos oriundos de escolas da rede pública estadual ou municipal, cursado em escolas estaduais e municipais de Pernambuco (Resolução nº 49/2006 – CONDIR, de 31 de outubro de 2006).
	Maranhão	Universidade Federal do Maranhão (UFMA)	adota 25% das vagas serão a candidatos que se declararem afro-descendentes, mais 25% das vagas são destinadas exclusivamente a alunos de escolas públicas, independente de etnia. Além disso, uma vaga de cada curso de graduação da universidade a cada semestre será destinado a portadores de deficiência física e indígenas (CONSEPE, 31 de outubro de 2006).
	Paraíba	Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)	adota reserva de vagas para cada curso, sendo separadas em cotas: a conta universal corresponde a 80% das vagas; cotas de inclusão correspondem a 20% para alunos que tenham cursado as três séries do ensino médio na rede pública do Estado da Paraíba (Resolução nº 06/2006 do CONSEPE).
	Rio Grande	Universidade Federal do Rio	adição de pontos fixos sob a nota do aluno (AI) da rede pública que tiver nota igual ou superior

	do Norte	Grande do Norte (UFRN)	à média dos candidatos inscritos (AP). Os pontos são calculados com base no desempenho dos alunos da rede pública e que variam de acordo com o curso. (AI – Argumento de Inclusão);
		Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte (CEFET-RN)	adota 50% de reserva de vagas para candidatos oriundos da rede pública (Resolução nº 04/2005 do Conselho Diretor de 17 de fevereiro de 2005).
	Piauí	Universidade Federal do Piauí (UFPI)	adota sistema que reserva 5% das vagas para estudantes que tenham cursado todos os anos de estudos, do ensino fundamental ao ensino médio na rede pública (Resolução nº 093/06 – COPEX).
	Sergipe	Centro Federal de Educação Tecnológica do Sergipe (CEFET-SE)	são destinadas 5% das vagas do total geral, de cada curso oferecido, aos portadores de necessidades especiais (Decreto Federal nº 298/99, artigo 40).
<u>Região Centro-Oeste</u>	Distrito Federal	Universidade de Brasília (UnB)	foi a primeira das instituições federais de ensino superior a adotar o sistema de reserva de vagas para negros, num total de 20%, em 2004;
		Escola Superior de Ciências da Saúde (ESCS-DF)	adota cotas de 40% das vagas para alunos que comprovarem ter cursado integralmente os ensinios fundamental e médio em escolas públicas do Distrito Federal (Lei Distrital nº 3.361/04).
	Goiás	Universidade Estadual de Goiás (UEG)	implantou a reserva de vagas no segundo semestre de 2005, de 20% para estudantes da rede pública, 20% para negros, e 5% para indígenas e portadores de necessidades especiais. O sistema prevê o aumento paulatino das vagas (Lei nº 14.832 de 12 de julho de 2004). Para ser classificado no curso escolhido, ele deve obter no mínimo 70% da pontuação alcançada pelo último classificado que não solicitou reserva de vagas.
	Mato Grosso	Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT)	reserva 25% das vagas para candidatos que se autodeclararem negros (Resolução nº 200/2004 – CONEPE Anexo IV).
	Mato Grosso do Sul	Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS)	desde 2004, alunos negros de escola pública ocupam 20% das vagas, e indígenas 10% (Lei nº 2589).

Fonte: Pesquisa nacional por Amostra de Domicílios/2005/Composição racial. (IBGE, 2005). Organização própria.